



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

(UNIRIO)

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS

(CCJP)

MARIA EDUARDA RODRIGUES LIMA

ATUAÇÃO DO BRICS COMO BLOCO DE ARTICULAÇÃO GLOBAL NO ÂMBITO DO
G20

RIO DE JANEIRO

2025

MARIA EDUARDA RODRIGUES LIMA



MARIA EDUARDA RODRIGUES LIMA

ATUAÇÃO DO BRICS COMO BLOCO DE ARTICULAÇÃO GLOBAL NO ÂMBITO DO
G20

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação,
apresentado ao Instituto da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção de grau em
Bacharel em Ciências Políticas.

Orientadora: Profa. Dra. Roberta Rodrigues
Marques da Silva

Rio de Janeiro

2025

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

R732 Rodrigues Lima , Maria Eduarda
 Atuação do Brics como bloco de articulação global no
 âmbito G20 / Maria Eduarda Rodrigues Lima . -- Rio de
 Janeiro : UNIRIO, 2025.
 81

 Orientadora: Roberta Rodrigues Marques da Silva .
 Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
 Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Graduação
 em Ciência Política, 2025.

 1. Articulação do BRICS . 2. Cooperação Internacional .
 3. Sul Global . I. Rodrigues Marques da Silva , Roberta ,
 orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Dedico e agradeço esse trabalho primeiramente ao meu pai, Leonardo, luz e guia da minha vida, me ensinou a ser uma pessoa questionadora e destemida, fortaleceu o meu ser, para que assim, eu obtivesse controle sobre minha mente. A minha mãe, Rubenita, que é a base da minha existência e por quem devo tudo o que sou, construiu em mim a resiliência e a fé na vida e em Deus que me proporcionou uma vida de imensa felicidade e amor. A minha irmã, Camila, que me ensinou o significado de amor verdadeiro, me educou pelo exemplo e esteve comigo em cada vitória e derrota. São eles que me apoiaram e sustentaram para que eu pudesse finalizar mais uma etapa da vida.

Amplio meus agradecimentos aos amigos que se tornaram família, especialmente, a família Medeiros e Feitosa que fazem parte do meu crescimento como pessoa. Me ensinaram que os laços de amizade podem ser maiores que os sanguíneos. Da mesma maneira, agradeço as minhas melhores amigas, Ana Beatriz Alves, Yohana Oliveira e Isabella Batista, que me amaram em cada passo da vida e me deram força para perseguir meus sonhos. Aos meus amigos de Brasília, agradeço imensamente por todo carinho, mesmo a quilômetros de distância, sempre se fizeram presentes e me deram a segurança de sempre ter para onde voltar.

A minha professora Anna Carolina Dornas, que me acompanhou durante meu período escolar, foi responsável por mudar a minha vida e acreditou em mim, e no meu potencial de me tornar a minha melhor versão. Dedico a ela, o meu ingresso e conclusão de mais uma etapa acadêmica.

Agradeço às grandes amigas que a Universidade me proporcionou, Naira Braga, Vithoria Corrêa e Yasmin Assumpção, batalharam junto comigo, no dia a dia, para que eu pudesse chegar ao final da graduação, meus dias foram infinitamente mais felizes com vocês. Aos amigos que a chegada ao Rio de Janeiro me trouxe, tornaram a saudade de casa mais leve e se tornaram um porto seguro, especialmente, a Fernanda Moran, Paola Scherer e Giovana Lima que estão comigo desde o início dessa trajetória

Agradeço também meus professores Cristiane Batista e André Coelho, por terem me dado a honra de fazer parte do projeto 'Ciência Política nas Escolas', onde aprendi o poder da educação. Por fim, a minha querida orientadora Roberta Rodrigues, tive um grande privilégio de ser conduzida por uma professora brilhante e de inteligência admirável.

RESUMO

O presente artigo analisa o comportamento do BRICS âmbito do G20, com foco na construção e posicionamento do BRICS na estrutura internacional. O BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, formam um agrupamento inovador, menos institucionalizado e em grande medida heterogêneo. A pesquisa busca identificar a existência de convergências entre os países-membros no G20, com recorte temporal de cinco anos, do ano de 2020 até 2025, analisando o posicionamento dos países do bloco, sendo considerado para análise as declarações oficiais de cada governo, buscando entender a influência desses países no fórum. O G20 foi o primeiro espaço no qual o BRICS pode atuar como bloco de articulação global, apresentam, nesse contexto, similaridades e se posicionam como representantes do Sul Global. O BRICS, por fim, direciona seus esforços para a reforma das instituições internacionais e a inclusão de países emergentes na governança global, prezando pela cooperação e equidade entre os países.

Palavras-chave: BRICS; G20; Governança Global; Sul Global; Cooperação Internacional.

ABSTRACT

This article analyzes the behavior of BRICS within the G20 framework, focusing on the construction and positioning of BRICS in the international arena. Composed of Brazil, Russia, India, China and South Africa, forms an innovative, less institutionalized, and largely heterogeneous coalition. The study aims to identify convergences among member countries within the G20 over a five-year period, from 2020 to 2025, by examining the official statements of each government to understand their influence in the forum. The G20 serves as the initial platform where BRICS can operate as a bloc for global articulation, demonstrating similarities and positioning themselves as representatives of the Global South. Ultimately, BRICS channels its efforts towards reforming international institutions and advocating for the inclusion of emerging countries in global governance, emphasizing cooperation and equity among nations.

Keywords: BRICS, G20, Global Governance, Global South, International Cooperation.

SUMÁRIO

RESUMO	3
ABSTRACT.....	4
SUMÁRIO	5
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. FUNDAÇÕES CONCEITUAIS DO BRICS E DO G20	8
2.1. Organização e Estrutura do BRICS	8
2.2 Arquitetura do G20	10
3. ANÁLISE DO HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DO BRICS E SEUS ACORDOS	13
3.1 Países Membros Fundadores.....	13
3.2 A construção do BRICS.....	16
3.4 Fortalecimento da identidade conjunta do BRICS	18
3.3 Acordos e Iniciativas.....	19
3.4 Adesão de Novos Membros e os Impactos geopolíticos da expansão dos BRICS....	21
4. ANÁLISE DE ATUAÇÃO DO BRICS NO ÂMBITO DO G20	22
4.1 Posicionamentos Coletivos do BRICS nas Cúpulas do G20.....	22
4.2 Posicionamento - China.....	22
4.3 Posicionamento - Rússia	23
4.4 Posicionamento África do Sul	24
4.5 Posicionamento - Índia	24
4.6 Posicionamento - Brasil	24
5. Conclusão.....	26
Tabela 01. Posicionamento do BRICS nos fóruns do G20.....	28
REFERÊNCIAS	29
ANEXO A - Discursos China.....	35
ANEXO B - Discursos Brasil.....	50
ANEXO C - Discursos Rússia	58
ANEXO D - Discursos África do Sul.....	69
ANEXO E - Discursos Índia.....	76

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar a influência da atuação do BRICS, que é composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul no fórum do G20. A pesquisa se propõe a entender se há convergência nos seus posicionamentos no âmbito do fórum inseridos em um marco temporal de cinco anos (2020-2025), sendo considerado para a análise o pronunciamento feito pelos países membros fundadores do BRICS.

Partindo da análise de que o BRICS representa um agrupamento inovador, este estudo tem como objetivo geral examinar o comportamento dos países membros no contexto do G20. O BRICS pode ser interpretado como uma coalizão que reconfigura os parâmetros clássicos de atuação de um bloco econômico, por abrigar um carácter informal e um grau de institucionalização que aumenta de acordo com a interação entre os países (IPEA,2025). Os objetivos específicos incluem: i) definição e caracterização do BRICS, ii) definição da cúpula do G20 como fórum de governança global, iii) análise do BRICS no âmbito do G20.

A pesquisa se justifica em razão da importância do BRICS no âmbito nacional e principalmente internacional. O BRICS vem desafiando paradigmas estabelecidos pelo sistema internacional, ancorado na liderança dos países do Norte Global, atuando como uma coalizão crescendo de forma promissora nesse século, ganhando cada vez mais poder decisório em fóruns internacionais. O BRICS insere-se no cenário internacional como um agrupamento representativo das principais economias emergentes.

A sigla BRICS foi criada pelo economista Jim O'Neil, destacando Brasil, Rússia, Índia e China como os países com maior potencial de crescimento entre as nações em desenvolvimento. A união desses países, protagonistas em suas regiões, constrói um espaço de engajamento com o objetivo de criar projetos de cooperação e integração (Damico, 2015). Desde o seu estabelecimento, o BRICS se tornou extremamente relevante politicamente, visando ampliar a eficiência e representatividade na governança global, os países se comprometem com a resolução pacífica de conflitos e diferenças através da cooperação e diálogo (BRICS,2020).

A análise da atuação do BRICS é central para a compreensão da correlação de diversos atores para a criação e manutenção de blocos nas relações internacionais. Um antecedente importante à sua criação foi o encontro de Chanceleres dos membros fundadores - Brasil, Rússia, Índia e China, que se reuniram para trabalhar coletivamente em 2006, às vésperas da

Assembleia Geral das Nações Unidas, os (IPEA, 2025). Em 2009, os Chefes de Estado/Governo oficializaram a primeira cúpula do BRICS, elevando o nível de interação e cooperação política.

A evolução rápida da parceria entre esses países tornou necessária a integração de Ministros das áreas de finanças e agricultura, Presidentes de Bancos Centrais, funcionários encarregados sobre segurança, segurança alimentar e energia e as Cortes Supremas desses países. Para a Ciência Política, a análise se torna valiosa quando observada a convergência e movimentação dos atores anteriormente citados para a consolidação do BRICS. São valorizados os benefícios da articulação entre esses países para o contexto interno das nações.

O BRICS se organiza em torno de reuniões anuais, que se tornam o lócus privilegiado da sua atuação e projeção internacional. Durante a sua primeira cúpula, o BRICS reivindicou a reforma da arquitetura financeira internacional, juntos buscam instituições financeiras mais representativas. O agrupamento se posiciona como um canal de diálogo na defesa do multilateralismo (Martins, 2025).

BRICS coloca em pauta o afastamento de potências emergentes em locais de poder decisório como em fóruns internacionais, em específico, o G20. Sendo esse, o ponto em comum dos membros fundadores do BRICS.

Nesse estudo serão utilizados métodos qualitativos com embasamento na literatura acerca do BRICS e G20, baseando a análise nas declarações oficiais do Ministério das Relações Exteriores dos países do BRICS e seus discursos oficiais na conferência do G20, dos últimos cinco anos. Será feita uma análise do posicionamento individual dos cinco países fundadores do BRICS, por meio da qual serão contemplados as suas condutas e os aspectos sobre os quais os países convergem. A avaliação será feita a partir de comunicados oficiais das chancelarias e notícias que cobrem as temáticas centrais da cúpula do G20 nos últimos cinco anos (2020-2025).

O artigo foi dividido em três seções, a primeira consiste na Fundação Conceitual do BRICS e do G20, no qual será feito um breve histórico sobre a construção da cúpula e do fórum. Segunda, Análise do Histórico de Atuação do BRICS e seus acordos, consiste em um estudo mais aprofundado sobre a organização do BRICS e a evolução de seus acordos, como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento. Terceira, Análise da atuação do BRICS no âmbito do G20, seção, na qual trará o estudo e análise do posicionamento dos países do BRICS no fórum, e de que forma eles se convergem.

2. FUNDAÇÕES CONCEITUAIS DO BRICS E DO G20

2.1. Organização e Estrutura do BRICS

O BRICS, inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia e China, surgiu nos anos 2000. Na época, esse grupo de países foi considerado o mais promissor e com o maior potencial de crescimento do Sul Global, a partir da interpretação feita pelo economista britânico Jim O'Neill (2001). Levando em consideração aspectos econômicos, O'Neill cunhou o termo que futuramente seria abraçado pelos países inseridos no bloco. A primeira reunião feita pelos líderes desses países aconteceu em 2006, às vésperas da reunião do G8 e meses depois na Assembleia Geral da ONU, ainda que de forma informal (Fernandez, Rodrigues, Canellas, 2024)

Países emergentes lutam por reconhecimento a partir da formação de coalizões no âmbito global. Os países do Sul Global almejam alcançar reconhecimento perante instituições como o FMI e Banco Mundial (Guerrero, 2022, p.25). A criação do BRICS exigiu a articulação de diversos atores. Guerrero (2022) afirma a necessidade de atuação de diversos agentes para a formulação de suas configurações e objetivos. Esses agentes, como Think Tanks, Ministros das Relações Exteriores, Chefes de Estado, e empresários que fazem parte da sociedade civil, compõem a dinâmica intergovernamental do BRICS.

Na Rússia, em 2008, ocorreu a reunião com os ministros das Relações Exteriores, que deu início a parceria entre esses países, com objetivo de ampliar sua parceria e avaliar a abordagem acerca do desenvolvimento global e dos problemas presentes na estrutura internacional. Houve também uma avaliação por parte desses países sobre seus pontos de afinidade, sendo o principal deles não estar incluído na distribuição de poder nos sistemas de governança global (Leão, 2017, p.77). No ano seguinte, os chefes de Estado desses países estiveram presentes para a primeira cúpula oficial do bloco que ocorreu em Ecaterimburgo, na Rússia. A autonomia, o pragmatismo e a transparência foram pontos-chaves na parceria entre esses países.

Dois anos após a realização da primeira cúpula oficial, em 2010, a África do Sul foi convidada a integrá-lo, consolidando a formação do BRICS. A partir de então, o grupo passou a realizar cúpulas anuais, firmando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento dos seus países membros e formalizando mecanismos diplomáticos e multilaterais que desafiam as expectativas tradicionais do sistema internacional. Castro (2014) destaca que as semelhanças entre os países-membros contribuem para o fortalecimento de seus laços e incentiva sua

aproximação política; todos os países do BRICS possuem uma economia diversificada, estrutura militar e poder político que auxiliam na capacidade de contribuir na ordem global. O grupo busca espaço na política internacional, promovendo a articulação no âmbito de instituições multilaterais, buscando alterar estruturas até então consolidadas.

Por sua vez, Armijo (2007) evidencia as diferenças políticas e econômicas entre esses países, suas formas de governo, aspectos culturais e comerciais que apresentam discrepâncias. Segundo o autor, Brasil e Índia teriam democracias bem institucionalizadas, embora se diferenciem na adoção do presidencialismo e do parlamentarismo como forma de governo, respectivamente. A Rússia teria uma democracia que segue para o autoritarismo, enquanto a China é governada pelo Partido Comunista Chinês. As diferenças culturais e linguísticas da China também são enfatizadas, assim como sua singular tradição política e institucional. Dessa forma, Armijo enfatiza que poderia ser mais vantajoso que esses mesmos países fizessem alianças com nações mais similares no âmbito doméstico de suas políticas, porém, suas implicações na esfera internacional os aproximam. Ademais, apesar das diferentes perspectivas acerca da composição do bloco, é importante enfatizar o contexto no qual ele surge, em meio a crise de 2008. Portanto, insatisfações da política global sustentam ainda mais seus objetivos e alianças, como explica Guerrero (2022).

O BRICS ganha relevância com o seu objetivo de modificar o processo decisório internacional a partir das instituições, como explicam Roberta Rodrigues e Eduardo Gomes a partir do artigo “Brics como uma coalizão transregional de advocacy” (2019). O bloco que se configura como multilateral e pouco institucionalizado, como afirmam os autores, faz um movimento de advocacy conseguir mais poder decisório no sistema internacional. Os países também formam uma coalizão para proteger e defender sua posição como países em desenvolvimento, portanto, buscam por acordos de forma horizontal, privilegiando a cooperação entre países do Sul Global.

Dessa forma, o BRICS se organiza a partir de cúpulas anuais entre os países membros que discutem sua posição acerca da política global, se contrapondo, quando necessário, aos países desenvolvidos. O objetivo do bloco sempre foi “democratizar os processos deliberativo e decisório da gestão da arquitetura financeira mundial” (Rodrigues e Gomes, 2019, p.9) lutando por mais centralidade nas decisões internacionais. O agrupamento é visto “a partir das relações do BRICS com os complexos fenômenos da ordem mundial, para que se possa explorar criticamente os limites do potencial transformador-subversivo do BRICS com relação à ordem

mundial” de acordo com o artigo ‘Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS’ (Garcia; Pautasso; Ramos; Rodrigues, 2018, p.07).

No contexto internacional o BRICS se assemelha ao G20, cúpula que procura promover espaços para debate no sistema internacional, e diversificar o poder decisório dentro desse contexto (Garcia; Fernandez, 2024). Portanto, cria-se um espaço multilateral, promovendo a cooperação política entre as nações em desenvolvimento e seus chefes de Estado que historicamente não dispunham de espaço para participar ativamente do processo de decisão. Similarmente, o BRICS desenvolveu, após a sua expansão, diversos fóruns (empresarial, meio ambiente, segurança) (Rodriguez, Fernandez, Canellas, 2024) produzindo espaços de cooperação de maneira semelhante ao G20.

O G20 cria um espaço de direcionamento e resolução de conflitos, com objetivo de chegar a conclusões amplamente aceitas. (Azzi; Schutte, 2024, p.41). O BRICS no período de consolidação do fórum teve o papel de equilibrar a pressão oriunda do G7, buscando a representação para países emergentes.

2.2 Arquitetura do G20

Compreender a atuação do BRICS no G20, demanda primeiramente, o reconhecimento da importância decisória da cúpula para a ordem global. O G20 é composto por Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Japão, República da Coreia, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos, União Europeia, além do Diretor-Gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Presidente do Banco Mundial. Trata-se de uma “plataforma para a cooperação econômica e política entre vinte importantes economias do mundo” (Caderno para Entender o G20, 2024, p.7), fundado em 1999, incluindo 19 países e a União Europeia. A cúpula surgiu com o objetivo de discutir e resolver diferentes conflitos e crises econômicas que aconteciam no período da sua criação.

O G20 foi criado na esteira da crise financeira nos chamados Tigres Asiáticos, em 1997. Esse foi um período de recessão econômica: o conjunto de países do Sudoeste Asiático se destacava pelo notório crescimento e desenvolvimento econômico, mas rapidamente se viu abalado por uma crise financeira que se espalhou e ganhou escala global, afetando outros países (Reis, 2019). A crise financeira transcorreu a partir de políticas econômicas do governo da Coreia do Sul, misturando valorização cambial com liberalização financeira e o rompimento com a coordenação e regulamentação de investimentos segundo (Chang, 1997 apud, Medeiros,

1998,p.3). O cenário produzido pela crise asiática provocou recessão na economia mundial, afetando diversos países.

Tendo o colapso financeiro asiático em vista, foi observada a necessidade de criar um fórum que fosse mais inclusivo, dessa forma, diante de crises como essa a interconexão das economias facilitaria a resolução e contenção de possíveis abalos financeiros, formando consensos sobre a gestão econômica global (Garcia, Fernandez, 2024).

O G20 é organizado por duas divisões ou trilhas. A primeira delas é a Trilha de Sherpas, que é composta pelos Ministérios de Relações Exteriores dos países do G20, sendo orientada por emissários dos líderes da cúpula. A segunda trilha, Trilha das Finanças, é organizada por reuniões em que se reúnem ministros das finanças dos países e os presidentes dos Bancos Centrais e tem como objetivo discutir e ponderar sobre os temas atuais da área.

O fórum também comporta diferentes vertentes, formando grupos que são voltados para variadas áreas em relação ao contexto nacional e internacional dos países. O G20 abarca em sua composição o B20 (Business 20), C20 (Civil 20), L20 (Labour 20)¹, entre outros. Dessa forma, evidencia-se a importância da organização perante seus Estados Membros, tendo em vista a abrangência de suas pautas e o espaço que oferece para o diálogo entre os países.

O G20 representa mais de 80% do Produto Interno Bruto mundial e 75% do comércio mundial, tornando-se um espaço crucial para a cooperação e articulação da política mundial. Suas reuniões contam com a participação de chefes de Estado e de governo, o que evidencia a relevância do fórum para cooperação internacional e o monitoramento da ordem econômica internacional (Caderno para entender o G20, 2024). Assim como o BRICS, o G20 tem debatido sobre a reforma de Bretton Woods. Nesse contexto, países em desenvolvimento advogam pela sua representação dentro das instituições, cúpulas e no sistema internacional.

O G20 foi criado em um contexto histórico similar ao da fundação do BRICS, em meio a crises financeiras globais: respectivamente, a crise asiática de 1997 e a crise financeira de 2008. O G20, a partir da explosão da crise de 2008, se tornou o fórum de prevenção e resolução de crises, abordando também os desafios da globalização (Caderno para Entender o G20, 2024,

¹ O B20 é um grupo de negócios do G20, teve início em 2010, e é composto por um grupo de trabalhos e Conselhos de Ação que são responsáveis pelas temáticas principais e suas prioridades na área, servindo a comunidade empresarial. O C20, criado em 2013, é um grupo de engajamento da Sociedade Civil que opera sobre o princípio da justiça econômica tem uma estrutura interna ramificada em diversos grupos de trabalho, como: Governança Democrática, Justiça Climática, Anti-Racistas, entre outras. L20, é o grupo de engajamento de sindicatos e trabalhadores do G20, com objetivo de adereçar as demandas sindicais para a cúpula. (Caderno para Entender o G20, p.21)

p.9). A cúpula do G20 se torna um espaço no qual os países do BRICS ganham visibilidade e articulam seus interesses, defendendo em especial a reforma de instituições como o FMI e o Banco Mundial.

A partir de 2008, BRICS e G20 tornaram-se espaços de cooperação e coordenação econômica global, diante de colapsos econômicos que impactam todo o globo. A coordenação entre países mostrou-se vital para mudar a dinâmica do sistema internacional. Contudo, vale ressaltar algumas diferenças relevantes, além da diferença evidente entre bloco e cúpula. O BRICS tem como objetivo a reforma das instituições internacionais e a cooperação das economias emergentes. De modo diferente, o G20 busca integração global de maneira mais ampla e incluindo grupos diferentes de países, prezando pela comunicação entre diferentes partes do globo.

No âmbito mundial, o BRICS e a cúpula do G20 têm funções similares dentro do panorama global. Ambos priorizam a abordagem multilateral e valorizam uma governança inclusiva. Sendo assim, ao mapear as convergências e divergências entre esses dois entes internacionais objetivos comuns podem ser observados, tensionando e desafiando instituições pré-existentes como o FMI, Banco Mundial e o Conselho de Segurança da ONU, buscando maior representatividade dentro desses órgãos e questionando benefícios voltados para nações do Norte Global.

No âmbito das cúpulas do G20, o BRICS se posiciona como uma coalizão emergente, que questiona a falta de representatividade de países em desenvolvimento nos fóruns decisórios internacionais, ponto em comum entre os países do bloco. Entretanto, apesar do BRICS ter ganhado mais notoriedade a partir das crises que recaíram sobre os Estados Unidos e Europa, bem como das críticas dirigidas ao bloco, o agrupamento pode ser visto como um mecanismo diplomático que almeja complementar e não competir com o sistema de governança global (Caderno para Entender o BRICS, p.11).

Por outro lado, pontos levantados na Declaração Conjunta emitida pela Primeira Cúpula, o agrupamento avança na preservação da sua autonomia, lutando pela ampliação do poder de decisão de todos os Estados e se posicionando de maneira pacífica. O bloco do BRICS luta por maior poder decisório dentro da cúpula e nas instituições internacionais, resultado também da criação do Novo Banco de Desenvolvimento, voltado para os países do bloco e mais futuramente para uma gama maior de países do Sul Global.

O agrupamento apresentou conquistas no G20 como a evolução da governança internacional, que trouxe a reformulação de cotas e poder decisório dentro do Fundo Monetário Internacional (FMI), como explica Marina Larionova para o *The Global Governance Project*. Assim como, o aumento do capital dos bancos multilaterais de desenvolvimento (Ramos, 2013).

Porém, os BRICS ainda são alvo de críticas pela sua falta de institucionalização, que diferencia o agrupamento de tantos outros previamente formados. Vijay Prashad (2023), traz o questionamento voltando para o Sul global, defende que a saída do sistema neocolonial não advém por meio do comércio e cooperação mútuos, portanto, pode haver redução das desigualdades mas nunca é possível efetivamente transcendê-las.

A maior fluidez do bloco permite formar uma coalizão mesmo com as grandes diferenças existentes entre os países membros, e o que muitos acreditam que seja uma falha, pode ser visto como positivo no âmbito internacional. O BRICS, por ser um agrupamento, é considerado uma plataforma “flexível” e “não institucionalizada” para o engajamento entre os países (Larionova, 2019). Por fim, o BRICS não busca desafiar grandes hegemonias, mas sim ter maior privilégio na sua governança dentro e fora da cúpula do G20. (Caderno para entender o BRICS, p.9)

3. ANÁLISE DO HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DO BRICS E SEUS ACORDOS

3.1 Países Membros Fundadores

Os países que compõem o BRICS são potências emergentes que assumiram de forma proativa sua presença em diferentes contextos multilaterais (Castro, 2014). A partir da crise financeira de 2008 que impactou de maneira profunda todo sistema econômico global, impactando negativamente na economia e política de diversos países. O bloco surge no momento de fragilidade e questiona parâmetros previamente estabelecidos, se torna um vetor de transformação do sistema em um cenário multipolarizado e mais equilibrado (Kirtton, 2015). Dessa forma, o BRICS procura poder de decisão, se colocando como mecanismo de coordenação e cooperação do Sul global atuando de forma conjunta com a sua agenda de expansão.

Antes de avançar para a análise do histórico dos acordos estabelecidos pelo BRICS, torna-se necessário apresentar as principais características que definem seus países membros fundadores, importante salientar o impacto que esse conjunto de países têm em âmbito comercial global, com 25,8% do PIB mundial. Além dos aspectos econômicos, o bloco representa 42% da população mundial, 30% do território do planeta e 18% do comércio

internacional (BRICS, 2025) . Em vista disso, a análise será baseada em: I) características econômicas; II) forma dos seus governos; III) trocas comerciais; IV) posicionamento no bloco.

O Brasil, que registrou um PIB de R\$11,7 trilhões em 2024 (IBGE,2025), destaca-se como a maior economia da América Latina e exerce um papel estratégico de liderança na região. Governado atualmente por Luís Inácio Lula da Silva, presidente desde 2023 e figura central na criação do BRICS desde 2009, é um dos principais atores que promoveram a criação do bloco. O país adota o regime de República Federativa Presidencialista desde a constituição de 1988 e possui aproximadamente uma área de 8,5 mil km², sendo o segundo maior território entre os membros do grupo. O Índice de Desenvolvimento Humano do país é o terceiro melhor entre os países do bloco, sendo ultrapassado pela China nas últimas duas décadas

A estrutura econômica brasileira é fortemente baseada em commodities, com ênfase na soja, minério de ferro e derivados do petróleo, produtos que compõem uma parte significativa de suas transações comerciais com os países do BRICS. A China, nesse cenário, aparece como um dos principais parceiros comerciais do Brasil, embora a Argentina, União Europeia e Estados Unidos também ocupem posições de destaque nas exportações nacionais (IPEA, 2025). No campo das exportações brasileiras o BRICS é responsável por 35% das exportações do país, apresentando uma influência significativa no comércio exterior do Brasil. (Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 2025)

A Rússia, é o maior país do mundo em área com 17 mil km² e o nono maior em quesitos de população, seu PIB em 2023 foi de 11.4 trilhões em 2024 segundo dados do Banco Mundial. A forma de governo russa é uma República Semipresidencialista, e é comandada por Vladimir Putin que está no poder há 25 anos sendo uma figura central na política interna e externa da Rússia.

Assim como no Brasil, a China aparece entre os principais parceiros comerciais do país, destacando-se também a Alemanha e a Holanda. A economia russa é baseada na exploração de seus recursos naturais, especialmente petróleo, gás natural e carvão, a presença do país no setor nuclear e de defesa também é de grande relevância. (Trading Economics, 2025)

A quinta maior economia do mundo, a Índia, seu modelo político é o de uma República Federal Parlamentarista, constituído por um sistema parlamentar com duas câmaras com uma forte tradição democrática. O país é governado por Narendra Modi, que adota um comportamento moderado frente às políticas nacionais no seu terceiro mandato como primeiro-

ministro, conhecido por ser a figura que melhorou a posição da Índia internacionalmente e também promoveu mudanças internas de bem-estar social. (O Globo, 2024)

A Índia é o país mais populoso do mundo, com mais de 1,4 bilhão de habitantes, portanto, seu mercado interno é vigoroso. Seu território tem aproximadamente 3,2 mi km² sendo o terceiro maior dentro do BRICS. Com o PIB de 3,57 trilhões de dólares e exporta principalmente pedras preciosas, combustíveis minerais e óleos de acordo com o Trading Economics. Assim como nos outros países inseridos no bloco, a China é um dos principais parceiros comerciais da Índia, o país, em relação ao bloco adota uma posição pragmática e de expansão das suas parcerias com o sul global.

A África do Sul, que ingressou no bloco posteriormente em 2010, é uma das economias mais notáveis do continente africano. Com o PIB de 380.7 bilhões de dólares, sendo o menor entre os países do BRICS, a África do Sul apresenta uma grande distância econômica dos países integrantes do grupo. O país sul africano é constituído por uma democracia e adota o modelo de República Presidencialista Parlamentar, que foi estabelecida após o apartheid em 1994 (People Assembly, 2025). Cyril Ramaphosa está no seu segundo mandato à frente da presidência da África do Sul, que pela primeira não tem a predominância no parlamento e, portanto, após intensas negociações foi reeleito pelo parlamento. (Roelf, Peyton, 2024)

O país possui uma agricultura desenvolvida e diversificada, e autossuficiente na maioria de seus produtos primários de acordo com o Relatório do Agronegócio de 2022. A África do Sul exporta principalmente produtos minerais (24,1%) e metais básicos (9,3%)² e também tem a China como um dos principais parceiros comerciais, em conjunto com os Estados Unidos e Alemanha. O país sul africano tem um papel estratégico dentro do bloco, sendo utilizado como porta de entrada para investimentos no continente Africano sendo considerado um representante do continente (Ribeiro, Moraes, 2015). Assim como os outros países supracitados, defende a cooperação sul-sul fomentando a troca de conhecimentos em áreas como tecnologia, educação e infraestrutura.

A China, um gigante econômico com um potencial de crescimento astronômico, tem o maior PIB entre os países do integrantes, com 17.79 trilhões de dólares de acordo com o World Bank Group. Essa posição do país reflete o papel central que o país ocupa no BRICS,

² TRADING ECONOMICS. *África do Sul – Exportações*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/south-africa/exports>. Acesso em: 23 abr. 2025.

principalmente do ponto de vista comercial, sendo um dos principais parceiros de todos os países que compõem o bloco.

A China é um Estado multinacional, com regência de uma democracia popular. O país estabeleceu desde o século passado a aliança entre a economia privada e o socialismo público, com forte comando do Partido Comunista Chinês (Fernandes, 2014) é liderada atualmente por Xi Jinping, integrante do partido. O país ascendeu rapidamente nas últimas duas décadas e possui uma extensão territorial de 9,6 mi de km² com a segunda maior população do mundo, com cerca de 1,4 bilhão de habitantes. O país concentra a maior parte das suas exportações com máquinas, aparelhos e equipamentos industriais com 39% das exportações totais chinesas, de acordo com o Trading Economics. No cenário do bloco, a China tem forte influência econômica e política, atualmente, incentiva a mudança da moeda de trocas comerciais para reduzir a dependência do dólar (BRICS, 2023).

3.2 A construção do BRICS

3.2.1 Movimento das cúpulas

Para realizar uma breve análise sobre o movimento das cúpulas do BRICS, a divisão se dará em três partes distintas: i) Sua criação e anos iniciais (2009-2014) ; ii) criação do Novo Banco de Desenvolvimento (2014 - 2023) e iii) Expansão para o BRICS+ (2023 - atualmente). A realização das cúpulas e reuniões acontecem periodicamente, antecedendo as cúpulas do G7 e G20.

A primeira cúpula do BRICS aconteceu na Rússia, na cidade de Ecaterimburgo, em 16 de junho de 2009. No cenário da época, os 4 membros fundadores do bloco apresentaram um crescimento exponencial muito similar. Diante desses resultados expressivos, a participação desses países dentro da conjuntura internacional se torna crucial para o enriquecimento do debate sobre questões globais, dando entrada no cenário global como representantes de uma nova ordem mundial, na qual países do Sul Global apresentam peso e postura relevantes diante de países do Norte Global (Ribeiro, Moraes, 2015).

As conclusões da primeira cúpula do BRICS refletem o comprometimento dos países membros com as reformas das instituições internacionais. Na visão dos países do agrupamento, deveriam se moldar às mudanças do cenário mundial, como a ascensão de países em desenvolvimento. Continuamente, advogam por mais transparência e equidade nas tomadas de decisão, baseada na avaliação de riscos e bases legais (BRICS, 2009).

As cúpulas que decorreram entre 2009-2014, tiveram temáticas similares priorizando pautas como os impactos da crise financeira global de 2008, fortalecimento da cooperação entre os membros, mudanças climáticas, segurança alimentar e energética. Durante esse período, houve também a entrada da África do Sul ao grupo na terceira cúpula do BRICS, em Sanya, na China. A construção do Novo Banco de Desenvolvimento se deu nessa primeira fase e foi oficialmente lançado em 2014, na sexta cúpula, em Fortaleza, Brasil. (BRICS,2025)

Após a criação do NDB e do Arranjo Contingente de reservas que se estabeleceram com o objetivo de fortalecer a cooperação financeira entre os países do bloco e servir como ferramenta para países em desenvolvimento, a seguintes cúpulas (2014-2023) debateram sobre o funcionamento das novas instituições, implementação da agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o fortalecimento de parcerias estratégicas. Durante essa fase, a pandemia da COVID-19 foi pauta central das reuniões do bloco, debatendo sobre a cooperação da saúde e resolução da crise sanitária e seus impactos na economia global.

A expansão do BRICS para BRICS+ se deu por pressões feitas pela Rússia e China, a adição de novos membros seria proveitosa para ambos os países diante das questões políticas e econômicas que as duas nações estão envolvidas. Ademais, houve um aumento significativo de potências emergentes interessadas em aderir ao grupo, buscando a cooperação e diálogo construídos na última década pelo BRICS. A expansão do bloco é recente e traz questionamentos sobre a coesão do bloco, apesar de aumentar o peso e o campo de influência do agrupamento nas relações internacionais.

Ao analisar todos os aspectos abordados desde a primeira cúpula do BRICS, é perceptível quais aspectos estão presentes na dinâmica do bloco até os dias de hoje, mesmo com a sua evolução e expansão. Conceitos como cooperação, reformas institucionais e parceria com países do Sul Global, que buscam visibilidade e representatividade dentro do sistema internacional, constituem as bases do agrupamento.

3.4 Fortalecimento da identidade conjunta do BRICS

A construção do BRICS tem sido objeto de amplos debates no meio acadêmico e diplomático. O bloco que se posiciona como vetor principal da mudança das estruturas internacionais, traz diversos questionamentos pela heterogeneidade dos países fundadores.

Estudos sobre a cooperação intra-BRICS evidenciam a convergência das políticas desses países e um alto nível de compliance relacionados ao seu alinhamento institucional (Papa, Han, 2025). Partindo desse pressuposto, a identidade do bloco é construída a partir da

cooperação entre os países membros, que gradualmente se firmam como uma aliança estruturada. O bloco então assume características de ‘soft balancing’, tornando sua coalizão um canal, no qual, países integrantes endereçam suas necessidades e institucionalizam sua cooperação, balanceando suas agendas de acordo com seus interesses e buscando sempre a preservação da coesão do grupo (Papa, Han, 2025).

Importante ressaltar que classificar o BRICS com uma definição estrita e simplificada não ajuda a entender o fenômeno que o bloco se tornou, por ser, no cenário internacional, uma iguaria. No capítulo “Brics: Abordagens a um Processo Dinâmico” de Renato Flores (2015), que apresenta o BRICS em sua análise como um unicórnio, afirmando que o desespero em classificá-lo traria um viés desfavorável à análise de sua identidade.

Com o fortalecimento do BRICS nas últimas décadas, o grupo conseguiu criar um *networking* com instituições e cooperação entre os países membros sustentando suas dinâmicas internas mesmo com desafios acerca da governança individual de cada um deles. (Kirtan, Larinova, 2022)

É fundamental ressaltar que a cooperação dos países é facilitada com a troca intensa que os países do grupo mantêm. O BRICS possui uma gama de temas e assuntos que são debatidos entre os integrantes, ampliando o diálogo e aprofundando o conhecimento produzido por estudiosos desses países. Um exemplo claro, o ‘*Brics Science, Technology and Innovation Ministerial Declarations*’ (2025) em que traçam estratégias de cooperação por meio do intercâmbio de informações e da realização de estudos conjuntos. Dessa forma, a construção e fortalecimento da sua identidade vem a partir do apoio mútuo que essas nações possuem, respeitando suas diferenças e particularidades.

Por conseguinte, a construção de sua identidade se manifesta, em outros aspectos, por meio do intercâmbio sistemático de informações e da realização de estudos conjuntos. Esse compartilhamento visa fortalecer as capacidades internas de cada membro e incentivar a construção de soluções coletivas, impulsionando o desenvolvimento do bloco no âmbito global. A troca de conhecimentos contribui para o alinhamento de suas agendas nacionais e internacionais, consolidando o grupo na busca por uma ordem internacional mais equilibrada.

3.3 Acordos e Iniciativas

3.3.1 Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e Arranjo Contingente de Reservas

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) que foi criado para minimizar as lacunas de financiamento das instituições globais, foi assinado durante a IV Cúpula do BRICS em julho

de 2014, em Fortaleza, no Brasil. Sua sede fica em Xangai, na China, e o seu principal objetivo é a mobilização de recursos voltados para infraestrutura e desenvolvimento sustentável dos países do BRICS e de outros países em desenvolvimento. Sua estrutura de Capital foi fundada com US\$100 bilhões de capital autorizado e capital inicial de 50 bilhões, sendo US\$10 bilhões de cada país membro, totalizando ao longo do tempo US\$40 bilhões dos países individualmente, de acordo com o BRICS Policy Center.

O Novo Banco de Desenvolvimento, de acordo com o anexo do Decreto **Nº 8.624**, de 29 de dezembro de 2015 da Presidência da República do Brasil, “Reconhecendo a importância de prover recursos para projetos de promoção de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países do BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento;”. A criação dessa nova instituição financeira vem com o papel de intermediar recursos e contribuir com um sistema financeiro internacional mais equitativo e oportuno para o desenvolvimento econômico e social dos países em desenvolvimento.

A partir de uma lacuna gerada pela crise global, os países do BRICS perceberam a oportunidade de firmar seu papel e influência no campo econômico e político, impulsionando o desenvolvimento das nações (Abdenur, Cozendey, Damico, Folly, Baumann, Junior; 2013). Esse movimento ganha ainda mais força diante de instituições tradicionais como a de Bretton Woods e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa última, que sofreu uma retração a partir das pressões dos seus Estados doadores. Dessa forma, mostram-se resistentes às mudanças que reflitam a configuração da nova ordem internacional (Abdenur; Folly, 2015).

Após a fundação oficial do NDB, em 2016, o Banco já aprovou mais de 32,8 bilhões de dólares em financiamento aos projetos dos países membros fundadores e demais nações, como Egito e Bangladesh, essas medidas impactam significativamente no desenvolvimento desses países, ademais, promovem a expansão da base de capital e de investimentos. Atualmente, o Novo Banco de Desenvolvimento é avaliado em 100 bilhões de dólares. (Agência GOV BRICS, 2025)

Desde sua criação até o presente momento, o NDB possui onze projetos de empréstimos aprovados. Sendo um do Brasil, que tem como intermediário o BNDES, com objetivo de construir linhas de transmissão e infraestrutura para energia solar e eólica. Dois projetos aprovados na Índia e na China, e um na Rússia e na África do Sul, todos eles voltados para a produção/construção de energia. (Brics Policy Center, 2025)

O Banco de Desenvolvimento criado pelo BRICS é um agente de canalização dos interesses de seus membros. De modo que, com suas grandes diferenças, a cooperação é facilitada por meio do objetivo comum que é moldado por essa instituição financeira, representante da mudança na governança global e ampliação do desenvolvimento de países em desenvolvimento. A expansão do BRICS também é propiciada pela implementação e fortalecimento do Banco e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR), trazendo caráter complementar das relações entre os países membros e enfatizando a discussão sobre o papel das instituições financeiras globais no desenvolvimento internacional (Molina, 2025).

O Arranjo Contingente de Reservas (ACR) é um alicerce fundamental de apoio financeiro, que complementa o Novo Banco de Desenvolvimento. Nessa conjuntura o ACR é uma plataforma de apoio financeiro mútuo, a qual os países membros do BRICS podem acessar em caso de dificuldades financeiras relacionadas à balança de pagamentos, podendo ser utilizado a qualquer momento (BRICS, 2025).

A distribuição financeira do Arranjo que possui reservas de 100 bilhões de dólares distribuídos entre os países, sendo a China com o maior aporte financeiro de US\$ 41 bilhões, em seguida Brasil, Índia e Rússia com US\$ 18 bilhões e África do Sul com US\$ 5 bilhões, até o momento nenhum país membro precisou recorrer a esse recurso, de acordo com o site oficial do BRICS.

O Arranjo veio como uma alternativa às instituições financeiras tradicionais como o Fundo Monetário Internacional, que se tornou um meio estratégico para reduzir a exposição a choques econômicos externos, como volatilidade cambial e crises de liquidez (BRICS, 2013). Construindo um espaço de segurança que seria gerido pelo grupo, trazendo resultados positivos para a demanda global com a utilização mais produtiva de recursos financeiros (Coelho, Capinzaiki, 2017). Assim, abre caminhos para o desenvolvimento econômico global e desafia hierarquias ou limites que impeçam essas condições, buscando melhores posições no sistema internacional.

3.4 Adesão de Novos Membros e os Impactos geopolíticos da expansão dos BRICS

Após mais de 10 anos da criação do BRICS, na 15ª Cúpula que aconteceu em agosto de 2023, em Joanesburgo, cinco novos países aderiram à posição de membros do bloco. Com o objetivo de fortalecer a cooperação do Sul Global os líderes apontaram para a necessidade de inclusão de outros países em desenvolvimento, agora o BRICS ganha uma nova nomenclatura, o BRICS+. Com a necessidade de ampliar as parcerias, cooperação e diálogo com os países em

desenvolvimento que apresentavam suas insatisfações particulares acerca das instituições e da estrutura do sistema global (BRICS,2025).

Nessa nova conjuntura, temos duas classificações que constituem a estrutura do bloco, a de países membros, que englobam os cinco membros fundadores mais Arabia Saudita, Egito, Emirados Árabes, Etiópia e Irã adicionados na 15ª Cúpula em 2023. Esses países têm poder formal de decisão dentro do bloco que participam com maior proximidade e autonomia sobre as decisões estratégicas do BRICS e da cooperação entre os países. Os países parceiros, resolução da 16ª Cúpula em 2024, Bolívia, Indonésia, Cazaquistão, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda e Uzbequistão. Nesse caso, os países parceiros não votam e nem tem poder de decisão dentro do bloco, porém tem garantido um espaço de cooperação e interações valiosas entre esses países.

As consequências geopolíticas da expansão do BRICS vão muito além que a simples adição de países em desenvolvimento, promove o intercâmbio entre os povos e o reconhecimento dos diferentes níveis econômicos do Sul Global. No ano de 2023 foram mais 20 pedidos formais de entrada no BRICS e a participação de mais de 40 países (Ramos, 2025). O BRICS ganha força em outras esferas, como na OPEP com a adição da Árabia Saudita, Irã e Emirados Árabes países potentes no campo petrolífero. Dessa forma, o BRICS Plus agora tem quase 40% do PIB global, tornando evidente o fortalecimento do bloco na política internacional e amplia a discussão da mudança da moeda de troca entre o comércio desses países. (Adamor, Durão, 2023)

4. ANÁLISE DE ATUAÇÃO DO BRICS NO ÂMBITO DO G20

4.1 Posicionamentos Coletivos do BRICS nas Cúpulas do G20

O G20 foi estabelecido como um grupo permanente em 1999, representando um movimento de *outreach* do G7, nesse período, foi a primeira vez que países fora do G7 foram convidados a participar de um fórum internacional multilateral. (Ramos, 2014)

O G20 foi o primeiro mecanismo econômico de governança global no qual os países do BRICS participaram como membros, a partir de 2009, participando de reuniões formais e informais como o G20. A participação ativa no fórum ajuda o BRICS a conquistar uma posição de influência e fomenta a formação de alianças. Nesse sentido, o G20 se torna uma plataforma onde os países membros podem expressar de forma conjunta os seus interesses. (Tian, 2016)

Diante disso, desde a sua primeira cúpula o agrupamento declara que deve ser reconhecido como multipolar, equitativo e democrático. O grupo busca fomentar a paz mundial,

crescimento econômico e a promoção do multilateralismo como é expresso na análise feita pelo *BRICS Policy Center (2025)*. Nessa mesma análise, percebe-se a movimentação do agrupamento em construir um movimento de coordenação entre os países membros, criando expectativas alinhadas sobre o futuro da ordem global.

Nesse contexto, acerca da atuação do BRICS no G20, sendo este último, a principal plataforma de cooperação econômica internacional. Os países membros do agrupamento reivindicam a proporcionalidade da participação de acordo com o PIB internacional, para que assim, as tomadas de decisões sejam mais equitativas. Ademais, pontuam sobre estruturas multilaterais que ofereçam apoio a países em desenvolvimento, auxiliando na sua infraestrutura financeira e projetos sociais direcionados na melhoria interna dos países (Brics Policy Center, 2025).

4.2 Posicionamento - China

As declarações da China nas últimas cinco cúpulas do G20 apresentam dois pontos constantes em seus discursos e posicionamentos. O primeiro, o alerta sobre as mudanças climáticas e suas consequências para o desenvolvimento e prosperidade das nações e do mundo, respeitando a Agenda de Desenvolvimento e Sustentabilidade. O segundo, acerca da cooperação entre os países, anuncia sua disposição para intensificar sua cooperação com países do Sul Global como foi expresso na última cúpula do G20 que aconteceu no Rio de Janeiro. (CHINA, 2025)

O país intensifica sua preocupação em relação a países em desenvolvimento e aqueles que não são economicamente estáveis, que devem ser auxiliados pelos membros do G20 na caminhada para o desenvolvimento. Reforça o espírito de parceria entre os países que participam do fórum, para que possam atingir o desenvolvimento mútuo entre as nações. A China se posiciona a respeito da reforma das instituições internacionais, sendo de extrema necessidade para a evolução da governança global, para que todos os países tenham poder de decisão sobre questões globais.

4.3 Posicionamento - Rússia

As declarações Russas no âmbito do G20 são marcadas pelo contexto atual do país, que até os dias atuais se mantém em uma guerra contra a Ucrânia que se arrasta desde 2022, Sergey Lavrov representou a Rússia nas últimas quatro cúpulas do G20, se posicionando na defensiva quando questionado sobre o conflito armado. Na cúpula do G20 que aconteceu em Bali, na Indonésia, Sergey Lavrov se ausentou no momento de seu discurso. (RÚSSIA, 2022)

Tendo em vista as questões supracitadas, as declarações da Rússia, nesse período, incluem um chamado para o desenvolvimento mútuo global, fortalecendo a cooperação entre os países. Abordam questões sobre segurança energética e mudanças climáticas, tecem duras críticas às práticas neocoloniais do Ocidente, exposto na última cúpula em 2024. No 18th summit em Bali, a Rússia não esteve de acordo com a declaração conjunta dos países que compõem o G20, afirmando que “todas as instituições multilaterais devem estar em conformidade com as novas realidades geopolíticas” (RÚSSIA, 2023). Sergey Lavrov nega o isolamento russo, afirma a necessidade da reforma do Conselho de Segurança. Na última cúpula do G20, a Rússia reforçou o diálogo entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, criando um ambiente colaborativo entre as nações. (RÚSSIA, 2024)

4.4 Posicionamento África do Sul

A África do Sul, assim como a China, tem grande preocupação com um desenvolvimento sustentável e pede mais atenção às mudanças climáticas e a degradação do meio ambiente, tópico presente em seu discurso no 15º e 17º G20 summit. O país também demonstra grande preocupação com a segurança alimentar e energética do mundo, principalmente com o aumento do preço dos alimentos que ocorreu devido a pandemia de COVID-19. (ÁFRICA DO SUL, 2025)

África do Sul também incentiva a reforma das instituições globais, pontuando sobre a representatividade dos países em desenvolvimento em ambientes mundiais de decisão. No G20 de 2024, o país defende um sistema financeiro global mais inclusivo e favorável a países que buscam o desenvolvimento. Ademais, incentivam a cooperação entre os países, apontando que o G20 e as Nações Unidas devem ser o centro do multilateralismo para que assim, as mudanças que acontecem no globo possam ser debatidas. O multilateralismo e cooperação é de grande importância para o país. (ÁFRICA DO SUL, 2025)

4.5 Posicionamento - Índia

O Governo Indiano não disponibiliza os comunicados oficiais e discursos do país na cúpula do G20, e, portanto, seu posicionamento é de conhecimento apenas por notícias e reportagens dos jornais indianos. A Índia nas duas últimas cúpulas do G20 se posicionou contra a fome e a pobreza, e no período no qual assumiu a presidência, teve como pilar ‘O planeta, pessoas, paz e prosperidade’. A dívida mundial elevada também é de preocupação do governo indiano, que endereçou suas preocupações ao FMI e ao Banco Mundial, já que grandes dívidas

limitam a assistência dos países em questões como saúde, educação e infraestrutura (Sinharay, Athialy, 2024).

No Rio de Janeiro, o Governo Indiano teve o mesmo tipo de posicionamento que no período de sua presidência, incluindo a segurança alimentar e energética como um dos pilares que chamam a atenção do país. Por fim, houve ênfase no desenvolvimento dos países, citando a Agenda de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

4.6 Posicionamento - Brasil

A participação do Brasil nas últimas cinco cúpulas do G20 não é linear, o engajamento no fórum apresenta nuances a depender do representante do país. De 2020-2022, houve a participação de Jair Bolsonaro e Celso França, que apresentaram um discurso mais neutro e não se posicionaram sobre questões como multilateralismo e reforma das instituições globais. Em seu breve discurso na Arabia Saudita, Bolsonaro manifesta sobre ‘tensões criadas’, sem dar grandes explicações, o até então presidente debate sobre conflitos criados por outras nações, e expõe sobre a diversidade e miscigenação do Brasil no fórum do G20. No ano seguinte, Jair demonstrou preocupação com a retomada da economia após a grave crise sanitária gerada pelo COVID-19.

Com a chegada de Lula à presidência o discurso do país mudou, seguindo as características das relações exteriores de Lula nos seus primeiros mandatos. Lula critica no 18º fórum do G20 que não houve mudança nas bases da governança econômica mundial, e reforça que reformas nas instituições globais são essenciais para uma governança global mais equitativa. Em sua declaração seu descontentamento sobre o aumento da concentração de riqueza e alerta sobre o avanço das desigualdades sociais e entre os países.

Em 2024 o Brasil presidiu o G20 no Rio de Janeiro e teve como um dos pilares ‘aproximar para unir’, com posicionamento forte em combate às desigualdades, fome e pobreza. Lula em seu discurso expõe seu desejo para que tenha uma governança global mais inclusiva, no qual instituições internacionais representam a atual configuração geopolítica dos países, por fim, direcionando preocupação a crise do multilateralismo.

É importante salientar que durante os fóruns do G20 que aconteceram durante a pandemia de COVID-19 tiveram como questão principal a resolução da crise sanitária global, dessa forma, todos os países analisados demonstraram preocupação e apoio sobre essa questão, focalizando seus esforços para a resolução e mitigação da crise.

Dando sequência a análise, os países do BRICS, no contexto do fórum do G20 atuam de forma individual, apesar de terem convergência em certos posicionamentos. A reforma das instituições financeiras e da governança global se caracterizam como uma tendência nos discursos presentes no fórum nos últimos cinco anos. Dessa forma, nota-se uma modesta influência dos países do BRICS no âmbito do G20 (Ramos, 2014) pela similaridade dos pontos acima abordados.

Porém, as dinâmicas internas dos países afetam a cooperação entre eles, como a relação da Rússia com os outros membros do agrupamento após o início da guerra com a Ucrânia ou a discrepância do tamanho da economia da China diante de seus países parceiros. O G20, nos últimos anos, ficou marcado pela dificuldade de coordenação entre os países que fazem parte do fórum, não apenas relacionado ao BRICS. Mas principalmente, a coordenação entre os países emergentes diante de conflitos supracitados, resultando no processo de individualização das agendas, expresso no “Os Brics no G20: do consenso reformista à individualização das agendas”.

A autonomia valorizada no contexto do BRICS, assim como o alto nível de informalidade pode prejudicar sua agenda em comum que tenha como objetivo transformar o sistema de governança global. Por fim, os países do BRICS demandam mudanças sem se responsabilizar diretamente por elas (Ramos, 2014).

A tabela 1 tem como finalidade mapear o posicionamento dos países fundadores do BRICS nos últimos cinco fóruns do G20, com base em temas recorrentes nas cúpulas. Foram incluídos na análise os tópicos: sustentabilidade, mudanças climáticas, multilateralismo, cooperação, redução das desigualdades, desenvolvimento global mútuo, reformas das instituições internacionais, saúde, financiamento e cooperação econômica, pandemia da Covid-19, infraestrutura digital, desenvolvimento tecnológico e equidade no poder decisório global. A seleção desses tópicos se justifica por sua constância nas declarações conjuntas do BRICS, sendo centrais na agenda do bloco. A partir dessa matriz de definição a tabela foi criada para facilitar a visualização dos tópicos e posicionamentos que estão presentes nos discursos dos países ao longo dos cinco anos.

Diante desse recorte, foram examinados os discursos oficiais dos países fundadores do BRICS no fórum do G20, a fim de identificar quais temáticas estavam presentes em suas declarações. Dessa forma, a partir da tabela é possível analisar os pontos de convergência entre os países, avaliando se houve alinhamento de posicionamento no âmbito do G20.

5. Conclusão

Neste artigo, podemos concluir, que os países do BRICS possuem voz ativa e atuação marcante em diferentes temas da agenda global. Sendo protagonistas em suas determinadas regiões, os países do agrupamento reforçam as recorrentes transformações do sistema internacional, enfatizando essas mudanças em prol dos interesses do bloco, sendo eles: multilateralismo, cooperação e reforma do sistema internacional. (Damico, 2015)

O processo de consolidação do BRICS no cenário mundial, diante de grandes potências e conflitos inerentes das relações entre os Estados, se traduz no objetivo de “acumular capacidades econômicas e políticas” como afirmam (Ramos; Garcia; Pautasso; Rodrigues, 2018, p.22). Atuando como bloco de articulação global, moldado a partir de um objetivo comum, que apesar de suas diferenças e baixo nível de institucionalização, sobrevive diante de crises econômicas e políticas. Em relação ao comportamento do bloco, Silva e Gomes (2019) entendem o modelo do agrupamento que se articula como coalizão, dando sentido às características e a atuação do BRICS no cenário internacional.

Nesse sentido, o G20 constituiu o primeiro espaço em que os países do BRICS puderam atuar. A análise do histórico da agenda dos países fundadores do agrupamento são movidas inicialmente por interesses relacionados à governança do sistema internacional buscando uma “construção ativa” no fórum (Brics Policy Center, 2024) e potencializando a capacidade de barganha do Sul global.

Os BRICS inseridos no contexto do G20 apresentam alguns objetivos comuns, como a reforma da arquitetura financeira global e inclusão dos países em desenvolvimento na governança internacional. Dessa forma, o G20 se torna um importante local de debate, no qual países emergentes podem adereçar suas pautas e possibilitando a coordenação entre nações do Norte e Sul.

Porém, apesar de os países do BRICS possuírem certa convergência, são responsáveis por um leve aumento da sua influência no âmbito do fórum do G20. A forma não combativa e menos radical do BRICS de adereçar mudanças na estrutura de governança global arriscam a real possibilidade de alteração do status quo. Por fim, os BRICS como bloco de articulação global no G20 seguem com similaridades em seus discursos porém se posicionam de acordo com suas agendas, sendo direcionados por seus próprios interesses.

Com a expansão do BRICS, tornando-se BRICS+ o peso do bloco nas relações internacionais aumenta, porém, fica o questionamento em torno da coordenação do bloco, de

que forma a articulação entre países com posicionamentos tão diferentes se dará. Os conflitos militares da Rússia, o papel da China na guerra comercial contra os Estados Unidos e a entrada de países que têm como base econômica o petróleo, enquanto outros membros se comprometem com a transição energética. Por fim, de que modo a expansão afeta o posicionamento do agrupamento em fóruns multilaterais como o G20.

Tabela 1. Posicionamento do BRICS nos fóruns do G20

FÓRUNS G20	15th- Arábia Saudita (2020)					16th- Itália (2021)					17th- Indonésia (2022)					18th- Índia (2023)					19th- Rio de Janeiro (2024)				
PRINCIPAIS TÓPICOS	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	ÁFRICA DO SUL	BRASIL	RÚSSIA	ÍNDIA	CHINA	ÁFRICA DO SUL
Sustentabilidade				C	S		R		C	S			I	C	S		R	I	C	S	B	R	I	C	
Mudanças Climáticas				C	S		R	I	C	S				C	S		R	I	C	S		R	I	C	
Multilateralismo		R		C					C							B			C	S	B	R		C	S
Cooperação		R		C			R		C				I	C		B	R	I	C	S	B	R	I	C	S
Redução das Desigualdades		R		C	S				C	S				C		B	R	I	C		B	R		C	S
Desenvolvimento mútuo global		R							C				I	C			R		C		B	R		C	S
Reforma das Instituições Internacionais	B	R													S	B		I			B	R		C	S
Saúde	B	R		C	S	B	R	I	C	S					S		R			S				C	
Cooperação e Suporte Financeiro		R		C	S	B	R	I	C	S			I		S	B	R	I	C	S	B		I	C	
Covid-19	B	R		C	S	B	R		C	S				C	S					S				C	
Infraestrutura Digital e desenvolvimento tecnológico				C	S																			C	S
Poder de decisão global equitativo		R		C					C	S				C	S	B	R	I	C		B	R	I	C	S

*Brasil = Brasil; Rússia = R; Índia = I; China = C; África do Sul = S

Fonte: Própria

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; COZENDEY, Carlos Márcio; DAMICO, Flávio; FOLLY, Maiara; BAUMANN, Renato; FLÔRES JUNIOR, Renato Galvão (Org.). **BRICS: estudos e documentos**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-179>. Acesso em: 23 abr. 2025.

AGÊNCIA GOV. Banco do BRICS: entenda seu impacto e importância para as economias em desenvolvimento. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/banco-do-brics-entenda-seu-impacto-e-importancia-para-as-economias-em-desenvolvimento>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O papel dos BRICS na economia mundial**. In: CEBRI-ICONE-Embaixada Britânica Brasília. Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas. Rio de Janeiro, 2009. p. 57-65.

ARMIJO, Leslie Elliott. **The BRICS countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: mirage or insight?** *Asian Perspective*, v. 31, n. 4, p. 7-42, 2007.

BANCO MUNDIAL. PIB (US\$ a preços correntes) – Federação Russa. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=RU>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Comex Vis – Visualização de Dados do Comércio Exterior. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL. Como exportar – Rússia. Brasília: Governo Federal. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/Russia.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Relatório Agronegócio – África do Sul. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/adidos-agricolas/africa-do-sul/RELATRIOAGRONEGCIOfricadoSulv.cgaag31.08.2022.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

BRASIL DE FATO. A expansão do Brics não é uma vitória exclusiva da China. Brasil de Fato, 28 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/a-expansao-do-brics-nao-e-uma-vitoria-exclusiva-da-china>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRASIL DE FATO. Brics ganha peso geopolítico e econômico, mas se torna mais conservador e contraditório. Brasil de Fato, 24 ago. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/brics-ganha-peso-geopolitico-e-economico-mas-se-torna-mais-conservador-e-contraditorio>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BRICS. Novo Banco de Desenvolvimento (NDB). Disponível em: <https://brics.br/pt-br/sobre-o-brics/novo-banco-de-desenvolvimento-ndb>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CHIN, Gregory T. **The BRICS-led Development Bank: Purpose and politics beyond the G20. Global Policy**, [S.l.], v. 5, n. 3, p. 366-373, set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/cwe.12170>.

COELHO, J. C.; CAPINZAIKI, M. R. Hierarquia dos Estados no regime econômico-financeiro: os BRICS e a governança econômica global. *Revista Tempo do Mundo*, v. 3, n. 1, p. 131-154, 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/33>. Acesso em: 23 abr. 2025.

DE LIMA, Maria Regina Soares; ALBUQUERQUE, Marianna. O estilo Bolsonaro de governar e a política externa. *Boletim Opsa*, v. 1, p. 180915, 2019.

FERNANDES, Ivan Filipe de Almeida Lopes; CARDOSO, Luís Fernando de Paiva Baracho. A Política Externa Brasileira e o Grupo dos Brics. *Leviathan* (São Paulo), São Paulo, Brasil, n. 11, p. 121–144, 2017. DOI: 10.11606/issn.2237-4485.lev.2015.135212. Disponível em: <https://revistas.usp.br/leviathan/article/view/135212>. Acesso em: 18 maio. 2025.

FERNANDES, Thaís Moretz-Sohn. *Conhecendo o sistema político chinês*. Brasília: Apex-Brasil, 2014. ISBN 978-85-66713-06-0. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/content/dam/apexbrasil/arquivos/legado/ConhecendoOSistemaPoliticoChines.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2025.

FERNÁNDEZ, M.; RODRIGUEZ, M. E.; CANELLAS, R. Para entender o BRICS: como um mero acrônimo econômico evoluiu para um agrupamento global cada vez mais relevante. *The Conversation Brasil*, 2024. Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/brics-policy-center-lanca-serie-de-artigos-com-o-the-conversation-brasil/>. Acesso em: 17 de dezembro 2025.

GOMES SARAIVA, Miriam; COSTA SILVA, Álvaro Vicente. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, n. 64, 2019.

HAN, Z.; PAPA, M. **Leadership and performance in informal institutions: the internal dynamics of BRICS. Contemporary Politics**, v. 30, n. 1, p. 87–107, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569775.2023.2264065>. Acesso em: 15 abr. 2025.

IBGE. Produto Interno Bruto – PIB. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 23 abr. 2025.

IPEA. Comércio. Carta de Conjuntura – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/tag/comercio/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

KIRTON, J.; LARIONOVA, M. **The First Fifteen Years of the BRICS**. *International Organisations Research Journal*, v. 17, n. 2, p. 7–30, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17323/1996-7845-2022-02-01>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LEÃO, Valdemar Carneiro. BRICS: identidade e agenda econômica. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. Brasília: FUNAG, 2013.

MILHORANCE DE CASTRO, C. The Durban BRICS Summit: Advancing Cooperation among Emerging Sovereign Powers. *Mondes en Développement*, n. 165(1), p. 37-50, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/med.165.0037>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DIVERSIFICAÇÃO, REALINHAMENTO E DEPENDÊNCIA. *ENTRE-LUGAR*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 240–260, 2020. DOI: 10.30612/el.v11i21.12057. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/12057>. Acesso em: 17 maio. 2025.

MOREIRA JÚNIOR, Hermes. POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI: DIVERSIFICAÇÃO, REALINHAMENTO E DEPENDÊNCIA. *ENTRE-LUGAR*, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 240–260, 2020. DOI: 10.30612/el.v11i21.12057. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/12057>. Acesso em: 18 maio. 2025.

O GLOBO. Primeiro-ministro indiano Narendra Modi toma posse. Rio de Janeiro, 9 jun. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/06/09/primeiro-ministro-indiano-narendra-modi-toma-posse.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PARLIAMENT OF SOUTH AFRICA. Estrutura do Governo. Disponível em: <https://www.pa.org.za/info/structure-government>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PAPA, M.; HAN, Z. The evolution of soft balancing in informal institutions: the case of BRICS. *International Affairs*, v. 101, n. 1, p. 73–95, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/ia/iaae278>. Acesso em: 23 abr. 2025.

PINHEIRO, Letícia; MILANI, Carlos R. S. (org.). *Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

RAMOS, L. C. S.; GARCIA, A. E. S.; PAUTASSO, D.; RODRIGUES, F. C. R. Adensamento institucional e outreach: um breve balanço do BRICS. *Carta Internacional*, [S. l.], v. 13, n. 3, 2018. DOI:10.21530/ci.v13n3.2018.727. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/727>. Acesso em: 9 maio. 2025.

RAMOS, Leonardo. Potências médias emergentes e reforma da arquitetura financeira mundial? Uma análise do BRICS no G20. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 49–65, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987314225005>.

RIBEIRO, E. J. J.; MORAES, R. F. de. De BRIC a BRICS: como a África do Sul ingressou em um clube de gigantes. *Contexto Internacional*, v. 37, n. 1, p. 255–287, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292015000100008>. Acesso em: 23 abr. 2025.

TRADING ECONOMICS. China – Exportações. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/china/exports>. Acesso em: 23 abr. 2025.

TRADING ECONOMICS. Índia – Exportações. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/india/exports>. Acesso em: 23 abr. 2025.

AZERA, Érico. Os BRICS no G20: do consenso reformista à individualização das agendas. 2024.

AGÊNCIA GOV. Banco do BRICS: entenda seu impacto e importância para as economias em desenvolvimento. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202503/banco-do-brics-entenda-seu-impacto-e-importancia-para-as-economias-em-desenvolvimento#:~:text=O%20Novo%20Banco%20de%20Desenvolvimento%20%C3%A9%20apontado%20como%20a%20principal,FMI%20e%20o%20Banco%20Mundial>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BOELL. Uma declaração sem soluções: presidência indiana do G20 e seus resultados. Disponível em: <https://br.boell.org/en/2024/06/20/uma-declaracao-sem-solucoes-presidencia-indiana-do-g20-e-seus-resultados>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BOELL. Uma declaração sem soluções: presidência indiana do G20 e seus resultados. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2024/06/20/uma-declaracao-sem-solucoes-presidencia-indiana-do-g20-e-seus-resultados>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRICS. BRICS é um canal de diálogo e espaço para defender mundo multipolar. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/brics-e-um-canal-de-dialogo-e-espaco-para-defender-mundo-multipolar>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DIRCO. Minister Pandor to lead South Africa's delegation at the G20 Leaders Summit in Rome. Disponível em: <https://dirco.gov.za/minister-pandor-to-lead-south-africas-delegation-at-the-g20-leaders-summit-in-rome/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DIRCO. Minister Pandor travels to Italy to represent South Africa in the G20 Ministers Meetings. Disponível em: <https://dirco.gov.za/minister-pandor-travels-to-italy-to-represent-south-africa-in-the-g20-ministers-meetings/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DIRCO. Statement by President Cyril Ramaphosa during the Working Session I: One Earth, G20 Leaders Summit, 9 September 2023, New Delhi, India. Disponível em: <https://dirco.gov.za/statement-by-president-cyril-ramaphosa-during-the-working-session-i-one-earth-one-earth-g20-leaders-summit-9-september-2023-new-delhi-india/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

DIRCO. Statement by President Cyril Ramaphosa during the Working Session II: One Family, G20 Leaders Summit, New Delhi, India, 9 September 2023. Disponível em: <https://dirco.gov.za/statement-by-president-cyril-ramaphosa-during-the-working-session-ii-one-family-g20-leaders-summit-new-delhi-india-9-september-2023/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GOV.CN. Full Text: Remarks by Chinese Premier Li Qiang at Session I of the 18th G20 Summit. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202309/10/content_WS64fd3463c6d0868f4e8df521.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOV.CN. Full Text: Address by Chinese President Xi Jinping at Session I of 19th G20 Summit. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/202411/19/content_WS673b9965c6d0868f4e8ed256.html?. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOV.CN. Xi expounds on sustainable development at G20 meeting. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/topnews/202011/23/content_WS5fbb1040c6d0f725769405cd.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOV.CN. Highlights of Xi-Biden meeting ahead of G20 summit in Indonesia Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/topnews/202211/15/content_WS6372df2dc6d0a757729e32ba.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

GOV.CN. Full text of Xi's remarks at Session I of G20 summit in Bali. Disponível em: https://english.www.gov.cn/news/topnews/202211/15/content_WS63737c25c6d0a757729e3355.html. Acesso em: 10 jun. 2025.

EXAME. Brasil terá representação esvaziada no G20. Disponível em: <https://exame.com/mundo/brasil-tera-representacao-esvaziada-no-g20/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

G1. O que Índia e Indonésia alcançaram na presidência do G20. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/g20/noticia/2024/11/16/o-que-india-e-indonesia-alcancaram-na-presidencia-do-g20.ghtml>. Acesso em: 15 jun. 2025.

G20. Media statement: President Ramaphosa arrives in Rio de Janeiro to lead South Africa's participation at the G20 Leaders Summit. Disponível em: <https://g20.org/g20-media/media-statement-president-ramaphosa-arrives-in-rio-de-janeiro-to-lead-south-africas-participation-at-the-g20-leaders-summit/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MID.RU. Intervenção e respostas do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Rússia, Serguei Lavrov, a perguntas dos media sobre a Reunião Ministerial do G20, Nova Deli, 2 de março de 2023. Disponível em: https://mid.ru/pt/foreign_policy/news/1856607/. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL DE FATO. No G20, chanceler russo diz que arrogância do Ocidente não permite negociações sobre Ucrânia. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/02/22/no-g20-chanceler-russo-diz-que-arrogancia-do-ocidente-nao-permite-negociacoes-sobre-ucrania/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CNN BRASIL. Presidente da China Xi Jinping discursa no G20. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/presidente-da-china-xi-jinping-discursa-no-g20/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CNN BRASIL. Rússia diz que declaração dos líderes do G20 é equilibrada. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/russia-diz-que-declaracao-dos-lideres-do-g20-e-equilibrada/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

CTB. Xi Jinping propõe no G20 cooperação internacional pelo desenvolvimento compartilhado. Disponível em: <https://www.ctb.org.br/2024/11/21/xi-jinping-propoe-no-g20-cooperacao-internacional-pelo-desenvolvimento-compartilhado/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FRANCE24. Live: Ukraine at top of agenda at G20 meetings in Bali. Disponível em: <https://www.france24.com/en/europe/20220708-live-ukraine-at-top-of-agenda-at-g20-meetings-in-bali>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. G20 Rome Leaders' Declaration. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/en/contact-us/press-area/press-releases/g20-rome-leaders2019-declaration>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. G20 Bali Leaders' Declaration, Bali, Indonesia, 15 e 16 de novembro de 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/g20-bali-leaders2019-declaration-bali-indonesia-15-e-16-de-novembro-de-2022. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Discurso do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no encerramento da cúpula do G20. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-no-encerramento-da-cupula-do-g20>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Discurso do presidente da República Jair Bolsonaro na cúpula do G20. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/10/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cupula-do-g20>. Acesso em: 15 jun. 2025.

IPEA. Conheça os BRICS. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 9 maio 2025.

PIB. Press Release. Disponível em: <https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=1876366>. Acesso em: 15 jun. 2025.

RÚSSIA. Discurso do Presidente Vladimir Putin na Cúpula do G20. Disponível em: [G20 Summit second session • President of Russia](#). Acesso em: 06/06/2025

SUNO. Crise Asiática. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/crise-asiatica/>. Acesso em: 13 maio 2025.

THE HINDU. Russian President Vladimir Putin not to attend G20 summit in India. Disponível em: <https://www.thehindu.com/news/national/russian-president-vladimir-putin-not-to-attend-g20-summit-in-india/article67234724.ece>. Acesso em: 12 jun. 2025.

UFRGS. José Serra e suas consequências para a inserção internacional brasileira. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fce/jose-serra-e-suas-consequencias-para-a-insercao-internacional-brasileira/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

ANEXO A - Discursos China

FÓRUM 19º DO G20, RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2024

Excelentíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Colegas,

Já se passaram 16 anos desde o lançamento da Cúpula do G20. Ao longo dos anos, trabalhamos em solidariedade para enfrentar a crise financeira global, promovemos a cooperação na economia global, finanças e comércio, e conduzimos a economia mundial para o caminho da recuperação. Trabalhamos em conjunto para enfrentar desafios globais de frente, seja a mudança climática ou a pandemia de COVID-19, lideramos a transformação tecnológica e continuamos renovando as responsabilidades e missões do G20. Trabalhamos em uníssono para melhorar a governança global, fortalecemos a coordenação de políticas macroeconômicas, avançamos na reforma das instituições financeiras internacionais e defendemos a cooperação internacional no espírito de consulta igualitária e benefício mútuo.

Partindo de um novo ponto de partida, o G20 precisa construir sobre suas conquistas passadas e continuar a atuar como uma força para melhorar a governança global e avançar a história. Devemos ter em mente que a humanidade vive em uma comunidade com um futuro compartilhado, ver o desenvolvimento dos outros como oportunidades em vez de desafios, e nos ver como parceiros em vez de rivais. Devemos observar as normas básicas das relações internacionais sustentadas pelos propósitos e princípios da Carta da ONU e defender a ordem internacional baseada no direito internacional. À luz do mandato do G20, poderíamos construir um maior consenso internacional nos campos econômico, financeiro, comercial, digital e ambiental, entre outros, para melhorar a governança global e promover um mundo multipolar igualitário e ordenado e uma globalização econômica universalmente benéfica e inclusiva.

Primeiro, precisamos melhorar a governança econômica global e construir uma economia mundial caracterizada pela cooperação. Desenvolvemos as estratégias de crescimento abrangentes do G20 e estabelecemos um quadro para um crescimento forte, sustentável, equilibrado e inclusivo. Devemos permanecer comprometidos em fortalecer as parcerias econômicas globais, reforçar a coordenação de políticas macroeconômicas em políticas fiscais, financeiras, monetárias e de reforma estrutural, cultivar novas forças produtivas de qualidade e aumentar a produtividade total dos fatores, a fim de abrir mais possibilidades para a economia global. É importante fazer bom uso das Reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais do G20, deixá-las servir como um lastro para a coordenação de políticas macroeconômicas e fomentar um ambiente aberto, inclusivo e não discriminatório para a cooperação econômica internacional. Como principais credores, as instituições financeiras internacionais e os credores comerciais precisam participar da redução e suspensão da dívida para os países em desenvolvimento. Também é importante criar um ambiente de negócios limpo, mantendo uma postura de tolerância zero contra a corrupção, intensificando a cooperação internacional na repatriação de fugitivos e recuperação de ativos, e negando refúgio seguro a funcionários corruptos e seus ativos.

Segundo, precisamos melhorar a governança financeira global e construir uma economia mundial caracterizada pela estabilidade. Para aumentar a voz e a representação dos países em desenvolvimento, o Banco Mundial deve realizar uma revisão de participação acionária e o Fundo Monetário Internacional deve realizar um realinhamento de cotas de acordo com o cronograma e roteiro acordados. Esforços conjuntos são necessários para manter o mercado financeiro internacional estável e prevenir o impacto negativo dos ajustes de política monetária doméstica. Os países desenvolvidos devem cumprir suas responsabilidades a esse respeito. É importante aprimorar os sistemas de monitoramento, alerta precoce e manejo de riscos financeiros, reforçar a cooperação em áreas como moeda digital e tributação, e fortalecer a rede de segurança financeira global. O Roteiro de Finanças Sustentáveis do G20 deve ser

implementado em um ritmo mais rápido para melhor atender às necessidades de financiamento verde dos países em desenvolvimento.

Terceiro, precisamos melhorar a governança do comércio global e construir uma economia mundial caracterizada pela abertura. Devemos colocar o desenvolvimento no centro da agenda econômica e comercial internacional e avançar constantemente na liberalização e facilitação do comércio e investimento. Devemos avançar na reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC), opor-nos ao unilateralismo e protecionismo, restaurar o funcionamento normal do mecanismo de solução de controvérsias o mais rápido possível, incluir o Acordo de Facilitação de Investimentos para o Desenvolvimento no quadro jurídico da OMC e alcançar um consenso antecipado sobre o acordo de comércio eletrônico. Devemos trabalhar ativamente para manter as regras da OMC relevantes, abordando questões pendentes há muito tempo e explorando a formulação de novas regras orientadas para o futuro, para aumentar a autoridade, eficácia e relevância do sistema de comércio multilateral. É importante evitar politizar questões econômicas, evitar fragmentar o mercado global e evitar adotar medidas protecionistas em nome do desenvolvimento verde e de baixo carbono. Há dois anos, a China e a Indonésia, juntamente com alguns outros países, lançaram a Iniciativa de Cooperação Internacional em Cadeias Industriais e de Suprimentos Resilientes e Estáveis, convocando parcerias industriais e de cadeias de suprimentos mais igualitárias, inclusivas e construtivas. Estamos prontos para uma cooperação mais estreita com todos os lados nesta iniciativa.

Quarto, precisamos melhorar a governança digital global e construir uma economia mundial caracterizada pela inovação. Devemos fortalecer a função da Reunião de Ministros da Economia Digital do G20 e deixá-la desempenhar um papel de liderança na transição digital, na integração profunda da economia digital e da economia real, e na formulação de regras em áreas emergentes. Devemos intensificar a governança e cooperação internacional em inteligência artificial (IA), para garantir que a IA seja para o bem e para todos, e não um jogo dos países ricos e dos abastados. A China sediou a Conferência Mundial de IA de 2024 e a Reunião de Alto Nível sobre Governança Global de IA, e emitiu a Declaração de Xangai sobre Governança Global de IA. Juntamente com outras partes, a China promoveu a adoção de uma resolução da Assembleia Geral da ONU sobre o fortalecimento da cooperação internacional na capacitação em IA. A China realizará outra conferência mundial de IA em 2025 e convida a participação dos membros do G20.

Quinto, precisamos melhorar a governança ecológica global e construir uma economia mundial caracterizada pela eco-amizade. Devemos honrar o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e implementar plena e efetivamente o Acordo de Paris e o Quadro Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal em prol da coexistência harmoniosa do homem com a natureza. Os países desenvolvidos devem fornecer aos países em desenvolvimento o financiamento, tecnologia e apoio à capacitação necessários. A recentemente concluída Conferência da ONU sobre Biodiversidade produziu um consenso importante. Devemos apoiar conjuntamente as conferências da ONU em andamento e futuras sobre mudança climática e desertificação para alcançar resultados positivos. A transição energética e a segurança energética são questões importantes. Devemos seguir a abordagem de "estabelecer o novo antes de abolir o antigo" e substituir a energia tradicional por energia limpa de forma estável e bem ordenada, enquanto aceleramos a transição verde e de baixo carbono da economia mundial. A China está pronta para continuar a aprofundar a cooperação internacional com todos os lados em infraestrutura verde, energia verde, mineração verde e transporte verde, e fornecerá apoio aos países em desenvolvimento na medida de sua capacidade.

A governança de segurança global é parte integrante da governança global. O G20 deve apoiar a ONU e seu Conselho de Segurança em desempenhar um papel maior e apoiar todos os esforços que contribuam para a solução pacífica de crises. Para desescalar a crise na Ucrânia e buscar uma solução política, devemos seguir os princípios de não expansão dos campos de batalha, não escalada das hostilidades e não incitação às chamas. A China e o Brasil, juntamente com alguns outros países do Sul Global, lançaram o grupo de "amigos pela paz" na crise da Ucrânia, com o objetivo de reunir mais vozes pela paz. Os combates em Gaza causaram profundo sofrimento ao povo. É urgente que todas as partes parem de lutar, acabem com a guerra e forneçam apoio para aliviar a crise humanitária na região e para a reconstrução pós-guerra. A maneira fundamental de sair do ciclo de conflito palestino-israelense reside na implementação da solução de dois Estados, na restauração dos direitos nacionais legítimos da Palestina e no estabelecimento de um Estado independente da Palestina.

Colegas,

Renovemos nosso compromisso com a missão fundadora do G20 e façamos um novo começo a partir do Rio de Janeiro. Vamos levar adiante a parceria, praticar o verdadeiro multilateralismo e inaugurar um futuro melhor de desenvolvimento e prosperidade comuns.

Obrigado.

(CN GOV, 2024)

FÓRUM 18º DO G20, NOVA DELHI, ÍNDIA, 2023

Excelentíssimo Primeiro-Ministro Narendra Modi,

Colegas,

É um grande prazer participar da Cúpula do G20 em Nova Délhi. Gostaria de agradecer ao Primeiro-Ministro Modi e ao governo indiano pelos arranjos cuidadosos feitos para a cúpula, e dar as boas-vindas à União Africana no G20!

O tema desta cúpula, "Uma Terra, Uma Família, Um Futuro", é de grande importância e encapsula uma visão semelhante à proposta do Presidente Xi Jinping de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Todos nós podemos ter essa sensação: quando "aldeia global" se torna uma noção comum em todo o mundo, não se trata apenas de tempo e espaço reduzidos trazidos pelo crescimento econômico e avanços tecnológicos, mas, mais importante, dos laços cada vez mais estreitos entre países e indivíduos neste planeta. É como se fôssemos aldeões vivendo na mesma aldeia, e a humanidade estivesse em uma comunidade com um futuro compartilhado. Em particular, sob os impactos combinados de uma transformação global sem precedentes e uma pandemia que ocorreu uma vez em um século, muito mudou em nosso mundo nos últimos anos. A coisa mais importante que essas mudanças nos dizem é que a humanidade está ligada por um interesse comum. Ninguém pode permanecer indiferente diante de grandes crises e desafios comuns, e solidariedade e cooperação são o único caminho certo a seguir.

Nesta "aldeia global" onde todos vivemos, todos os países, independentemente de tamanho ou localização, devem ter uma visão mais ampla e pensar mais sobre o futuro da humanidade

enquanto buscam seus próprios interesses. É com essa consideração em mente que o Presidente Xi Jinping apresentou a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa de Segurança Global e a Iniciativa de Civilização Global. Convidamos todos os países a respeitarem uns aos outros, buscarem pontos comuns enquanto reservam diferenças, viverem juntos em paz e trabalharem conjuntamente para enfrentar desafios globais e criar um futuro melhor. Em particular, dadas as enormes dificuldades que a recuperação global e o desenvolvimento sustentável enfrentam, é ainda mais importante que os membros do G20 mantenham a solidariedade e a cooperação, e cumpram nossa responsabilidade pela paz e desenvolvimento, no interesse do futuro compartilhado e bem-estar da humanidade. Precisamos intensificar a coordenação de políticas macroeconômicas, defender a segurança dos sistemas econômicos e financeiros internacionais, promover inovações na economia digital e injetar confiança e impulso no crescimento global, para sermos parceiros na promoção da recuperação econômica mundial. Precisamos avançar firmemente na globalização econômica, apoiar o regime de comércio multilateral, opor-nos firmemente à politização de questões econômicas e comerciais, e manter as cadeias industriais e de suprimentos globais estáveis e fluídas, para sermos parceiros na promoção da cooperação aberta em nível global. Precisamos proteger conjuntamente o planeta Terra como nosso lar verde. Devemos defender o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, seguir o Pacto de Desenvolvimento Verde do G20, avançar no desenvolvimento verde e de baixo carbono, e proteger o ambiente ecológico marinho, para sermos parceiros na promoção do desenvolvimento sustentável global. Em suma, devemos escolher a solidariedade em vez da divisão, a cooperação em vez da confrontação, e a inclusão em vez da exclusão. Só assim podemos abrir perspectivas mais brilhantes para o desenvolvimento global e inaugurar um futuro melhor para a humanidade.

A China sempre defendeu a paz, o desenvolvimento e a cooperação ganha-ganha. Estamos comprometidos em ser um construtor da paz mundial, contribuindo para o desenvolvimento global e defensor da ordem internacional. No futuro, permaneceremos firmes em aprofundar a reforma, expandir a abertura, buscar um desenvolvimento de alta qualidade e avançar na modernização chinesa. Este ano, a economia chinesa tem estado geralmente em uma trajetória ascendente, e progressos sólidos foram feitos no desenvolvimento de alta qualidade. O desenvolvimento da China tem perspectivas brilhantes e injetará mais e novo impulso na recuperação global e no desenvolvimento sustentável. A China sediará o terceiro Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional no próximo mês e a sexta Exposição Internacional de Importação da China em novembro. Todas as partes são bem-vindas a participar ativamente desses eventos e compartilhar as oportunidades de cooperação mutuamente benéficas. A China está pronta para fazer maiores esforços juntamente com todas as outras partes pelo bem de nosso planeta comum, lar comum e futuro comum!

Obrigado!

(CN GOV, 2023)

FÓRUM 17º DO G20, BALI, INDONÉSIA, 2022

Colegas,

É um grande prazer participar da Cúpula do G20 em Bali. No início, gostaria de agradecer ao Presidente Joko Widodo e ao governo indonésio por fazerem esses arranjos cuidadosos para a

Cúpula. Também saúdo a presidência indonésia por seu papel importante na promoção da cooperação do G20.

Nos encontramos em um momento de mudanças significativas nunca vistas em um século, mudanças que são consequentes para o mundo, para nossos tempos e para a história. A pandemia de COVID-19 ainda persiste, com casos aumentando aqui e ali. A economia mundial está se tornando mais frágil. O ambiente geopolítico permanece tenso. A governança global é seriamente inadequada. Crises alimentares e energéticas se agravam mutuamente. Tudo isso representa desafios formidáveis para nosso desenvolvimento.

Diante desses desafios, é imperativo que todos os países abracem a visão de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e defendam a paz, o desenvolvimento e a cooperação ganha-ganha. Todos os países devem substituir a divisão pela unidade, a confrontação pela cooperação e a exclusão pela inclusão. Todos os países devem unir forças para responder à questão de nossos tempos — "o que há de errado com este mundo, o que devemos fazer a respeito" — para superar dificuldades e criar um futuro melhor juntos.

Todos os membros do G20 devem assumir a responsabilidade inerente de serem grandes atores internacionais e regionais e devem liderar pelo exemplo na promoção do desenvolvimento de todas as nações, melhorando o bem-estar de toda a humanidade e avançando o progresso de todo o mundo.

Devemos tornar o desenvolvimento global mais inclusivo. A solidariedade é força, mas a divisão não leva a lugar nenhum. Vivendo na mesma aldeia global, devemos estar juntos diante de riscos e desafios. Traçar linhas ideológicas ou promover política de grupos e confrontação de blocos só dividirá o mundo e impedirá o desenvolvimento global e o progresso humano. Com a civilização humana já no século XXI, a mentalidade da Guerra Fria está há muito desatualizada. O que precisamos fazer é unir forças e elevar nossa cooperação ganha-ganha a um novo patamar.

Os países devem respeitar uns aos outros, buscar pontos comuns enquanto reservam diferenças, viver juntos em paz e promover uma economia mundial aberta. Ninguém deve se envolver em práticas de empobrecer o vizinho, construir "um pequeno quintal com cercas altas" ou criar clubes fechados e exclusivos.

Sempre acredito que o G20 deve permanecer comprometido com seu propósito fundador de unidade e cooperação, levar adiante o espírito de solidariedade e defender o princípio do consenso. "Cana-de-açúcar e capim-limão crescem em aglomerados densos." Este provérbio indonésio capta bem o valor da solidariedade. Divisão e confrontação não servem aos interesses de ninguém. Apenas solidariedade e desenvolvimento comum são a escolha certa a fazer.

Devemos tornar o desenvolvimento global benéfico para todos. O desenvolvimento é real apenas quando todos os países se desenvolvem juntos. Prosperidade e estabilidade não podem ser possíveis em um mundo onde os ricos ficam mais ricos enquanto os pobres ficam mais pobres. Toda nação aspira a uma vida melhor, e a modernização não é um privilégio reservado para qualquer país único. Os pioneiros no desenvolvimento devem sinceramente ajudar outros a se desenvolverem e fornecer mais bens públicos globais. Todos os grandes países devem desempenhar suas devidas responsabilidades e fazer o melhor pela causa do desenvolvimento global.

A Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI) que propus visa atender ao objetivo de longo prazo e às necessidades imediatas de desenvolvimento comum do mundo, fomentar o consenso internacional sobre a promoção do desenvolvimento, cultivar novos motores para o desenvolvimento global e facilitar o desenvolvimento comum e o progresso de todos os países.

Em um ano, mais de 60 países se juntaram ao Grupo de Amigos do GDI. A China estabeleceu o Fundo de Desenvolvimento Global e Cooperação Sul-Sul e aumentará seu financiamento para o Fundo de Paz e Desenvolvimento China-ONU. Faremos uma lista de itens para cooperação prática, estabeleceremos um pool aberto de projetos do GDI e elaboramos um roteiro para a implementação do GDI. Estamos trabalhando com mais de 100 países e organizações internacionais no GDI, proporcionando assim novo impulso para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A China submeteu 15 projetos à "Ação do G20 para Recuperação Forte e Inclusiva" e participou de outros cinco projetos dentro deste quadro. Trabalharemos com os membros do G20 para cumprir esses projetos.

Devemos tornar o desenvolvimento global mais resiliente. A globalização econômica está enfrentando ventos contrários, e a economia mundial está em risco de recessão. Todos estão passando por dificuldades, mas os países em desenvolvimento estão sofrendo mais. Portanto, é mais imperativo do que nunca focarmos na questão do desenvolvimento. O tema da Cúpula de Bali, "Recuperar Juntos, Recuperar Mais Forte", envia uma mensagem positiva do compromisso do G20 em apoiar o crescimento dos países em desenvolvimento e prevenir uma recuperação global divergente e desequilibrada. Precisamos construir uma parceria global para a recuperação econômica, priorizar o desenvolvimento e colocar as pessoas no centro, sempre ter em mente as dificuldades enfrentadas pelos países em desenvolvimento e acomodar suas preocupações. A China apoia a União Africana em se juntar ao G20.

Todas as partes devem continuar a aprofundar a cooperação internacional contra a COVID-19 e aumentar a acessibilidade e a acessibilidade de vacinas, medicamentos e métodos de diagnóstico e tratamento nos países em desenvolvimento, a fim de criar um ambiente saudável para a recuperação econômica. Devemos conter a inflação global e desarmar riscos econômicos e financeiros sistêmicos. Em particular, as economias desenvolvidas devem mitigar os efeitos negativos de seus ajustes de política monetária e manter suas dívidas em níveis sustentáveis. O FMI deve acelerar o empréstimo de SDRs para países de baixa renda. As instituições financeiras internacionais e os credores comerciais, que são os principais credores dos países em desenvolvimento, devem participar da redução e suspensão da dívida para os países em desenvolvimento. A China está implementando a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) do G20 em todos os aspectos e suspendeu o maior montante de pagamento de serviço da dívida entre todos os membros do G20. Enquanto isso, a China está trabalhando com alguns membros do G20 no tratamento da dívida sob o Quadro Comum para Tratamento da Dívida além do DSSI, ajudando assim os países em desenvolvimento relevantes a navegar por este momento difícil.

Comércio global, economia digital, transição verde e combate à corrupção são fatores-chave que impulsionam o desenvolvimento global. Devemos continuar a defender o sistema de comércio multilateral centrado na OMC, avançar ativamente na reforma da OMC, aumentar a liberalização e facilitação do comércio e investimento e promover uma economia mundial aberta. A China propôs a Ação do G20 sobre Inovação e Cooperação Digital. Esperamos trabalhar com todas as partes para fomentar um ambiente aberto, justo e não discriminatório para a economia digital, a fim de reduzir a divisão digital Norte-Sul. Ao enfrentar a mudança

climática e transitar para o desenvolvimento verde e de baixo carbono, o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, deve ser defendido. Também é importante fornecer financiamento, tecnologia e apoio à capacitação para os países em desenvolvimento e promover a cooperação em finanças verdes. A cooperação internacional é muito importante para combater a corrupção. Os membros do G20 devem manter tolerância zero para a corrupção, intensificar a cooperação internacional na repatriação de fugitivos e recuperação de ativos e recusar-se a fornecer "refúgios seguros" para indivíduos e ativos corruptos.

O desenvolvimento global seria impossível sem um ambiente internacional pacífico e estável. Com isso em mente, apresentei a Iniciativa de Segurança Global (GSI). Nosso objetivo é trabalhar com todas as partes para defender o espírito da Carta da ONU, agir de acordo com o princípio da segurança indivisível, defender a visão de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável, defender a resolução de conflitos por meio de negociação e solução de disputas por meio de consulta e apoiar todos os esforços que contribuam para a solução pacífica de crises.

Colegas,

Segurança alimentar e energética é o desafio mais urgente no desenvolvimento global. A causa raiz das crises em andamento não é produção ou demanda, mas cadeias de suprimentos interrompidas e cooperação internacional. A saída para isso é que todos os países, com a coordenação da ONU e outras organizações internacionais multilaterais, aumentem a cooperação na supervisão e regulamentação do mercado, construam parcerias em commodities, desenvolvam um mercado de commodities aberto, estável e sustentável e trabalhem juntos para desobstruir cadeias de suprimentos e estabilizar os preços de mercado.

Devemos nos opor resolutamente à tentativa de politizar questões alimentares e energéticas ou usá-las como ferramentas e armas. Sanções unilaterais devem ser removidas e restrições à cooperação científica e tecnológica relevante devem ser levantadas. Ao reduzir o consumo de energia fóssil e transitar para energia limpa, precisamos considerar de forma equilibrada vários fatores e garantir que o processo de transição não prejudique a economia ou o sustento das pessoas. Os países em desenvolvimento enfrentam riscos mais agudos em segurança alimentar e energética. O G20 deve ter isso em mente e fornecer o apoio necessário em produção, coleta, armazenamento, financiamento e tecnologia. Desde que a ONU estabeleceu o Grupo de Resposta à Crise Global em Alimentos, Energia e Finanças, o G20 deve manifestar seu apoio a ele.

Ao longo dos anos, a China tem feito uma grande contribuição para a segurança alimentar e energética global. Este ano, a China propôs, juntamente com seis parceiros, incluindo Indonésia e Sérvia, a Iniciativa de Cooperação Internacional em Cadeias Industriais e de Suprimentos Resilientes e Estáveis, juntou-se a outros países na convocação para o estabelecimento da Parceria de Cooperação em Energia Limpa Global e apresentou a Iniciativa de Cooperação Internacional sobre Segurança Alimentar Global no G20. Esperamos aprofundar a cooperação com todas as partes nessas áreas.

Colegas,

O Partido Comunista da China recentemente convocou seu 20º Congresso Nacional, estabelecendo os objetivos, tarefas e políticas orientadoras para a causa do Partido e do país nos

próximos cinco anos e além. A China permanecerá comprometida com o caminho do desenvolvimento pacífico, permanecerá comprometida com o aprofundamento da reforma e abertura e permanecerá comprometida com a promoção do rejuvenescimento nacional em todas as frentes por meio de um caminho chinês para a modernização. Uma China marchando em direção à modernização trará mais oportunidades para o mundo, injetará um impulso mais forte para a cooperação internacional e fará uma maior contribuição para o progresso humano!

Obrigado.

(CN GOV, 2022)

FÓRUM 16° DO G20, ROMA, ITÁLIA, 2021

Excelentíssimo Primeiro-Ministro Mario Draghi

Prezados Colegas,

Gostaria de começar agradecendo sinceramente à Itália, o Presidente do G20, pelos grandes esforços que fez em sediar esta Cúpula.

A cidade de Roma, com sua história antiga, deixou um capítulo esplêndido na história da civilização humana. Hoje, estamos nos reunindo aqui em meio a uma pandemia prolongada de COVID-19, recuperação econômica frágil, desafios agudos de mudança climática e frequentes surtos de questões regionais. Com o tema Pessoas, Planeta, Prosperidade, a Cúpula de Roma expressa a determinação da comunidade internacional de agir em solidariedade para derrotar a pandemia e reviver a economia mundial, e demonstra a missão do G20 de liderar a transformação da governança econômica global.

Diante de mudanças e de uma pandemia nunca vistas em um século, o G20, o principal fórum de cooperação econômica internacional, precisa assumir suas devidas responsabilidades, ter em mente o futuro da humanidade e o bem-estar das pessoas, defender a abertura, inclusão e cooperação ganha-ganha, praticar o verdadeiro multilateralismo e promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Especificamente, gostaria de sugerir que trabalhemos nas seguintes cinco áreas.

Primeiro, trabalhar em solidariedade para combater a COVID-19. Com o coronavírus devastando o mundo inteiro, nenhum de nós pode ficar seguro sozinho. Solidariedade e cooperação são a arma mais poderosa. A comunidade internacional deve trabalhar em conjunto para enfrentar e derrotar a pandemia com uma abordagem baseada na ciência. A estigmatização do vírus e a politização da rastreabilidade das origens vão contra o espírito de solidariedade contra a pandemia. Precisamos intensificar a cooperação na prevenção, controle, diagnóstico e tratamento, e melhorar a preparação para grandes emergências de saúde pública. O G20 inclui as principais economias do mundo e, portanto, deve desempenhar um papel de liderança na construção de consenso, mobilização de recursos e promoção da cooperação.

No início da pandemia, eu pedi que as vacinas contra a COVID-19 fossem transformadas em um bem público global. Com base nisso, gostaria de propor aqui uma Iniciativa de Ação de Cooperação Global em Vacinas: Primeiro, precisamos fortalecer a cooperação em pesquisa e desenvolvimento de vacinas e apoiar empresas de vacinas na realização de pesquisa e

desenvolvimento conjuntos e produção com países em desenvolvimento. Segundo, precisamos defender a equidade e a justiça, e fornecer mais vacinas aos países em desenvolvimento para atender à meta global de vacinação para 2022, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Terceiro, precisamos apoiar a Organização Mundial do Comércio (OMC) na tomada de uma decisão antecipada sobre a renúncia aos direitos de propriedade intelectual sobre vacinas contra a COVID-19 e incentivar as empresas de vacinas a transferir tecnologia para países em desenvolvimento. Quarto, precisamos aumentar a cooperação comercial transfronteiriça para garantir o comércio suave de vacinas e materiais auxiliares e matérias-primas relacionadas. Quinto, precisamos tratar diferentes vacinas de forma igual e avançar no reconhecimento mútuo de vacinas de acordo com a Lista de Uso Emergencial da OMS. Sexto, precisamos fornecer apoio financeiro para a cooperação global em vacinas, especialmente para que os países em desenvolvimento tenham acesso às vacinas.

Até o momento, a China forneceu mais de 1,6 bilhão de doses de vacinas para mais de 100 países e organizações internacionais, e fornecerá mais de dois bilhões de doses ao mundo ao longo deste ano. A China está realizando produção conjunta de vacinas com 16 países, com uma capacidade inicial de 700 milhões de doses por ano. O Fórum Internacional sobre Cooperação em Vacinas contra a COVID-19 que propus em maio passado na Cúpula Global de Saúde foi realizado com sucesso em agosto. Os países participantes alcançaram acordos de intenção de mais de 1,5 bilhão de doses para este ano. A China, juntamente com outros 30 países, também lançou uma Iniciativa de Parceria do Cinturão e Rota sobre Cooperação em Vacinas contra a COVID-19, convocando a comunidade internacional a promover a distribuição justa de vacinas em todo o mundo. A China está pronta para trabalhar com todas as partes para melhorar a acessibilidade e a acessibilidade das vacinas nos países em desenvolvimento e fazer uma contribuição positiva para construir uma linha de defesa global por meio da vacinação.

Segundo, fortalecer a coordenação para promover a recuperação. A COVID-19 teve um impacto complexo e de longo alcance na economia mundial. É imperativo que apliquemos as prescrições corretas para abordar tanto os sintomas quanto as causas dos problemas que enfrentamos. Devemos intensificar a coordenação de políticas macroeconômicas e garantir a continuidade, consistência e sustentabilidade de nossas políticas. As principais economias devem adotar políticas macroeconômicas responsáveis, evitar que as medidas tomadas para si mesmas resultem em aumento da inflação, flutuações cambiais ou aumento das dívidas, evitar efeitos negativos sobre os países em desenvolvimento e garantir o funcionamento saudável do sistema econômico e financeiro internacional.

Ao mesmo tempo, devemos ter uma perspectiva de longo prazo, melhorar o sistema de governança econômica global e as regras, e compensar o déficit de governança relevante. Devemos continuar a pressionar pela conclusão programada da 16ª Revisão Geral de Quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reforçar a rede de segurança financeira global. A China apoia o lançamento antecipado das negociações sobre o processo de reposição da Associação Internacional de Desenvolvimento e mantém que a Revisão dos Direitos de Voto relevante deve refletir fielmente as mudanças no cenário econômico internacional e aumentar a voz dos países em desenvolvimento. A China acolhe a decisão do FMI sobre a nova alocação de Direitos Especiais de Saque totalizando 650 bilhões de dólares americanos e está pronta para emprestar a nova alocação a países de baixa renda que são seriamente afetados pela COVID-19.

Devemos proteger o sistema de comércio multilateral com a OMC em seu núcleo e construir uma economia mundial aberta. O G20 deve continuar a fornecer orientação política sobre a reforma da OMC, defender seus valores centrais e princípios básicos e proteger os direitos, interesses e espaço de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. É imperativo restaurar, o mais rápido possível, o funcionamento normal do mecanismo de solução de controvérsias e trabalhar para resultados positivos na 12ª Conferência Ministerial da OMC. Devemos manter as cadeias industriais e de suprimentos seguras e estáveis e garantir o funcionamento suave da economia mundial. A China propõe realizar um fórum internacional sobre cadeias industriais e de suprimentos resilientes e estáveis e acolher a participação ativa dos membros do G20 e das organizações internacionais relevantes.

O desenvolvimento de infraestrutura desempenha um papel importante na promoção do crescimento econômico. A China tem feito esforços incessantes nesse sentido por meio da cooperação do Cinturão e Rota e outras iniciativas. A China está preparada para trabalhar com todos os lados para defender o princípio de consulta ampla, contribuição conjunta e benefícios compartilhados, permanecer comprometida com a visão de cooperação aberta, verde e limpa e buscar o objetivo de desenvolvimento sustentável, centrado nas pessoas e de alto padrão, a fim de entregar resultados mais frutíferos da cooperação de alta qualidade do Cinturão e Rota.

Terceiro, abraçar a inclusão para alcançar o desenvolvimento comum. A pandemia trouxe múltiplas crises para o mundo, em particular para os países em desenvolvimento. O número de pessoas vivendo com fome atingiu cerca de 800 milhões. A implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável enfrenta desafios sem precedentes. Nesse contexto, devemos adotar uma abordagem centrada nas pessoas e tornar o desenvolvimento global mais equitativo, eficaz e inclusivo, para que nenhum país seja deixado para trás.

O G20 deve priorizar o desenvolvimento na coordenação de políticas macroeconômicas, garantir a implementação saudável do Plano de Ação sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, avançar com a Iniciativa de Apoio à Industrialização na África e nos Países Menos Desenvolvidos e promover a sinergia entre os mecanismos existentes de cooperação para o desenvolvimento. As economias avançadas devem cumprir suas promessas de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) e fornecer mais recursos para os países em desenvolvimento.

Não muito tempo atrás, propus uma Iniciativa de Desenvolvimento Global das Nações Unidas e convoquei a comunidade internacional a fortalecer a cooperação em áreas de alívio da pobreza, segurança alimentar, resposta à COVID-19 e vacinas, financiamento do desenvolvimento, mudança climática e desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade, a fim de acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e alcançar um desenvolvimento global mais robusto, verde e equilibrado. Esta iniciativa é altamente compatível com o objetivo da prioridade do G20 de promover o desenvolvimento global. Acolhemos a participação ativa de mais países na iniciativa.

Quarto, buscar inovação para explorar o potencial de crescimento. A inovação é um fator decisivo na promoção do desenvolvimento econômico e social e na abordagem dos desafios comuns à humanidade. O G20 deve unir forças para liberar o potencial de crescimento impulsionado pela inovação e elaborar regras com base na participação ampla e no consenso amplo para fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento impulsionado pela inovação.

Formar blocos exclusivos ou até mesmo traçar linhas ideológicas só causará divisão e criará mais obstáculos, o que não fará bem, mas apenas prejudicará a inovação científica e tecnológica.

A economia digital é uma fronteira importante da inovação científica e tecnológica. O G20 deve assumir responsabilidades na era digital, acelerar o desenvolvimento de novos tipos de infraestrutura digital, promover uma integração mais profunda das tecnologias digitais com a economia real e ajudar os países em desenvolvimento a eliminar a divisão digital. A China apresentou a Iniciativa Global sobre Segurança de Dados. Podemos discutir e desenvolver regras internacionais para a governança digital que reflitam a vontade e respeitem os interesses de todos os lados e fomentar ativamente um ambiente aberto, justo, equitativo e não discriminatório para o desenvolvimento digital. A China dá grande importância à cooperação internacional na economia digital e decidiu se candidatar a aderir ao Acordo de Parceria da Economia Digital. A China está pronta para trabalhar com todas as partes para o desenvolvimento saudável e ordenado da economia digital.

Quinto, promover a coexistência harmoniosa para alcançar o desenvolvimento verde e sustentável. O G20 precisa defender o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, pressionar pela implementação completa do Acordo de Paris sobre mudança climática e apoiar uma COP26 bem-sucedida da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica. Os países desenvolvidos precisam liderar pelo exemplo na redução de emissões, acomodar plenamente as dificuldades e preocupações especiais dos países em desenvolvimento, cumprir seus compromissos de financiamento climático e fornecer tecnologia, capacitação e outros apoios para os países em desenvolvimento. Isso é de importância crítica para o sucesso da próxima COP26.

A China sempre assumiu responsabilidades internacionais de acordo com suas condições nacionais. Avançamos ativamente na transição verde de nossa economia e aumentamos a ambição de nossas ações climáticas por iniciativa própria. Nos últimos dez anos, a China eliminou gradualmente 120 milhões de quilowatts de capacidade instalada de geração de energia a carvão. A construção do primeiro lote de usinas eólicas e fotovoltaicas com uma capacidade instalada total de cerca de 100 milhões de quilowatts foi lançada de forma ordenada. A China se esforçará para atingir o pico de suas emissões de CO₂ antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060. Cumpriremos nossas palavras com ações e trabalharemos com todos os países para buscar um caminho de desenvolvimento verde, de baixo carbono e sustentável.

Colegas,

Como observou um antigo filósofo chinês, "Aquele que tem credibilidade conecta o mundo." Em outras palavras, a credibilidade é a base para interações com o mundo. A China permanecerá comprometida com a política de estado fundamental de abertura para liberar o potencial de seu enorme mercado e demanda interna. Promoveremos a abertura institucional que cobre regras, regulamentos, gestão e padrões, e intensificaremos a proteção dos direitos de propriedade intelectual. Continuaremos a fomentar um ambiente de negócios baseado em princípios de mercado, governado por lei e de acordo com padrões internacionais, e garantimos uma ordem de mercado justa e equitativa para empresas nacionais e estrangeiras. Estou convencido de que o desenvolvimento da China trará ainda mais e novas oportunidades para o mundo e injetará ainda mais novo impulso na economia mundial.

Como diz o ditado, Roma não foi construída em um dia. Construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade requer esforços persistentes de todos os países. Embora a jornada à frente possa ser longa e árdua, com ações sustentadas, eventualmente chegaremos ao nosso destino e abraçaremos um futuro mais brilhante. Vamos trabalhar juntos para dissipar as nuvens escuras da pandemia o mais cedo possível e construir conjuntamente um futuro cada vez melhor para todos nós!

Obrigado.

(CN GOV, 2021)

FÓRUM 15º DO G20, RIADE, ÁRABIA SAUDITA, 2020

Sua Majestade Rei Salman bin Abdulaziz Al Saud
Prezados Colegas,

Gostaria de começar expressando meus sinceros agradecimentos à Presidência Saudita e especialmente a Sua Majestade Rei Salman pelos enormes esforços em sediar esta cúpula.

Neste ano que se encerra, a humanidade enfrentou a pandemia global mais séria em um século. Mais de um milhão de pessoas perderam suas vidas. A economia mundial está em recessão. Sociedades e meios de subsistência estão sofrendo um grande impacto. O impacto da COVID-19 é ainda pior do que o da crise financeira global de 2008.

O G20 tomou ações rápidas após a COVID-19. Na Cúpula Extraordinária no início deste ano, concordamos em intensificar a cooperação para combater a pandemia. Concordamos em avançar na pesquisa e desenvolvimento de medicamentos e vacinas, manter a estabilidade econômica e financeira, manter as cadeias industriais e de suprimentos abertas e aliviar o fardo da dívida dos países em desenvolvimento. Essas medidas deram confiança ao mundo e traçaram o curso para a cooperação internacional contra o vírus. Nesta batalha global, o G20 desempenhou mais uma vez um papel importante e, de fato, insubstituível.

Enquanto falamos, a pandemia ainda está causando estragos em todo o mundo, e alguns países enfrentam a ameaça de uma segunda onda de infecções. Conter o vírus, estabilizar a economia e proteger os meios de subsistência continua sendo uma jornada longa e árdua para todos os países. Enquanto isso, a arquitetura internacional está evoluindo em um ritmo mais rápido. O unilateralismo e o protecionismo em ascensão estão causando interrupções nas cadeias industriais e de suprimentos globais. Enquanto contemos o vírus de forma contínua, também devemos estabilizar e restaurar o crescimento econômico. Para o G20, acredito que são necessários mais esforços nas seguintes áreas:

Primeiro, construir um firewall global contra a COVID-19. Devemos primeiro controlar a doença em casa e, com base nisso, fortalecer trocas e cooperação para ajudar os países necessitados. Vários membros do G20 fizeram progressos na pesquisa e desenvolvimento e produção de vacinas. Devemos acelerar a ação e apoiar a OMS na mobilização e consolidação de recursos e na distribuição de vacinas de forma justa e eficiente. A China apoia ativamente e participa da cooperação internacional em vacinas contra a COVID-19. Nós aderimos à iniciativa COVAX e estamos prontos para intensificar a cooperação com outros países na pesquisa, desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas. Cumpriremos nosso

compromisso de dar assistência e apoio a outros países em desenvolvimento e trabalharemos para tornar as vacinas um bem público global acessível e acessível a pessoas em todo o mundo.

Segundo, garantir o funcionamento suave da economia global. Enquanto contemos o vírus, precisamos restaurar a operação segura e suave das cadeias industriais e de suprimentos globais. Precisamos reduzir tarifas e barreiras e explorar a liberalização do comércio de suprimentos médicos essenciais. Precisamos harmonizar ainda mais políticas e padrões e estabelecer "faixas rápidas" para facilitar o fluxo ordenado de pessoal. A China propôs um mecanismo global de reconhecimento mútuo de certificados de saúde com base em resultados de testes de ácido nucleico na forma de códigos QR aceitos internacionalmente. Esperamos que mais países se juntem a este mecanismo. Também apoiamos o G20 na realização de cooperação institucionalizada e na construção de redes de cooperação global para facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias.

Terceiro, aproveitar o papel da economia digital. A COVID-19 impulsionou o boom de novas tecnologias, novas formas de negócios e novas plataformas como 5G, inteligência artificial (IA) e cidades inteligentes, e acelerou o desenvolvimento de uma economia sem contato, como compras online, educação online e telemedicina. Tudo isso abre novos caminhos para o crescimento econômico. Devemos nos adaptar às mudanças e transformar a crise em oportunidade. Podemos aprofundar a reforma estrutural e cultivar novos motores de crescimento por meio da inovação científica e tecnológica e da transformação digital. Poderíamos fomentar um ambiente propício para o desenvolvimento da economia digital, melhorar a cooperação em segurança de dados, fortalecer a infraestrutura digital e nivelar o campo de jogo para empresas de alta tecnologia de todos os países. Enquanto isso, precisamos abordar os desafios impostos pela economia digital ao emprego, tributação e grupos vulneráveis, e buscar reduzir a divisão digital.

Quarto, buscar um desenvolvimento mais inclusivo. Devemos manter nosso apoio aos países em desenvolvimento e ajudá-los a superar as dificuldades causadas pela pandemia. Apesar de suas próprias dificuldades, a China implementou totalmente a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) e adiou o pagamento de dívidas totalizando mais de US\$ 1,3 bilhão. A China apoia a decisão de extensão da DSSI e continuará a trabalhar com outras partes para sua plena implementação. Enquanto isso, a China aumentará o nível de suspensão e alívio da dívida para países que enfrentam dificuldades particulares e incentivará suas instituições financeiras a fornecer novo apoio financeiro de forma voluntária e de acordo com princípios de mercado. Devemos ajudar as mulheres a sair da sombra da pandemia, atender às suas necessidades especiais e implementar a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. A China propôs a realização de outra Reunião de Líderes Globais sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres em 2025 para contribuir para o desenvolvimento das mulheres na era pós-COVID. Também é vital que levemos a sério o desafio da segurança alimentar e apoiemos a ONU na realização da Cúpula dos Sistemas Alimentares no próximo ano. Nesse sentido, a China propõe a realização de uma conferência internacional sobre perda e desperdício de alimentos em devido tempo e acolhe a participação ativa dos membros do G20 e das organizações internacionais relevantes.

Colegas,

O grave desafio da COVID-19 expôs as deficiências da governança global. A comunidade internacional tem um grande interesse na ordem internacional pós-COVID e na governança

global, bem como no papel futuro do G20. Em minha opinião, o princípio de consulta ampla, contribuição conjunta e benefícios compartilhados devem guiar nosso caminho a seguir. Devemos defender o multilateralismo, buscar abertura e inclusão, promover a cooperação mutuamente benéfica e acompanhar os tempos. O G20 deve desempenhar um papel maior nesse processo.

Primeiro, precisamos fortalecer o sistema internacional centrado na ONU. A ONU é a instituição central para abordar assuntos internacionais por meio da cooperação. Todos os países devem apoiar firmemente a autoridade e posição da ONU, seguir os propósitos e princípios de sua Carta e defender a ordem internacional sustentada pelo direito internacional. Apoiamos a ONU em construir mais efetivamente o consenso global, mobilizar recursos globais e coordenar ações globais. Apoiamos um papel maior da ONU na promoção da paz e do desenvolvimento mundial.

Segundo, precisamos melhorar a arquitetura de governança para a globalização econômica. Devemos proteger firmemente o sistema de comércio multilateral baseado em regras que seja transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo, e apoiar a reforma da OMC para aumentar sua eficácia e autoridade. Devemos promover o livre comércio, opor-nos ao unilateralismo e protecionismo, defender a concorrência justa e proteger os direitos, interesses e espaço de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Devemos continuar a reforma do sistema financeiro internacional, concluir a 16ª Revisão Geral de Quotas do FMI dentro do cronograma, expandir o papel dos Direitos Especiais de Saque, reforçar a rede de segurança financeira global e aumentar a representação e voz dos países em desenvolvimento. Devemos também enfrentar os desafios à globalização econômica de frente e torná-la mais aberta, inclusiva, equilibrada e benéfica para todos.

Terceiro, precisamos promover o desenvolvimento saudável da economia digital. Para abordar as preocupações dos países sobre segurança de dados, divisão digital, privacidade pessoal e ética, devemos adotar políticas centradas nas pessoas e baseadas em fatos para incentivar a inovação e construir confiança. Devemos apoiar o papel de liderança da ONU neste campo e trabalhar juntos para fomentar um ambiente aberto, justo, equitativo e não discriminatório para construir a economia digital. Recentemente, a China lançou a Iniciativa Global sobre Segurança de Dados. Podemos trabalhar com base nisso e nos juntar a outras partes para discutir e formular regras sobre governança digital global. A China apoia o aumento do diálogo sobre IA e propõe uma reunião sobre isso em devido tempo para avançar nos Princípios de IA do G20 e definir o curso para o desenvolvimento saudável da IA globalmente. O G20 também precisa discutir o desenvolvimento dos padrões e princípios para moedas digitais de bancos centrais com uma atitude aberta e acolhedora e lidar adequadamente com todos os tipos de riscos e desafios enquanto impulsiona coletivamente o desenvolvimento do sistema monetário internacional.

Quarto, precisamos aumentar as capacidades para enfrentar desafios globais. A tarefa mais urgente do momento é fortalecer o sistema de saúde pública global e conter a COVID-19 e outras doenças infecciosas. Precisamos aumentar o papel da OMS, melhorar a preparação e resposta a pandemias, forjar um escudo forte para a saúde e segurança humana e construir uma comunidade global de saúde para todos. Precisamos intensificar a cooperação internacional em ecologia e meio ambiente para proteger o planeta Terra, nosso único lar. Precisamos reduzir ainda mais a produção e uso de bens plásticos descartáveis e não essenciais. A COP26 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e a COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica, ambas a serem realizadas no próximo ano, podem servir como

oportunidades para forjar um consenso mais amplo e uma sinergia mais forte na construção de um mundo limpo e bonito onde o homem e a natureza coexistam em harmonia. A China pede uma proibição completa do comércio ilegal de vida selvagem e por trocas e cooperação mais fortes na proteção da fauna e flora selvagens.

Colegas,

Com base em seus grandes ganhos estratégicos na luta contra a COVID-19, a China fez progressos constantes no desenvolvimento econômico. A recentemente concluída Quinta Sessão Plenária do 19º Comitê Central do CPC adotou recomendações para formular o 14º plano quinquenal da China. O plenário destacou que a China concluirá a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos dentro do prazo estabelecido e embarcará em uma nova jornada no próximo ano para construir totalmente um país socialista moderno. Com base em uma análise científica do novo estágio de desenvolvimento da China, permaneceremos comprometidos com a nova filosofia de desenvolvimento e promoveremos ativamente um novo paradigma de desenvolvimento com a circulação doméstica como sustentação principal e as circulações doméstica e internacional se reforçando mutuamente. Este novo paradigma de desenvolvimento não é de forma alguma uma política de portas fechadas. Em vez disso, insta esforços tanto do lado da oferta quanto da demanda para garantir o fluxo desimpedido na produção, distribuição, troca e consumo. Enquanto tornamos a economia chinesa mais resiliente e competitiva, também visa construir um novo sistema de economia aberta de padrões mais elevados. Isso criará mais oportunidades para o mundo se beneficiar do desenvolvimento de alta qualidade da China.

A China sempre será um construtor da paz global, um contribuinte para o desenvolvimento global e um defensor da ordem internacional. Com base no respeito mútuo, igualdade e benefício mútuo, a China está pronta para buscar a coexistência pacífica e o desenvolvimento comum com todos os países. Podemos superar diferenças por meio do diálogo, resolver disputas por meio de negociação e fazer um esforço conjunto pela paz e desenvolvimento mundial.

Colegas,

Como diz um poema chinês, "Passado um navio naufragado, mil velas seguem adiante; para uma árvore doente, dez mil prosperam na primavera." Acredito que quando a COVID-19 acabar, nosso mundo se levantará da pandemia e emergirá ainda mais forte. Com esse espírito, vamos unir forças para proporcionar uma vida melhor para nosso povo e construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade.

(CN GOV, 2020)

ANEXO B - Discursos Brasil

FÓRUM 19º DO G20, RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2024

Minhas amigas e meus amigos,

Primeiro, eu quero agradecer a generosidade da presença de vocês, transformando o Rio de Janeiro na capital do mundo, neste dia 18 de novembro, dia 19 de novembro. É muito importante o que vamos discutir aqui e eu tenho certeza que, se nós assumirmos a responsabilidade com esses assuntos, da fome e da pobreza, nós poderemos ter sucesso em pouco tempo.

Por isso, eu queria dizer a todos vocês: sejam bem-vindos ao Rio de Janeiro. Aproveitem esta cidade que é conhecida como a Cidade Maravilhosa. Esta cidade é a síntese dos contrastes que caracterizam o Brasil, a América Latina e o mundo. De um lado, a beleza exuberante da natureza sob os braços abertos do Cristo Redentor. Um povo diverso, vibrante, criativo e acolhedor. De outro, injustiças sociais profundas. O retrato vivo de desigualdades históricas persistentes.

Estive na primeira reunião de líderes do G20, convocada em Washington no contexto da crise financeira de 2008. Dezesesseis anos depois, constato com tristeza que o mundo está pior. Temos o maior número de conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial e a maior quantidade de deslocamentos forçados já registrada. Os fenômenos climáticos extremos mostram seus efeitos devastadores em todos os cantos do planeta.

As desigualdades sociais, raciais e de gênero se aprofundam, na esteira de uma pandemia que ceifou mais de 15 milhões de vidas. O símbolo máximo na nossa tragédia coletiva é a fome e a pobreza. Segundo a FAO, em 2024, convivemos com um contingente de 733 milhões de pessoas ainda subnutridas. É como se as populações do Brasil, México, Alemanha, Reino Unido, África do Sul e Canadá, somadas, estivessem passando fome.

São mulheres, homens e crianças, cujo direito à vida e à educação, ao desenvolvimento e à alimentação são diariamente violados. Em um mundo que produz quase 6 bilhões de toneladas de alimentos por ano, isso é inadmissível. Em um mundo cujos gastos militares chegam a 2,4 trilhões de dólares, isso é inaceitável. A fome e a pobreza não são resultado da escassez ou de fenômenos naturais. A fome, como dizia o cientista e geógrafo brasileiro Josué de Castro, “a fome é a expressão biológica dos males sociais”. É produto de decisões políticas, que perpetuam a exclusão de grande parte da humanidade.

O G20 representa 85% dos 110 trilhões de dólares do PIB mundial. Também responde por 75% dos 32 trilhões de dólares do comércio de bens e serviços e dois terços dos 8 bilhões de habitantes do planeta. Compete aos que estão aqui em volta desta mesa a inadiável tarefa de acabar com essa chaga que envergonha a humanidade. Por isso, colocamos como objetivo central da presidência brasileira no G20 o lançamento de uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Este será o nosso maior legado. Não se trata apenas de fazer justiça. Essa é uma condição imprescindível para construir sociedades mais prósperas e um mundo de paz. Não por acaso, esses são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 e 2 da Agenda 2030. Com a Aliança, vamos articular recomendações internacionais, políticas públicas eficazes e fontes de financiamento.

O Brasil sabe que é possível. Com a participação ativa da sociedade civil, concebemos e implementamos programas de inclusão social, de fomento da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, como o nosso Bolsa Família e o Programa Nacional de

Alimentação Escolar. Conseguimos sair do Mapa da Fome da FAO em 2014, para o qual voltamos em 2022, em um contexto de desarticulação do Estado de bem-estar social. Foi com tristeza que, ao voltar ao governo, encontrei um país com 33 milhões de pessoas famintas.

Em um ano e onze meses, o retorno desses programas já retirou mais de 24, 5 milhões de pessoas da extrema pobreza. Até 2026, novamente sairemos do Mapa da Fome. E com a Aliança, faremos muito mais. Aqueles que sempre foram invisíveis estarão ao centro da agenda internacional. Já contamos com a adesão de 81 países, 26 organizações internacionais, 9 instituições financeiras e 31 fundações filantrópicas e organizações não-governamentais.

Meus agradecimentos a todos os envolvidos na concepção e no funcionamento desta iniciativa, que já anunciaram contribuições financeiras. Foi um ano de trabalho intenso, mas este é apenas o começo. A Aliança nasce no G20, mas seu destino é global, que está cúpula seja marcada pela coragem de agir.

Por isso quero declarar oficialmente lançada a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Muito obrigado.

(AGÊNCIA BRASIL, 2024)

FÓRUM 18º DO G20, NOVA DELHI, ÍNDIA, 2023

Bem, primeiro gostaria de dizer às autoridades aqui presentes, suas altezas, aos presidentes, aos primeiros-ministros, de que a natureza continua dando demonstração de que nós precisamos cuidar dela com muito mais carinho.

Essa semana, há três dias atrás, no Brasil, um ciclone, no estado do Rio Grande do Sul – nunca tinha havido ciclone –, matou quarenta e seis pessoas e tem quase cinquenta pessoas desaparecidas. Isso nos chama a atenção porque fenômenos como esse têm acontecido nos mais diferentes lugares do nosso planeta.

Bem, eu quero, primeiro, cumprimentar o primeiro-ministro Narendra Modi pela condução eficaz da Presidência indiana do G20, e pelo excelente trabalho na preparação dessa Cúpula e no carinho que foi dedicado a todos nós, convidados, nesses dia que nós passamos aqui.

Agradeço os esforços da Índia em dar voz a temas de interesse dos países emergentes. Por isso, eu quero me solidarizar aqui com o nosso querido companheiro, representante da União Africana, que agora faz parte do G20.

Há 15 anos, este grupo se consolidou como uma das principais instâncias de governança global na esteira de uma crise que abalou a economia mundial.

Nossa atuação conjunta nos permitiu enfrentar os momentos mais críticos, mas foi insuficiente para corrigir os equívocos estruturais do neoliberalismo.

A arquitetura financeira global mudou pouco e as bases de uma nova governança econômica não foram lançadas.

Novas urgências surgiram. Os desafios se acumularam e se agravaram. Vivemos num mundo em que a riqueza está mais concentrada. Em que milhões de seres humanos ainda passam fome. Em que o desenvolvimento sustentável está sempre ameaçado. Em que as instituições de governança ainda refletem a realidade de meados do século passado.

Só vamos conseguir enfrentar todos esses problemas se tratarmos da questão da desigualdade.

A desigualdade de renda, de acesso a saúde, educação e alimentação, de gênero e raça e de representação está na origem de todas essas anomalias.

Se quisermos fazer a diferença, temos que colocar a redução das desigualdades no centro da agenda internacional.

Por isso, a presidência brasileira do G20 terá três prioridades:

(i) a inclusão social e o combate à fome

(ii) a transição energética e o desenvolvimento sustentável em três vertentes (social, econômica e ambiental) e

(iii) a reforma das instituições de governança global

Todas essas prioridades estão contidas no lema da Presidência brasileira, que diz: "Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável".

Duas forças-tarefas serão criadas: a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza; e a Mobilização Global contra a Mudança do Clima.

Precisamos dobrar os esforços para alcançar a meta de acabar com a fome no mundo até 2030, caso contrário estaremos diante do maior fracasso multilateral dos últimos anos.

Agir para combater a mudança do clima exige vontade política e determinação dos governantes, e também recursos e transferência de tecnologia.

Queremos maior participação dos países emergentes nas decisões do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

A insustentável dívida externa dos países mais pobres precisa ser equacionada.

A OMC tem que ser revitalizada e seu sistema de solução de controvérsias precisa voltar a funcionar.

Para recuperar sua força política, o Conselho de Segurança da ONU precisa contar com a presença de novos países em desenvolvimento entre seus membros permanentes e não permanentes.

A comunidade internacional olha para nós com esperança, porque reunimos no G20 economias de países emergentes e países desenvolvidos.

Representamos 80% do PIB global, 75% das exportações e cerca de 60% da população mundial.

Para assegurar que o G20 atue de forma inclusiva e coerente, o Brasil pretende organizar os trabalhos em torno de três orientações gerais:

Primeiro, nós vamos fazer com que as trilhas política e de finanças se coordenem e trabalhem de forma mais integrada.

Não adianta acordarmos a melhor política pública se não alocarmos os recursos necessários para sua implementação. Segundo, nós temos de ouvir a sociedade. Não existem governos sem sociedade.

A Presidência brasileira vai assegurar que os grupos de engajamento tenham a oportunidade de reportar suas conclusões e recomendações aos representantes de governo.

Terceiro, nós não podemos deixar que questões geopolíticas sequestrem a agenda de discussões das várias instâncias do G20.

Não nos interessa um G20 dividido. Só com uma ação conjunta é que podemos fazer frente aos desafios dos nossos dias. Precisamos de paz e cooperação em vez de conflitos. O caminho que nos levará de Nova Delhi ao Rio de Janeiro exigirá de todos muita dedicação e empenho. Os grupos técnicos e as reuniões ministeriais preparatórias serão sediadas em várias cidades de todas as cinco regiões do nosso país.

Por isso, nós acolheremos os integrantes do G20 de braços abertos e precisamos, efetivamente, do apoio de todas as pessoas, inclusive a experiência dessa bem-sucedida Cúpula feita no nosso querido país que é a Índia.

Terei a honra de receber todos vocês na Cúpula do Rio de Janeiro em novembro de 2024. E quero, antes de bater o martelo, eu quero agradecer ao primeiro-ministro Modi e agradecer ao povo indiano pela competência da organização.

E eu quero dizer, primeiro-ministro Modi, que eu, particularmente, fico muito emocionado quando estou em uma homenagem ao nosso querido Gandhi. Todo mundo sabe que, na minha vida política, Mahatma Gandhi tem muito significado, porque a luta pela não violência é um exemplo que, por muitas décadas, eu segui quando estava no movimento sindical. Por isso, eu fiquei emocionado e quero agradecer a oportunidade de ter ido prestar homenagem ao Gandhi e quero dizer a todos vocês que o Brasil assumirá o G20 e vamos fazer um esforço muito grande para conseguirmos fazer, pelo menos, igual os companheiros da Índia fizeram.

Muito obrigado

FÓRUM 17º DO G20, BALI, INDONÉSIA, 2022

Com o esvaziamento da comitiva brasileira para o G20 de Bali na Indonésia, liderada por Carlos França e José Buainain Sarquis, não foi encontrado o discurso oficial do Brasil na cúpula. Jair Bolsonaro, após a derrota nas urnas pouco tempo antes do fórum não compareceu sem dar explicações, deixou a critério do seu vice-presidente Hamilton Mourão e do seu ministro na Economia Paulo Guedes, os dois recusaram o convite de representar o Brasil no G20.

De acordo com notícias jornalísticas, o Brasil se posicionou a favor da parceria com a Indonésia, e a grande necessidade de diálogo e cooperação multilateral voltada para a recuperação econômica pós pandemia da COVID-19.

FÓRUM 16º DO G20, ROMA, ITÁLIA, 2021

Senhoras e senhores líderes do G20,

É uma grande satisfação para mim participar, presencialmente, deste importante encontro de lideranças em um momento de recuperação econômica mundial. Apesar de termos motivos para comemorar, ainda restam desafios para alcançarmos crescimento econômico mais estável e equitativo.

O Brasil se comprometeu com um programa extensivo e eficiente de vacinação, em paralelo a uma agenda de auxílio emergencial e preservação do emprego para a proteção dos mais vulneráveis. Estamos igualmente comprometidos com uma agenda de reformas estruturantes, essenciais para uma retomada econômica sustentada. Já conseguimos atrair um volume superior a US\$ 110 bilhões em investimentos nos setores de infraestrutura e temos a expectativa de alcançar valores ainda superiores até 2022.

O histórico acordo concluído pelo G20 e por outros países sobre tributação internacional, no âmbito da OCDE, é também uma contribuição significativa para a sustentabilidade fiscal e econômica.

Os trabalhos do G20 na trilha de finanças renderam resultados importantes para a recuperação da crise econômica, como ilustram a nova alocação de direitos especiais de saque pelo FMI e as medidas para enfrentar desafios relacionados ao meio ambiente e à saúde.

Gradualmente, nossas economias recuperam-se à medida em que a crise sanitária é superada. Esses dois processos de recuperação caminham lado a lado. Ambos têm mostrado a relevância de promovermos um comércio internacional livre de medidas distorcidas e discriminatórias. Eis por que a integração de nossas economias, por meio de fluxos cada vez maiores de comércio e investimentos, constitui parte das soluções que buscamos com vistas à recuperação e ao desenvolvimento sustentável.

No Brasil, mais da metade da população nacional já está plenamente imunizada de forma voluntária. Mais de 94% da população adulta já recebeu pelo menos uma dose da vacina. Ao

todo, aplicamos mais de 260 milhões de doses, das quais mais de 140 milhões foram produzidas em território nacional.

Para o Brasil, os esforços do G20 deveriam concentrar-se no combate à atual pandemia, que continua a assolar muitos países.

Entendemos, portanto, caber ao G20 esforços adicionais pela produção de vacinas, medicamentos e tratamentos nos países em desenvolvimento.

Muito obrigado.

(GOV BR, 2021)

FÓRUM 15º DO G20, RIADE, ÁRABIA SAUDITA, 2020

Senhoras e Senhores,

Antes de adentrarmos o tema principal desta sessão, quero fazer uma rápida defesa do caráter nacional brasileiro em face das tentativas de importar para o nosso território tensões alheias à nossa história.

O Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações. Somos um povo miscigenado. Brancos, negros e índios edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso. Em uma única família brasileira podemos contemplar uma diversidade maior do que países inteiros.

Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, há quem queira destruí-la, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de "luta por igualdade" ou "justiça social". Tudo em busca de poder.

Não somos perfeitos. Temos, sim, os nossos problemas. Existem diversos interesses para que se criem tensões entre nós. Um povo unido é um povo soberano. Dividido é vulnerável. E um povo vulnerável pode ser mais facilmente controlado e subjugado. Nossa liberdade é inegociável.

Como homem e como Presidente, enxergo todos com as mesmas cores: verde e amarelo! Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. O que existem são homens bons e homens maus; e são as nossas escolhas e valores que determinarão qual dos dois nós seremos.

Aqueles que instigam o povo à discórdia, fabricando e promovendo conflitos, atentam não somente contra a nação, mas contra nossa própria história.

Após essa breve introdução, é uma satisfação participar desta reunião e poder, mais uma vez, trocar experiências com os parceiros do G20, grupo que representa dois terços da população mundial, 90% do PIB e 80% do comércio internacional.

Infelizmente, devido à crise sanitária, não foi possível nos encontrarmos pessoalmente. Porém, graças à brilhante e criativa atuação da Arábia Saudita, e em particular do Príncipe Mohammad bin Salman, a distância não tem prejudicado nossa busca por resultados que gerem bem-estar e prosperidade para os nossos países.

Durante nossa última reunião extraordinária, em 26 de março passado, nos comprometemos a tomar todas as medidas necessárias para combater a pandemia e, ao mesmo tempo, proteger e estimular a economia global.

Também lançamos o compromisso de evitar a interrupção dos fluxos de comércio e das cadeias produtivas globais, buscando promover a cooperação internacional.

Embora longe do ideal, estou convicto de que estamos obtendo êxito nessas iniciativas.

Juntos, estamos superando uma das mais graves crises sanitárias da história recente. Estamos vencendo as incertezas, as dificuldades logísticas e, inclusive, a desinformação.

O Brasil se soma aos esforços internacionais para a busca de vacinas eficazes e seguras contra a covid-19, bem como adota o tratamento precoce no combate à doença.

Apoiamos o acesso universal, equitativo e a preços acessíveis aos tratamentos disponíveis. É com esse objetivo que participamos de diferentes iniciativas voltadas ao combate à doença.

No entanto, é preciso ressaltar que também defendemos a liberdade de cada indivíduo para decidir se deve ou não tomar a vacina. A pandemia não pode servir de justificativa para ataques às liberdades individuais.

Na esfera econômica, nossos países injetaram, em conjunto, mais de 10 trilhões de dólares na economia mundial. Nossos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais acordaram o “Plano de Ação de Apoio à Economia Global” e a “Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida”.

Essas medidas contribuíram para assegurar a devida liquidez aos mercados e conferir alívio fiscal aos países mais vulneráveis. Evitamos, dessa maneira, que os efeitos da pandemia fossem ainda mais devastadores.

As medidas tomadas pelo nosso Governo atenderam mais de 65 milhões de brasileiros com um auxílio emergencial. Com socorro a mais de 400 mil pequenas e médias empresas, preservamos cerca de 12 milhões de postos de trabalho. Também injetamos vultosos recursos nos estados e municípios e, desta forma, reduzimos os índices de pobreza. Com essas medidas, garantimos a sobrevivência e a dignidade de milhares de famílias brasileiras, justamente as mais necessitadas.

À medida que a pandemia é superada no Brasil, a vida das pessoas retorna à normalidade e as perspectivas para a retomada econômica se tornam mais positivas e concretas.

Por isso, queremos dar continuidade ao programa de reformas estruturais para fortalecer e estimular ainda mais o crescimento sustentado do Brasil.

Senhoras e Senhores,

A reforma da OMC, que já se fazia necessária antes da pandemia, torna-se, agora, elemento-chave para a recuperação da economia mundial. O Brasil defende avanços nos três pilares da OMC: negociações; solução de controvérsias; e monitoramento e transparência. Também esperamos que o Órgão de Apelação possa voltar à plena operação o mais rápido possível.

Na reforma da Organização, queremos que a ambição de reduzir os subsídios para bens agrícolas conte com a mesma vontade com que alguns países buscam promover o comércio de bens industriais.

Adicionalmente, o processo de reforma da OMC deverá contemplar o estímulo aos investimentos e a criação de condições justas e equilibradas para o comércio internacional, não só de bens, mas também de serviços.

Por isso, proponho que nossos Ministros debatam e compartilhem melhores práticas sobre como lidar com esse tema, evitando-se cair na armadilha de subsídios e políticas que distorçam o comércio internacional.

Tenho certeza de que nossa atitude coordenada frente aos desafios da pandemia será, mais uma vez, fundamental para a recuperação econômica mundial.

Não há tempo a perder. Conto com o apoio de Vossas Excelências para darmos início às mudanças necessárias, em especial no âmbito da OMC.

Juntos, vamos fortalecer nossas economias e gerar mais bem-estar e prosperidade a nossas populações.

Muito obrigado.

(GOV BR, 2020)

ANEXO C - Discursos Rússia

FÓRUM 19º DO G20, RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2024

Senhoras e senhores,

Hoje marca a conclusão da cúpula do G20, culminando na presidência do Brasil no G20. Ao longo do ano, o Brasil liderou o grupo, organizando uma extensa gama de eventos, como é costume. Estou confiante de que resultados significativos e acordos robustos foram alcançados, o que é de suma importância.

A criação de uma nova entidade coordenadora – a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza – recebeu apoio. Esta iniciativa, pessoalmente defendida pelo Presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, visa acelerar o progresso rumo à erradicação completa da fome, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que, apesar de serem há muito endossados, não foram efetivamente implementados, embora isso deva ser realizado até 2030. Estou esperançoso (e posso afirmar com um grau razoável de certeza) que a formação de tal aliança melhora os resultados neste domínio, de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Rússia tornou-se participante deste mecanismo. Já declaramos nossa intenção de contribuir com nossas melhores práticas para o portfólio de projetos sob os auspícios da aliança. Estes incluem programas de assistência a nações em desenvolvimento, incluindo iniciativas de alimentação escolar e esquemas de desenvolvimento agrícola. Estes programas são concebidos para transferir tecnologia apropriada, expertise e metodologias para países em desenvolvimento, permitindo-lhes depender cada vez mais de seus próprios recursos.

Reiteramos nossa posição fundamental de que o G20 é, antes de tudo, um fórum econômico, que foi o propósito de sua criação. Seu objetivo era facilitar o diálogo econômico substantivo entre economias "desenvolvidas" e "em desenvolvimento", com o objetivo de identificar caminhos ótimos para o avanço econômico global que beneficiem a todos – abordando a pobreza e a desigualdade, e garantindo o funcionamento mais eficaz de todas as instituições multilaterais.

O G20 deve estar ancorado nos princípios da Carta da ONU, entre eles o princípio da igualdade soberana dos estados. Isso historicamente esteve ausente da política ocidental, que nunca honrou a igualdade soberana. No entanto, as circunstâncias atuais estão forçando uma mudança, à medida que as nações do BRICS e outros países que colaboram com o grupo estão avançando a um ritmo consideravelmente mais rápido. Em qualquer caso, a Carta da ONU serve como a base de toda a cooperação internacional em vários campos. É imperativo aplicar seus princípios em sua totalidade e dentro do contexto, em vez de seletivamente como se fosse um "menu", como o Ocidente tende a fazer.

Uma declaração - um documento abrangente - foi adotada. Mais importante, ela reconhece as realidades modernas e está centrada na tarefa central de moldar as relações internacionais com base no multilateralismo, pluralismo e na eliminação das desigualdades tanto entre quanto dentro dos países. Muitos (incluindo nós) observaram que a desigualdade, e erradicar a fome e a pobreza tornaram-se bastante relevantes para as nações desenvolvidas, onde o número de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza está aumentando. Essas desigualdades na arena internacional decorrem das práticas coloniais e neocoloniais de nossos "colegas" ocidentais e séculos de domínio ocidental.

Apesar dos esforços para limitar a Declaração a questões econômicas, ela inclui uma seção que aborda a situação geopolítica em termos de conflitos em várias regiões do mundo. Concordamos com isso assim como fizemos no ano passado em relação à Declaração adotada na Cúpula anterior do G20 em Nova Délhi. Como esperado, o Ocidente tentou impor a agenda centrada na Ucrânia, mas falhou, já que nenhum país da Maioria Global a apoiou. Juntamente com nossos parceiros do mundo em desenvolvimento, enfatizamos a importância de focar na resolução de cada conflito em andamento globalmente, particularmente a crise do Oriente Médio. A trágica

situação dos palestinos decorre em grande parte da engenharia social e intervenções diretas na região do Oriente Médio por Washington e seus aliados.

A Declaração inclui um parágrafo sobre a Ucrânia, que aceitamos porque sua mensagem central pede um diálogo franco e realista sobre a paz.

Há um aspecto importante da Declaração que mencionei anteriormente. Ela tem um parágrafo (que inicia a seção) defendendo a resolução de disputas com base na justiça e no direito internacional, nomeadamente, o escopo completo da Carta da ONU. Isso é crucial, particularmente quando aplicado à Ucrânia. O Ocidente enfatiza apenas o princípio da integridade territorial. Sonha com a Ucrânia retomando os territórios que tinha em 1991. Essas terras foram lar do povo russo por séculos, mas o regime de Zelensky os privou de direitos. Eles escolhem olhar para o outro lado quando se trata deste assunto, embora a outra seção da Carta (Artigo 1) claramente afirme a importância de respeitar os direitos humanos independentemente de raça, gênero, idioma ou religião. Os direitos das pessoas de língua russa na Ucrânia em relação à língua e religião foram erradicados sob a legislação ucraniana. As nações ocidentais, no entanto, ignoram essas violações, porque Zelensky está supostamente defendendo os "valores europeus".

Deixem que eles tomem esses territórios com essas pessoas e deixem que ele resolva isso com eles por conta própria. Que vergonha.

Para dar seguimento à agenda econômica, a questão chave (além de combater a fome, a pobreza e a desigualdade) é a reforma das instituições globais. A maioria das delegações do Sul Global enfatizou o domínio dos atores ocidentais nessas entidades, que não podem mais reivindicar exclusividade, primeiro, por razões morais, e, segundo, à luz das realidades modernas.

O mundo está mudando rapidamente. Nas últimas décadas, assumiu um novo "rosto". Citamos números em muitas ocasiões: o BRICS agora representa 37% da economia global, enquanto o G7 caiu abaixo de 30%. Essa diferença continua a aumentar porque os países do BRICS atualmente têm uma taxa de crescimento média de 4%, o dobro das economias do G7.

A Cúpula do BRICS de 22 a 24 de outubro em Kazan ainda está fresca em nossa mente. Foi frequentemente mencionada nas observações feitas por representantes do Sul Global. As avaliações que ouvimos aqui mostram que a associação está pronta para desenvolver um conjunto de ferramentas independente - pagamento, liquidação, compensação, investimento, comércio e outros mecanismos - que poderiam ser usados independentemente do Ocidente. Este trabalho está em andamento, e alguém mencionou isso hoje.

Ninguém está procurando dismantlar as "ferramentas" existentes da ordem mundial pós-guerra, como as instituições de Bretton Woods ou a Organização Mundial do Comércio. No entanto, dados os problemas significativos decorrentes do Ocidente abusando de seu controle sobre esses sistemas, a criação paralela de ferramentas alternativas, que acabei de mencionar, claramente faz sentido.

Os países do BRICS estão aumentando seu papel e influência dentro do G20, o que foi evidente na Cúpula de Delhi de 2023, na Cúpula da Indonésia de 2022 e especialmente durante as últimas discussões. A posição mais forte do BRICS foi auxiliada pela decisão do ano passado de admitir a União Africana como membro pleno do G20. Desta vez, a presidência do Brasil convidou

para a cúpula o Presidente do Novo Banco de Desenvolvimento, que foi criado pelo BRICS, e altos funcionários da Liga dos Estados Árabes.

A Declaração confirma a importância de amplificar e fortalecer a voz da Maioria Global em todos os principais órgãos políticos e econômicos, desde o Conselho de Segurança da ONU até o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, e para restaurar completamente o funcionamento da OMC. O órgão de resolução de disputas da OMC, um mecanismo central da OMC, permanece bloqueado e incapaz de operar devido a manipulações processuais pelos Estados Unidos, que efetivamente mantêm o antigo refém.

As nações do Sul Global, com o apoio da Federação Russa, há muito se esforçam para aumentar sua participação na alocação de quotas e votos no FMI e no Banco Mundial, para refletir sua influência genuína na economia global. Mais uma vez, encapsulamos este princípio dentro da Declaração do G20. Todos os nossos esforços anteriores para endossar apelos pertinentes foram infrutíferos, já que o Ocidente, apesar de aprovar esta noção equitativa, persistentemente garante que ela permaneça no papel.

Abordei a reforma das instituições globais e a segurança alimentar em duas ocasiões. Apresentei aos meus colegas as iniciativas de nossa nação na implementação da proposta do Presidente Vladimir Putin de estabelecer uma Parceria Eurasiática Maior, abrangendo a EAEU, a SCO, a ASEAN e outras alianças regionais. Percebemos isso como uma base substantiva para construir uma nova estrutura de segurança eurasiática, acessível a todos os países do continente.

Destaco nossas contribuições para resolver os desafios de segurança alimentar e energética, onde estamos, como corroborado por estatísticas, como fornecedores confiáveis e líderes. Este é apenas um aspecto do que a Rússia pode oferecer aos países do Sul Global. Na prática, estamos forjando colaborações fortes com eles em muitos outros domínios, incluindo produtos avançados e eficientes de tecnologia de informação e comunicação de origem russa, que estão despertando interesse crescente de nossos parceiros na África, Ásia e América Latina.

Devo reconhecer que o sucesso do "turno" brasileiro deste ano se baseia nos resultados positivos do G20 de cúpulas anteriores na Indonésia em 2022 e na Índia em 2023. A África do Sul está pronta para assumir a próxima presidência.

Este "turno" do BRICS se estenderá por mais um ano. Nossos colegas sul-africanos já delinearam suas prioridades – eles pretendem avançar na agenda de reforma das instituições globais, como mencionado anteriormente, enquanto fortalecem capacidades para o desenvolvimento sustentável com ênfase no combate à pobreza, fome e desigualdade. Por razões evidentes, a África do Sul se concentra particularmente nos desafios enfrentados pelo continente africano e nosso diálogo com a África por meio do Fórum de Parceria, estabelecido pela Cúpula Rússia-África em São Petersburgo em 2023, que iniciamos há duas semanas em Sochi na Conferência Ministerial Rússia-África inaugural. Consideraremos devidamente as iniciativas de nossos colegas sul-africanos a esse respeito. Isso constituirá uma coordenação de trabalho, informal, mas benéfica.

(MID RU, 2024)

FÓRUM 18º DO G20, NOVA DELHI, ÍNDIA, 2023

Estimados Colegas,

A economia mundial enfrenta hoje um emaranhado de grandes desafios, dos quais muitos são de natureza geopolítica ou estão a ser agravados pela confrontação internacional. Isto diz igualmente respeito às questões candentes levantadas pela Presidência indiana: o terrorismo, os crimes de droga e calamidades naturais. As respostas adequadas a estes fenómenos perigosos devem ser elaboradas em formatos especializados, sobretudo na ONU.

O surto de terrorismo foi provocado, em larga medida, pela interferência do Ocidente nos assuntos internos dos Estados soberanos. O Iraque, a Líbia, a Síria e o Afeganistão tornaram-se vítimas das aventuras militares e das pretensões neocoloniais. Os resultados foram a destruição do sistema estatal destes países, o desenfreio dos grupos terroristas, o crescimento da ameaça da droga, a pauperização da população e a degradação dos direitos humanos. A instabilidade perigosa no Médio Oriente é também fomentada pela falta de progressos na resolução do problema palestino.

A destruição da Líbia provocou uma grave escalada da ameaça terrorista em África, especialmente na região do Saara-Sahel.

Um novo foco de extremismo tem vindo a ser ateado na Ucrânia desde 2014. Montes de armas estão a ser fornecidas ao regime de Kiev, dá-se apoio aos seus batalhões nacionalistas cujos efetivos estão tatuados dos pés à cabeça com emblemas nazis, estão a ser recrutados mercenários de países da NATO e terroristas internacionais. Há registos de desvio de armas letais fornecidas à Ucrânia para focos de tensão no estrangeiro.

Hoje já falámos das explosões nos gasodutos Nord Stream na zona de responsabilidade da NATO ao largo da costa da UE. É sintomático que este ataque terrorista tenha ocorrido pouco depois de um exercício militar conjunto da coligação da NATO com a participação da Marinha dos EUA. Insistimos em que seja entabulada uma investigação aberta e imparcial e em que seja verificada cuidadosamente a informação da implicação das instituições governamentais dos EUA e de outros países ocidentais neste incidente.

O Ocidente está a destruir a unidade da frente antiterrorista global. O exemplo mais recente é a restrição dos direitos da Rússia no GAFI. Esta medida hostil assemelha-se, de facto, à política de beneplácito para o terrorismo internacional. Estamos convencidos de que a resposta antiterrorista implica a necessidade de abdicar da política de "padrões duplos" e de "agendas ocultas". A luta contra este mal inegável não pode ser feita refém de considerações oportunistas nem da prática de disciplinas coletivas no âmbito de alianças.

Prestámos apoio à Turquia e à Síria atingidas pelos terremotos devastadores, enviando-lhes ajuda humanitária e unidades do nosso corpo da Proteção Civil. Nos últimos anos, a Rússia ajudou mais de 110 países, principalmente de África, do Médio Oriente e da América Latina, a superar as consequências de desastres naturais, disponibilizando mais de 270 milhões de dólares para estes fins e para projetos de reconstrução através de organizações humanitárias internacionais.

O rápido progresso das tecnologias de informação e comunicação e o ritmo crescente da transformação digital representam riscos significativos. A Rússia foi a primeira no mundo a levantar a questão da necessidade de se elaborar, no âmbito das Nações Unidas, uma convenção

internacional sobre o combate ao cibercrime. Em 2019, por nossa iniciativa, foi aprovada uma resolução da Assembleia Geral da ONU, coautorada por 47 países, sobre o início de um processo de negociação, processo esse que já entrou na fase prática. Presumimos que o projeto de convenção será submetido para a apreciação da 78ª sessão da Assembleia Geral da ONU.

Em relação às Nações Unidas, reafirmamos a nossa posição a favor da reforma do Conselho de Segurança e da ampliação da representação dos países em desenvolvimento. Há muitos anos que apoiamos as candidaturas do Brasil e da Índia e defendemos a necessidade de satisfazer os interesses do continente africano. Quanto ao Ocidente e aos seus aliados, eles detêm agora seis dos quinze assentos no Conselho de Segurança. Não há dúvida de que este número de assentos lhes chega e sobra.

De modo geral, agora todas as instituições multilaterais estão a fazer um teste de conformidade com as novas realidades geopolíticas. Isto diz igualmente respeito à ONU e ao G20. As necessárias serão aquelas que provarem serem capazes de servir para conciliar os interesses dos países e não para justificar as pretensões de alguns países à hegemonia.

FÓRUM 17º DO G20, BALI, INDONÉSIA, 2022

Durante o G20 de Bali em 2022 a Rússia foi representada por Serguei Lavrov, no entanto, não há um discurso oficial russo, tendo em vista que o representante do país se ausentou no momento separado para o posicionamento da Rússia.

FÓRUM 16º DO G20, ROMA, ITÁLIA, 2021

Excelentíssimo Primeiro-Ministro Mario Draghi,
Prezados Colegas,

Gostaria de começar agradecendo sinceramente à Itália, o Presidente do G20, pelos grandes esforços que fez em sediar esta Cúpula.

A cidade de Roma, com sua história antiga, deixou um capítulo esplêndido na história da civilização humana. Hoje, estamos nos reunindo aqui em meio a uma pandemia prolongada de COVID-19, recuperação econômica frágil, desafios agudos de mudança climática e frequentes surtos de questões regionais. Com o tema Pessoas, Planeta, Prosperidade, a Cúpula de Roma expressa a determinação da comunidade internacional de agir em solidariedade para derrotar a pandemia e reviver a economia mundial, e demonstra a missão do G20 de liderar a transformação da governança econômica global.

Diante de mudanças e de uma pandemia nunca vistas em um século, o G20, o principal fórum de cooperação econômica internacional, precisa assumir suas devidas responsabilidades, ter em mente o futuro da humanidade e o bem-estar das pessoas, defender a abertura, inclusão e cooperação ganha-ganha, praticar o verdadeiro multilateralismo e promover a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade. Especificamente, gostaria de sugerir que trabalhemos nas seguintes cinco áreas.

Primeiro, trabalhar em solidariedade para combater a COVID-19. Com o coronavírus devastando o mundo inteiro, nenhum de nós pode ficar seguro sozinho. Solidariedade e cooperação são a arma mais poderosa. A comunidade internacional deve trabalhar em conjunto para enfrentar e derrotar a pandemia com uma abordagem baseada na ciência. A estigmatização do vírus e a politização da rastreabilidade das origens vão contra o espírito de solidariedade contra a pandemia. Precisamos intensificar a cooperação na prevenção, controle, diagnóstico e tratamento, e melhorar a preparação para grandes emergências de saúde pública. O G20 inclui as principais economias do mundo e, portanto, deve desempenhar um papel de liderança na construção de consenso, mobilização de recursos e promoção da cooperação.

No início da pandemia, eu pedi que as vacinas contra a COVID-19 fossem transformadas em um bem público global. Com base nisso, gostaria de propor aqui uma Iniciativa de Ação de Cooperação Global em Vacinas: Primeiro, precisamos fortalecer a cooperação em pesquisa e desenvolvimento de vacinas e apoiar empresas de vacinas na realização de pesquisa e desenvolvimento conjuntos e produção com países em desenvolvimento. Segundo, precisamos defender a equidade e a justiça, e fornecer mais vacinas aos países em desenvolvimento para atender à meta global de vacinação para 2022, conforme estabelecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Terceiro, precisamos apoiar a Organização Mundial do Comércio (OMC) na tomada de uma decisão antecipada sobre a renúncia aos direitos de propriedade intelectual sobre vacinas contra a COVID-19 e incentivar as empresas de vacinas a transferir tecnologia para países em desenvolvimento. Quarto, precisamos aumentar a cooperação comercial transfronteiriça para garantir o comércio suave de vacinas e materiais auxiliares e matérias-primas relacionadas. Quinto, precisamos tratar diferentes vacinas de forma igual e avançar no reconhecimento mútuo de vacinas de acordo com a Lista de Uso Emergencial da OMS. Sexto, precisamos fornecer apoio financeiro para a cooperação global em vacinas, especialmente para que os países em desenvolvimento tenham acesso às vacinas.

Até o momento, a China forneceu mais de 1,6 bilhão de doses de vacinas para mais de 100 países e organizações internacionais, e fornecerá mais de dois bilhões de doses ao mundo ao longo deste ano. A China está realizando produção conjunta de vacinas com 16 países, com uma capacidade inicial de 700 milhões de doses por ano. O Fórum Internacional sobre Cooperação em Vacinas contra a COVID-19 que propus em maio passado na Cúpula Global de Saúde foi realizado com sucesso em agosto. Os países participantes alcançaram acordos de intenção de mais de 1,5 bilhão de doses para este ano. A China, juntamente com outros 30 países, também lançou uma Iniciativa de Parceria do Cinturão e Rota sobre Cooperação em Vacinas contra a COVID-19, convocando a comunidade internacional a promover a distribuição justa de vacinas em todo o mundo. A China está pronta para trabalhar com todas as partes para melhorar a acessibilidade e a acessibilidade das vacinas nos países em desenvolvimento e fazer uma contribuição positiva para construir uma linha de defesa global por meio da vacinação.

Segundo, fortalecer a coordenação para promover a recuperação. A COVID-19 teve um impacto complexo e de longo alcance na economia mundial. É imperativo que apliquemos as prescrições corretas para abordar tanto os sintomas quanto as causas dos problemas que enfrentamos. Devemos intensificar a coordenação de políticas macroeconômicas e garantir a continuidade, consistência e sustentabilidade de nossas políticas. As principais economias devem adotar políticas macroeconômicas responsáveis, evitar que as medidas tomadas para si mesmas resultem em aumento da inflação, flutuações cambiais ou aumento das dívidas, evitar

efeitos negativos sobre os países em desenvolvimento e garantir o funcionamento saudável do sistema econômico e financeiro internacional.

Ao mesmo tempo, devemos ter uma perspectiva de longo prazo, melhorar o sistema de governança econômica global e as regras, e compensar o déficit de governança relevante. Devemos continuar a pressionar pela conclusão programada da 16ª Revisão Geral de Quotas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para reforçar a rede de segurança financeira global. A China apoia o lançamento antecipado das negociações sobre o processo de reposição da Associação Internacional de Desenvolvimento e mantém que a Revisão dos Direitos de Voto relevante deve refletir fielmente as mudanças no cenário econômico internacional e aumentar a voz dos países em desenvolvimento. A China acolhe a decisão do FMI sobre a nova alocação de Direitos Especiais de Saque totalizando 650 bilhões de dólares americanos e está pronta para emprestar a nova alocação a países de baixa renda que são seriamente afetados pela COVID-19.

Devemos proteger o sistema de comércio multilateral com a OMC em seu núcleo e construir uma economia mundial aberta. O G20 deve continuar a fornecer orientação política sobre a reforma da OMC, defender seus valores centrais e princípios básicos e proteger os direitos, interesses e espaço de desenvolvimento dos países em desenvolvimento. É imperativo restaurar, o mais rápido possível, o funcionamento normal do mecanismo de solução de controvérsias e trabalhar para resultados positivos na 12ª Conferência Ministerial da OMC. Devemos manter as cadeias industriais e de suprimentos seguras e estáveis e garantir o funcionamento suave da economia mundial. A China propõe realizar um fórum internacional sobre cadeias industriais e de suprimentos resilientes e estáveis e acolhe a participação ativa dos membros do G20 e das organizações internacionais relevantes.

O desenvolvimento de infraestrutura desempenha um papel importante na promoção do crescimento econômico. A China tem feito esforços incessantes nesse sentido por meio da cooperação do Cinturão e Rota e outras iniciativas. A China está preparada para trabalhar com todos os lados para defender o princípio de consulta ampla, contribuição conjunta e benefícios compartilhados, permanecer comprometida com a visão de cooperação aberta, verde e limpa e buscar o objetivo de desenvolvimento sustentável, centrado nas pessoas e de alto padrão, a fim de entregar resultados mais frutíferos da cooperação de alta qualidade do Cinturão e Rota.

Terceiro, abraçar a inclusão para alcançar o desenvolvimento comum. A pandemia trouxe múltiplas crises para o mundo, em particular para os países em desenvolvimento. O número de pessoas vivendo com fome atingiu cerca de 800 milhões. A implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável enfrenta desafios sem precedentes. Nesse contexto, devemos adotar uma abordagem centrada nas pessoas e tornar o desenvolvimento global mais equitativo, eficaz e inclusivo, para que nenhum país seja deixado para trás.

O G20 deve priorizar o desenvolvimento na coordenação de políticas macroeconômicas, garantir a implementação saudável do Plano de Ação sobre a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, avançar com a Iniciativa de Apoio à Industrialização na África e nos Países Menos Desenvolvidos e promover a sinergia entre os mecanismos existentes de cooperação para o desenvolvimento. As economias avançadas devem cumprir suas promessas de assistência oficial ao desenvolvimento (ODA) e fornecer mais recursos para os países em desenvolvimento.

Não muito tempo atrás, propus uma Iniciativa de Desenvolvimento Global nas Nações Unidas e convoquei a comunidade internacional a fortalecer a cooperação em áreas de alívio da pobreza, segurança alimentar, resposta à COVID-19 e vacinas, financiamento do desenvolvimento, mudança climática e desenvolvimento verde, industrialização, economia digital e conectividade, a fim de acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e alcançar um desenvolvimento global mais robusto, verde e equilibrado. Esta iniciativa é altamente compatível com o objetivo e a prioridade do G20 de promover o desenvolvimento global. Acolhemos a participação ativa de mais países na iniciativa.

Quarto, buscar inovação para explorar o potencial de crescimento. A inovação é um fator decisivo na promoção do desenvolvimento econômico e social e na abordagem dos desafios comuns à humanidade. O G20 deve unir forças para liberar o potencial de crescimento impulsionado pela inovação e elaborar regras com base na participação ampla e no consenso amplo para fomentar um ambiente propício ao desenvolvimento impulsionado pela inovação. Formar blocos exclusivos ou até mesmo traçar linhas ideológicas só causará divisão e criará mais obstáculos, o que não fará bem, mas apenas prejudicará a inovação científica e tecnológica.

A economia digital é uma fronteira importante da inovação científica e tecnológica. O G20 deve assumir responsabilidades na era digital, acelerar o desenvolvimento de novos tipos de infraestrutura digital, promover uma integração mais profunda das tecnologias digitais com a economia real e ajudar os países em desenvolvimento a eliminar a divisão digital. A China apresentou a Iniciativa Global sobre Segurança de Dados. Podemos discutir e desenvolver regras internacionais para a governança digital que reflitam a vontade e respeitem os interesses de todos os lados e fomentar ativamente um ambiente aberto, justo, equitativo e não discriminatório para o desenvolvimento digital. A China dá grande importância à cooperação internacional na economia digital e decidiu se candidatar a aderir ao Acordo de Parceria da Economia Digital. A China está pronta para trabalhar com todas as partes para o desenvolvimento saudável e ordenado da economia digital.

Quinto, promover a coexistência harmoniosa para alcançar o desenvolvimento verde e sustentável. O G20 precisa defender o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, pressionar pela implementação completa do Acordo de Paris sobre mudança climática e apoiar uma COP26 bem-sucedida da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática e COP15 da Convenção sobre Diversidade Biológica. Os países desenvolvidos precisam liderar pelo exemplo na redução de emissões, acomodar plenamente as dificuldades e preocupações especiais dos países em desenvolvimento, cumprir seus compromissos de financiamento climático e fornecer tecnologia, capacitação e outros apoios para os países em desenvolvimento. Isso é de importância crítica para o sucesso da próxima COP26.

A China sempre assumiu responsabilidades internacionais de acordo com suas condições nacionais. Avançamos ativamente na transição verde de nossa economia e aumentamos a ambição de nossas ações climáticas por iniciativa própria. Nos últimos dez anos, a China eliminou gradualmente 120 milhões de quilowatts de capacidade instalada de geração de energia a carvão. A construção do primeiro lote de usinas eólicas e fotovoltaicas com uma capacidade instalada total de cerca de 100 milhões de quilowatts foi lançada de forma ordenada. A China se esforçará para atingir o pico de suas emissões de CO₂ antes de 2030 e alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060. Cumpriremos nossas palavras com ações e

trabalharemos com todos os países para buscar um caminho de desenvolvimento verde, de baixo carbono e sustentável.

Colegas,

Como observou um antigo filósofo chinês, "Aquele que tem credibilidade conecta o mundo." Em outras palavras, a credibilidade é a base para interações com o mundo. A China permanecerá comprometida com a política de estado fundamental de abertura para liberar o potencial de seu enorme mercado e demanda interna. Promoveremos a abertura institucional que cobre regras, regulamentos, gestão e padrões, e intensificaremos a proteção dos direitos de propriedade intelectual. Continuaremos a fomentar um ambiente de negócios baseado em princípios de mercado, governado por lei e de acordo com padrões internacionais, e garantiremos uma ordem de mercado justa e equitativa para empresas nacionais e estrangeiras. Estou convencido de que o desenvolvimento da China trará ainda mais e novas oportunidades para o mundo e injetará ainda mais novo impulso na economia mundial.

Como diz o ditado, Roma não foi construída em um dia. Construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade requer esforços persistentes de todos os países. Embora a jornada à frente possa ser longa e árdua, com ações sustentadas, eventualmente chegaremos ao nosso destino e abraçaremos um futuro mais brilhante. Vamos trabalhar juntos para dissipar as nuvens escuras da pandemia o mais cedo possível e construir conjuntamente um futuro cada vez melhor para todos nós!

Obrigada.

(KREMLIN RU, 2021)

FÓRUM 15º DO G20, RIADE, ÁRABIA SAUDITA, 2020

Colegas,

O escopo dos problemas que a humanidade enfrentou em 2020 é verdadeiramente sem precedentes. A pandemia de coronavírus, o lockdown global e a atividade econômica congelada lançaram uma crise econômica sistêmica que o mundo provavelmente não conhecia desde a Grande Depressão.

O crescimento das economias nacionais foi severamente prejudicado. A pandemia ceifou dezenas, centenas de milhares de vidas, enquanto milhões de pessoas perderam seus empregos e rendimentos.

O principal risco, obviamente, mesmo apesar de alguns sinais positivos, permanece: desemprego em massa de longo prazo, um chamado desemprego "estagnado" com o subsequente aumento da pobreza e insegurança social. O papel do G20 é impedir que isso aconteça.

A Rússia valoriza muito os esforços da Arábia Saudita durante sua Presidência do G20. Na situação atual, a agenda dos fóruns foi reorientada para a recuperação econômica global e a proteção da saúde e bem-estar das pessoas.

Com base na experiência de combate à crise financeira global de 2008–2009, o G20 lançou uma série de iniciativas multilaterais para conter os riscos econômicos relacionados à pandemia e restaurar a atividade empresarial, incluindo por meio de instituições de gestão global chave, nomeadamente a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, o FMI, o Banco Mundial e outros.

Nossos países projetaram um pacote de incentivos para a economia mundial totalizando US\$ 12 trilhões. O Presidente dos EUA falou agora sobre os esforços dos EUA – de fato, é uma contribuição muito grande para a recuperação da economia americana, o que também significa a recuperação da economia mundial.

Todos nós juntos facilitamos a mobilização emergencial de US\$ 21 bilhões para necessidades médicas essenciais e demos início à cooperação internacional no desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas.

Como outras nações, a Rússia tomou medidas anticrise sem precedentes ao dar prioridade máxima ao valor fundamental e chave – vidas e saúde das pessoas.

Para garantir a sustentabilidade da economia nacional e manter a estabilidade social, o Governo da Rússia, juntamente com o Banco da Rússia, está implementando um plano abrangente de assistência à população, pequenas e médias empresas e indústrias na zona de risco. Foi fornecido apoio ao setor bancário e aos orçamentos regionais, as empresas receberam empréstimos enquanto os investimentos governamentais foram aumentados. O volume atual de apoio orçamentário anticrise totalizou 4,5% do PIB.

A adoção oportuna dessas medidas direcionadas permitiu à Rússia, assim como à maioria dos países desenvolvidos, mitigar o declínio econômico, melhorar o sistema de saúde e passar por tempos difíceis sem perdas irreparáveis. Tanto nossas reservas acumuladas quanto a atração de recursos de empréstimo no mercado interno ajudaram a financiar as medidas acima.

No entanto, estamos cientes de que as economias em desenvolvimento e algumas economias de mercado emergentes objetivamente carecem de tais recursos. Suas receitas fiscais despencaram enquanto a necessidade de alocar fundos consideráveis para combater a pandemia está crescendo praticamente diariamente. A desvalorização da moeda nacional carrega um grande risco e, respectivamente, o custo do serviço da dívida estatal, principalmente para países de baixa renda, que têm dois terços de seus empréstimos em dólares americanos.

O FMI e o Banco Mundial prestaram assistência significativa aos países em desenvolvimento. Seguindo sua proposta, o G20 tomou uma decisão em abril de instalar um moratório temporário sobre os pagamentos da dívida das nações em desenvolvimento. Essa é certamente uma iniciativa muito necessária, mas cobre apenas os países mais pobres. Não inclui sua dívida com credores privados e diz respeito a menos de quatro por cento dos custos gerais de serviço da dívida estatal dos países em desenvolvimento no ano atual.

Acredito que medidas adicionais são necessárias para prevenir a deterioração da situação e o crescimento da desigualdade econômica e social.

Questões urgentes que se acumularam no comércio internacional também precisam ser abordadas. Assim, é necessário tentar conter o protecionismo, abandonar a prática de sanções

unilaterais e retomar as cadeias de entrega. Falamos sobre isso ontem em outra plataforma internacional, a APEC.

Ajuste das regras universais de comércio multilateral ao comércio eletrônico (muito precisa ser feito nesta área) e outras novas realidades econômicas também estão na agenda.

No geral, o G20 deve continuar buscando novas abordagens para reformar a Organização Mundial do Comércio para enfrentar os desafios atuais. Esta tarefa desafia uma solução sem um sistema de comércio multilateral estável e eficaz, mas no momento, não há alternativa à Organização Mundial do Comércio.

A Rússia apoia o projeto de decisão chave da cúpula atual, que visa tornar as vacinas eficazes e seguras acessíveis para todos. Sem dúvida, os medicamentos de imunização são e devem ser de domínio público universal. Nosso país, a Rússia, está pronto para fornecer aos países necessitados as vacinas desenvolvidas por nossos pesquisadores. Esta é a primeira vacina registrada do mundo, Sputnik V, baseada na plataforma de vetores adenovirais humanos. A segunda vacina russa, EpiVacCorona de um centro de pesquisa de Novosibirsk, também está pronta. A terceira vacina russa está chegando.

A escala da pandemia nos obriga a engajar todos os recursos e pesquisas disponíveis. Nosso objetivo comum é formar portfólios de vacinas e garantir proteção confiável para a população do planeta. Isso significa que haverá trabalho suficiente para todos, colegas, e acho que é um caso em que a competição pode ser inevitável, mas devemos proceder principalmente de considerações humanitárias e torná-las uma prioridade.

Deixe-me enfatizar – esta crise deve se tornar uma oportunidade para alterar a trajetória do desenvolvimento global, preservar o ambiente favorável e o clima, garantir condições iguais para todas as nações e povos, construir ferramentas eficazes de cooperação multilateral e instituições internacionais chave enquanto se baseia na Carta da ONU e nas normas e princípios universalmente aceitos do direito internacional. Vemos esta abordagem para resolver questões globais como a tarefa chave e responsabilidade do G20 como o principal fórum das principais economias do mundo.

Colegas, gostaria de mais uma vez agradecer aos anfitriões do evento de hoje, a Arábia Saudita.

Obrigado pela atenção.

ANEXO D - Discursos África do Sul

FÓRUM 19º DO G20, RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2024

Excelentíssimo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

Chefes de Estado e de Governo dos Membros do G20 e Países Convidados, Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. António Guterres,

Senhoras e Senhores,

É uma honra aceitar, em nome do povo da África do Sul, a responsabilidade da Presidência do G20 para o próximo ano. Parabenizo o Presidente Lula da Silva e o Brasil por uma Presidência do G20 de grande sucesso. Gostaria de agradecer ao meu bom amigo de muitos anos, o Presidente Lula, por sua liderança inspiradora. Elogiamos o Brasil por elevar a participação de grupos sociais e da sociedade civil no trabalho do G20 ao convocar a primeira Cúpula Social do G20. A África do Sul acredita firmemente que a sociedade civil serve como uma ponte entre os líderes do G20 e as pessoas que têm o maior interesse em suas deliberações. Continuaremos com esta plataforma inovadora de engajamento durante nossa Presidência. Isso está em linha com nossas próprias tradições na África do Sul de envolver formações da sociedade civil em todas as questões importantes para o povo do país. Foi através das ações das formações da sociedade civil na África do Sul que conseguimos acabar com o apartheid e alcançar nossa democracia. Por meio de sua Presidência, o Brasil contribuiu efetivamente para Construir um Mundo Justo e um Planeta Sustentável. O trabalho realizado ao longo da Presidência Brasileira abordou alguns dos desafios globais mais urgentes de nosso tempo. Acolhemos o foco elevado na agenda de desenvolvimento através da lente dos países de economia em desenvolvimento.

A África do Sul expressa sua gratidão ao Brasil e ao restante dos membros do G20 pela oportunidade de construir sobre o excelente trabalho liderado pelo Brasil. Aplaudimos todos os membros do G20, liderados pelo Brasil, na finalização da Declaração dos Líderes do G20 no Rio de Janeiro, que delineia as ações que devemos tomar juntos para construir um mundo melhor.

Apreciamos que, uma vez alcançado consenso suficiente sobre a Declaração, aqueles membros que ainda tinham pontos de desacordo não impediram a adoção da Declaração. Como África do Sul, comprometemo-nos a avançar o trabalho do G20 em direção ao crescimento econômico global maior e ao desenvolvimento sustentável. Trabalharemos para garantir que ninguém seja deixado para trás.

O mundo enfrenta desafios e crises severas.

Estes são exacerbados pela fragilidade da solidariedade global, subdesenvolvimento debilitante e desigualdade crescente. No entanto, ao longo dos anos de sua existência, o G20 sempre buscou enfrentar os desafios globais de frente. Por meio de parcerias em toda a sociedade e reacendendo nossa humanidade comum, a África do Sul buscará aproveitar a energia coletiva global para enfrentar esses desafios.

A África do Sul adotou o tema da Presidência do G20 de Solidariedade, Igualdade e Sustentabilidade.

Em linha com este tema, buscaremos fortalecer e avançar nossa busca comum pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e pelo Pacto para o Futuro. A conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável até 2030 deve ser uma prioridade para as próximas cinco Presidências do G20. Por meio de nossa Presidência do G20, buscaremos fortalecer a solidariedade. Seja em Gaza, Sudão ou Ucrânia, devemos todos nos solidarizar com aquelas pessoas que estão enfrentando dificuldades e sofrimento. Devemos nos solidarizar com aqueles países que são mais vulneráveis a pandemias e outras emergências de saúde pública global.

Neste momento, muitos países na África estão enfrentando surtos de m-pox que exigem ação internacional urgente. Por meio de nossa Presidência do G20, trabalharemos para combater a desigualdade, que é uma grande ameaça ao crescimento econômico global e à estabilidade. As

disparidades de riqueza e desenvolvimento dentro e entre países são injustas e insustentáveis. Essas disparidades se manifestam na falta de financiamento previsível e sustentável e na capacitação para ação climática. A desigualdade se manifesta na dívida debilitante que forçou muitos países a abandonar seus programas de desenvolvimento para pagar dívidas exorbitantes. A Presidência da África do Sul será a primeira vez que um país africano presidirá o G20. Usaremos este momento para trazer as prioridades de desenvolvimento do Continente Africano e do Sul Global mais firmemente para a agenda do G20. A Presidência do G20 da África do Sul avançou três prioridades de alto nível, que se expressaram no trabalho das Trilhas Sherpa e Financeira. A primeira dessas prioridades é Crescimento Econômico Inclusivo, Industrialização, Emprego e Desigualdade. A segunda prioridade é Segurança Alimentar. A terceira prioridade é Inteligência Artificial e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável. A África do Sul aguarda ansiosamente para trabalhar com todos os membros do G20 e convidados. Continuaremos a trabalhar com países parceiros e instituições multilaterais. Aproximadamente 130 reuniões do G20 ocorrerão em todo o nosso país, e tenho a honra de dar as boas-vindas a todos vocês à África do Sul para o próximo ano. Por fim, convido vocês a assistir a um breve vídeo introdutório lançando a Presidência do G20 da África do Sul.

Obrigado.

(DIRCO GOV, 2024)

FÓRUM 18º DO G20, NOVA DELHI, ÍNDIA, 2023

Excelentíssimo Narendra Modi, Primeiro-Ministro da Índia e Presidente do G20,
Excelentíssimos Chefes de Estado e de Governo,
Representantes de Organizações Internacionais,

Senhoras e Senhores,

Estamos encantados que o G20 tenha aceitado a União Africana como membro do G20.

A reconstrução global após a pandemia de COVID-19 apresenta uma oportunidade única para acelerar a transição para sociedades sustentáveis, resilientes ao clima e de baixo carbono.

As economias em desenvolvimento estão sofrendo o impacto das mudanças climáticas, apesar de terem a menor responsabilidade por esta crise.

Como países africanos e outras economias em desenvolvimento, enfrentamos a tarefa de cumprir nossos compromissos climáticos em meio a desafios significativos de desenvolvimento, como pobreza, desigualdade e desemprego.

Mudanças climáticas, degradação ambiental, consumo e produção insustentáveis e escassez de recursos são desafios que só podem ser abordados coletivamente e com uma grande dose de solidariedade.

A África do Sul pede uma Parceria Global ampliada e reforçada para o Desenvolvimento Sustentável.

Isso deve ser apoiado pelas políticas e ações concretas delineadas na Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

O acesso a recursos financeiros adequados e previsíveis de uma variedade de fontes públicas e privadas é crítico se quisermos alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Os parceiros de desenvolvimento precisam tanto cumprir seus compromissos existentes quanto aumentar a Assistência Oficial ao Desenvolvimento. As pessoas comuns veem bilhões de dólares sendo gastos em armas de guerra em vez de enfrentar os desafios de desenvolvimento.

Em particular, os parceiros de desenvolvimento precisam cumprir seus compromissos de capacitação e desenvolvimento de infraestrutura em países de baixa e média renda.

Nenhum país está imune aos efeitos das mudanças climáticas. Portanto, é vital que respondamos coletivamente, de forma decisiva e com urgência a esta crise existencial.

É vital que os países industrializados, que têm os meios e que carregam a maior responsabilidade pelas mudanças climáticas, apoiem o desenvolvimento sustentável nas economias em desenvolvimento.

Para realizarmos a visão de Pessoas, Planeta e Prosperidade, precisamos cumprir nossos respectivos compromissos e responsabilidades.

Ao fazer isso, estaremos ajudando a criar um mundo mais equitativo, mais resiliente e mais sustentável.

Obrigado.

(DIRCO GOV, 2023)

FÓRUM 17º DO G20, BALI, INDONÉSIA, 2022

A Cúpula reuniu líderes mundiais cujas economias representam 85% do Produto Interno Bruto (PIB) global, 80% do comércio mundial e dois terços da população mundial, onde as discussões se concentraram na segurança alimentar e energética, saúde, transformação digital e infraestrutura e investimento global.

O Presidente Ramaphosa abordou a sessão de trabalho sobre segurança alimentar e energética, onde expressou a posição da África do Sul de que os países desenvolvidos no G20 precisam demonstrar ações climáticas mais ambiciosas e devem honrar seus compromissos financeiros com as economias em desenvolvimento.

O Presidente disse ainda que a África do Sul continuará a contribuir com sua parte justa para o esforço global de mudança climática por meio de uma transição justa que apoie o desenvolvimento sustentável.

Sobre o conflito em andamento entre Rússia e Ucrânia, o Presidente Ramaphosa reconheceu que a pandemia de COVID-19 e o conflito exacerbaram o aumento dos preços de alimentos, combustíveis e necessidades básicas, e a restrição do comércio agrava ainda mais o risco para

a estabilidade dos preços globais de alimentos, o que é mais sentido pelas economias em desenvolvimento.

Nesse sentido, o Presidente manteve a posição da África do Sul de que o diálogo entre as partes é o único caminho para resolver o conflito.

A África do Sul continua sendo a única voz africana no G20 e defendeu que a União Africana se junte ao G20.

O Presidente Ramaphosa pediu apoio contínuo do G20 para a Iniciativa Africana de Energia Renovável como meio de trazer energia limpa para o continente em termos africanos.

A África do Sul acolheu o lançamento do Fundo de Pandemia, ao qual se comprometeu a contribuir, na sessão de trabalho sobre Arquitetura de Saúde Global para responder rápida e efetivamente à próxima pandemia.

O Fundo de Pandemia permitirá colaboração, definição de prioridades, agrupamento de recursos, transferência de tecnologia e pesquisa e desenvolvimento de contramedidas médicas.

Para melhorar o trabalho desta importante entidade e expandir a representação de países de baixa renda, a África do Sul pediu que organizações regionais fossem convidadas a se juntar à Força-Tarefa.

A África do Sul apoia ainda a extensão do mandato da Força-Tarefa Conjunta de Finanças-Saúde do G20.

Durante a Cúpula de Líderes do G20 em Bali, o Presidente Cyril Ramaphosa realizou reuniões bilaterais com Chefes de Estado e de Governo à margem da Cúpula de Líderes do G20 para consolidar laços diplomáticos, econômicos e culturais.

Na terça-feira, 15 de novembro de 2022, o Presidente Ramaphosa realizou uma reunião bilateral com o Presidente da República Popular da China, Sua Excelência Presidente Xi Jinping, onde os dois líderes afirmaram a relação estratégica especial entre os dois países. As nações se comprometeram a crescer a relação florescente com aumento do investimento chinês em infraestrutura e comércio bilateral.

Os Líderes afirmaram uma posição coletiva sobre a resolução de desafios globais por meio de instituições multilaterais. O Presidente Ramaphosa acolheu o apoio do Presidente Xi para que Sua Excelência entregue a presidência do BRICS à África do Sul em 2023, o que coincide com 25 anos de relações diplomáticas entre as duas nações. Os dois Líderes expressaram apoio e concordância sobre a proposta de uma adesão permanente da União Africana ao G20. A África do Sul e a China concordam em buscar compromissos das economias desenvolvidas para cumprir seus acordos climáticos da COP21 de Paris. As duas nações se comprometeram ainda com metas de ação climática mais ambiciosas.

Na quarta-feira, 16 de novembro de 2022, o Presidente Ramaphosa realizou uma reunião bilateral com o Primeiro-Ministro do Reino dos Países Baixos, o Excelentíssimo Mark Rutte. O Presidente Ramaphosa acolheu o apoio dos Países Baixos ao Plano de Investimento para a Transição Energética Justa da África do Sul (SA JET-IP). O Presidente enfatizou ainda que, para que o plano seja realizado, a África do Sul solicitará aumento do financiamento de

subsídios para o SA JET-IP. A África do Sul e os Países Baixos têm uma parceria histórica diversa e substancial, que permanece estratégica até hoje. O Presidente Cyril Ramaphosa e o Primeiro-Ministro Mark Rutte concordaram em continuar as discussões em uma visita de trabalho que os Países Baixos realizarão à África do Sul.

Após o encontro, ainda à margem da Cúpula de Líderes do G20, o Presidente Ramaphosa realizou uma reunião bilateral com o Primeiro-Ministro da República de Singapura, o Excelentíssimo Lee Hsien Loong. Os Líderes se comprometeram a aumentar as relações comerciais entre as duas nações. A África do Sul é o maior parceiro comercial de Singapura na África.

A reunião bilateral é precedida pela Visita Oficial a Singapura realizada pela Ministra das Relações Internacionais e Cooperação, Dra. Naledi Pandor, em julho de 2022, durante a qual ela também fez uma visita de cortesia ao Primeiro-Ministro Lee Hsien Loong.

As relações excepcionais da África do Sul com Singapura são focadas na promoção de comércio e investimento, bem como na colaboração em ciência e inovação, desenvolvimento de habilidades, treinamento vocacional, inovação portuária e desenvolvimento de infraestrutura.

(GOV ZA, 2022)

FÓRUM 16º DO G20, ROMA, ITÁLIA, 2021

Como atual Presidente do G20, a Itália convocará a Cúpula sob os três pilares de Pessoas, Planeta e Prosperidade.

O G20 reúne as principais economias do mundo. Seus membros representam mais de 80% do PIB mundial, 75% do comércio global e 60% da população do planeta.

No contexto da pandemia de COVID-19, recuperação global desigual, acesso desigual às vacinas e interrupções nas cadeias de suprimentos globais, o G20 estará envolvido com alguns dos desafios mais complexos que a economia global enfrenta.

Nesse sentido, a África do Sul priorizou o acesso às vacinas, segurança alimentar, apoio à dívida e liquidez, empoderamento das mulheres e eliminação de todas as formas de violência de gênero como algumas das prioridades mais importantes para o G20 abordar.

A África do Sul também buscará a reafirmação de compromissos anteriores do G20 relacionados ao apoio à industrialização da África, à Parceria e Compacto do G20 com a África, bem como ao compromisso do G20 em abordar os fluxos financeiros ilícitos.

Sob o pilar do planeta, a África do Sul defenderá o tratamento igualitário do clima em termos de mitigação, adaptação e meios de implementação, incluindo financiamento e transferência de tecnologia.

Observando a importância da digitalização como um facilitador da prosperidade, a África do Sul defenderá um compromisso do G20 para abordar a divisão digital e o papel dos dados para o desenvolvimento.

Além do programa substantivo do G20, a Ministra Pandor participará de uma série de reuniões bilaterais à margem da Cúpula de Líderes.

(DIRCO GOV, 2021)

FÓRUM 15º DO G20, RIADE, ÁRABIA SAUDITA, 2020

Sua
Excelências,

Alteza

Real,

A pandemia de coronavírus não é apenas a maior crise de saúde do nosso tempo, mas também uma grave crise social e econômica.

A pandemia atrasou os esforços globais para erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade.

Nossa recuperação da crise exige que redobremos nossos esforços para cumprir nossas obrigações globais, conforme refletido na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável – particularmente nosso compromisso de não deixar ninguém para trás e ajudar primeiro aqueles que estão mais atrás.

Precisamos garantir que financiamento adequado, em escala e adicional seja fornecido aos países em desenvolvimento, bem como transferência de tecnologia e apoio à capacitação.

Acolhemos com satisfação o fato de a Presidência Saudita ter priorizado a questão do Apoio do G20 aos Planos de Resposta e Recuperação da COVID-19 em Países em Desenvolvimento, especialmente na África e nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

Vemos o Quadro de Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável como evidência do compromisso do G20 com a agenda de desenvolvimento sustentável.

Também estamos satisfeitos com o compromisso contínuo com o desenvolvimento da África por meio da Parceria do G20 com a África, o Compacto com a África e a Iniciativa do G20 sobre Industrialização na África e nos Países Menos Desenvolvidos. Todas essas iniciativas vão longe no apoio à Agenda 2063 da União Africana.

A questão dos fluxos financeiros ilícitos deve ser abordada com urgência.

Um relatório recente da UNCTAD observa que conter a fuga de capitais anual de US\$ 88 bilhões da África poderia potencialmente reduzir pela metade a lacuna de financiamento dos ODS da África. Combater os fluxos financeiros ilícitos é uma questão de desenvolvimento importante.

Devemos permanecer firmes em nossa determinação de proteger nossas sociedades e o planeta da degradação ambiental.

Como parte do programa de recuperação mais amplo da União Africana, desenvolvemos o Programa de Estímulo Verde Africano.

Continuamos comprometidos, como África do Sul, em cumprir nossas obrigações internacionais de combater as mudanças climáticas.

À medida que aguardamos a COP26 em Glasgow no próximo ano, precisamos priorizar a operacionalização completa e equilibrada de todos os três objetivos globais do Acordo de Paris, ou seja, mitigação, mas também não devemos negligenciar a adaptação e o apoio.

Transições energéticas sustentáveis e acesso à energia serão cruciais para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Portanto, a África do Sul acolhe a introdução da Arábia Saudita da abordagem de economia circular de carbono no G20. A África do Sul está desenvolvendo a base de conhecimento científico para uma transição para uma economia circular. Tivemos algum sucesso com iniciativas de simbiose industrial, onde o resíduo de um setor é uma entrada valiosa para outro setor. Estamos desenvolvendo esquemas ambiciosos de responsabilidade do produtor na indústria para gerenciar resíduos de forma eficaz.

É fundamental que formas adequadas de apoio financeiro sejam dadas aos países africanos para permitir que facilitem uma recuperação verde e sustentável.

Uma transição energética justa é crucial para os países em desenvolvimento e para impulsionar a industrialização da África. De fato, nosso novo Plano de Recursos Integrados dá impulso ao nosso esquema emblemático de Aquisição de Produtores Independentes de Energia Renovável.

Esta pandemia trouxe mais uma vez à tona a necessidade urgente de empoderamento econômico das mulheres, e acreditamos que o empoderamento de mulheres e meninas deve permanecer central no plano de recuperação do G20.

No período difícil que se avizinha, a África do Sul aguarda com expectativa uma maior colaboração dentro do G20 enquanto trabalhamos para reconstruir de uma maneira mais sustentável e mais inclusiva e que avance as oportunidades para todos.

Obrigado.

(DIRCO GOV, 2020)

ANEXO E - Discursos Índia

FÓRUM 19º DO G20, RIO DE JANEIRO, BRASIL, 2024

Esta cúpula no Rio teve o tema abrangente de Construir um Mundo Justo e um Planeta Sustentável. E este ano, o G20 transmitiu uma mensagem muito forte na luta contra a fome e a pobreza. Um dos resultados muito importantes desta cúpula foi que os líderes do G20 foram convidados, países e chefes de organizações internacionais, todos foram convidados, então participaram e lançaram a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza. E a Índia também se juntou a esta aliança como um dos 147 membros fundadores. Isso inclui cerca de 81 países, a União Africana e a União Europeia, 24 organizações internacionais, nove instituições financeiras internacionais e 31 organizações filantrópicas e não governamentais.

Então, a declaração dos líderes do G20 no Rio de Janeiro foi uma discussão muito intensa. Antes da cúpula dos líderes, houve uma negociação de Sherpa que durou cerca de sete dias sem parar. E após um grande número de sessões virtuais e sessões presenciais, a declaração foi aprovada. E esta declaração realmente demonstra a unidade do G20 em relação a uma série de questões. E a declaração foca na fome

e na pobreza, foca no clima e na energia, foca em questões de desenvolvimento, foca muito em acelerar o ritmo dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Houve uma grande ênfase no clima e na energia também, mas também foca muito em, um componente importante disso foi a geopolítica.

A declaração destaca o imenso sofrimento humano e os impactos adversos dos conflitos em andamento. Ela se baseia em tudo o que a declaração dos líderes de Nova Délhi havia dito em seu parágrafo de geopolítica relacionado ao planeta e às pessoas. E, em grande parte, o parágrafo no Rio foi extraído da declaração dos líderes de Nova Délhi. E a declaração também expressou preocupação com a situação no Oriente Médio, porque esse foi um novo conflito que surgiu. E, portanto, há um parágrafo completo sobre o conflito no Oriente Médio também.

Mas gostaria de destacar que o Primeiro-Ministro falou em duas sessões, uma sobre Fome e Pobreza e outra sobre Desenvolvimento Sustentável e Transição Energética. E em ambas, ele destacou o enorme impacto que a Índia teve. Na primeira, ele destacou sobre elevar 250 milhões de pessoas acima da linha da pobreza e quais medidas a Índia tomou. Então, seus discursos estão disponíveis. E na segunda, sobre desenvolvimento sustentável, ele enfatizou como a Índia está atingindo essa meta de 500 gigawatts de energia renovável, ou a Índia é o único país do G20 que atingiu suas metas nove anos antes do previsto e já atingiu 200 gigawatts. Mas eu enfatizaria que muitas das ambições, como todos vocês sabem, que a declaração dos líderes de Nova Délhi sob a liderança do Primeiro-Ministro foi muito inclusiva, foi muito voltada para o futuro e foi muito ambiciosa. E muitas das ambições e dos principais resultados da declaração dos líderes de Nova Délhi encontram um lugar na declaração do Rio.

E, eu enfatizaria a importância de integrar a vida, ou seja, estilo de vida para o meio ambiente, que figura aqui, a implementação rápida do plano de ação do G20-2023 sobre aceleração do progresso nos ODS figura aqui, o reconhecimento da infraestrutura pública digital e o papel dos dados para o desenvolvimento figura aqui, o incentivo ao desenvolvimento liderado por mulheres figura aqui, e o reconhecimento de bancos de desenvolvimento multilaterais melhores, maiores e mais eficazes figura aqui. Há um princípio de alto nível de Deccan sobre segurança alimentar e nutrição que foi reiterado, o papel da medicina tradicional e complementar figura aqui, e no clima, passando de bilhões para trilhões de dólares figura aqui, e a Índia pressionou por ambição de uma maneira muito grande no financiamento climático ao trazer o conceito de bilhões para trilhões, bem como enfatizando os novos objetivos qualificados coletivos de novos financiamentos. E a resolução, a declaração reitera o que foi dito em Nova Délhi sobre triplicar a energia renovável e dobrar a eficiência energética. E, portanto, muitas dessas questões encontram um lugar aqui.

O Primeiro-Ministro reiterou o compromisso da Índia com o desenvolvimento sustentável. Ele destacou de maneira muito importante os avanços feitos na transição energética, incluindo o setor de energia renovável. Eu diria apenas que houve muita ênfase no que foi alcançado anteriormente em Nova Délhi. E o único outro ponto que gostaria de fazer é que, além disso, houve uma declaração. Uma declaração também foi feita sobre infraestrutura pública digital e inteligência artificial e dados para governança. E isso foi importante porque ao longo do nosso G20, destacamos e enfatizamos a infraestrutura pública digital no ano passado. E isso, a meu ver, é um grande passo adiante porque foi uma oportunidade para demonstrar que a DPI pode ser um grande motor para remover a fome, a pobreza e a desigualdade. E os benefícios do crescimento através da DPI fluirão para as pessoas do mundo. Então, vinculamos isso à DPI, inteligência artificial e como dados para governança com base em nossa própria experiência de distrito aspiracional podem ser usados. Tivemos, hoje no evento, vários países participaram. Tivemos Itália, Portugal, Espanha, Singapura, Noruega, Nigéria, e tivemos as Nações Unidas, Banco Mundial, OMC, FMI, OMS, todos eles participando, o que agora realmente demonstra. E esta declaração também foi endossada pela Alemanha e França, o que realmente demonstra que através do G20, fizemos da infraestrutura pública digital um movimento mundial baseado em código aberto, API aberta, padrão globalmente interoperável, e, portanto, para o benefício dos cidadãos do mundo e, portanto, eles realmente possuirão os dados. E estamos vendo mais e mais países do mundo avançado, do mundo ocidental, também se juntando a nós nesta colaboração.

Com estas poucas palavras, vou concluir. Obrigado.

Declaração de Shri Amitabh Kant, Secretário das Relações Exteriores da Índia sobre o posicionamento do país no 19º G20.

(MEA GOV, 2024)

FÓRUM 18º DO G20, NOVA DELHI, ÍNDIA, 2023

A Índia é uma terra de diversidade de fé, espiritualidade e tradições. Muitas das principais religiões do mundo nasceram aqui, e todas as religiões do mundo encontraram respeito aqui.

Como a 'Mãe da Democracia', nossa crença no diálogo e nos princípios democráticos tem sido inabalável desde tempos imemoriais. Nossa conduta global está enraizada no princípio fundamental de 'Vasudhaiva Kutumbakam', que significa 'o mundo é uma família'.

Essa mesma noção de considerar o mundo como uma família também conecta cada indiano com o senso de responsabilidade de 'Uma Terra'. É com esse espírito de 'Uma Terra' que a Índia iniciou a 'Missão Estilo de Vida para o Meio Ambiente'. Com a iniciativa da Índia e o seu apoio, o mundo inteiro está celebrando o 'Ano Internacional do Milho' este ano, em alinhamento com os princípios de Segurança Climática. Em linha com esse espírito, a Índia lançou a 'Iniciativa de Redes Verdes - Um Sol, Um Mundo, Uma Rede', na COP-26.

Hoje, a Índia está entre os países onde uma revolução solar em larga escala está em andamento. Milhões de agricultores indianos adotaram a agricultura natural. Esta é uma grande campanha para proteger a saúde humana, bem como a saúde do solo e da Terra. Também lançamos a 'Missão Nacional de Hidrogênio Verde' na Índia para impulsionar a produção de hidrogênio verde. Durante a presidência do G-20 da Índia, também demos passos significativos em direção à criação de um Ecossistema Global de Hidrogênio.

Amigos,

Tendo em mente o desafio das mudanças climáticas, a transição energética é uma necessidade significativa do mundo do século XXI. Trilhões de dólares são necessários para uma transição energética inclusiva. Naturalmente, os países desenvolvidos desempenham um papel muito crucial nisso.

Juntamente com a Índia, todos os países do Sul Global estão satisfeitos que os países desenvolvidos tomaram uma iniciativa positiva este ano, em 2023. Os países desenvolvidos expressaram sua disposição de cumprir seu compromisso de 100 bilhões de dólares para financiamento climático pela primeira vez.

Ao adotar o 'Pacto de Desenvolvimento Verde', o G-20 também reafirmou seus compromissos com o crescimento sustentável e verde.

Amigos,

Com o espírito de esforço coletivo, hoje, a Índia tem algumas sugestões nesta plataforma do G-20.

Hoje, a necessidade do momento é que todos os países trabalhem juntos no campo da mistura de combustíveis. Nossa proposta é tomar uma iniciativa em nível global para levar a mistura de etanol na gasolina a até 20%."

Ou, alternativamente, poderíamos trabalhar no desenvolvimento de outra mistura que assegure um fornecimento de energia estável, ao mesmo tempo que contribua para a segurança climática.

Nesse contexto, hoje, estamos lançando a Aliança Global de Biocombustíveis. A Índia convida todos vocês a se juntarem a esta iniciativa.

Amigos,

Tendo o meio ambiente em mente, as discussões sobre Crédito de Carbono estão em andamento há décadas. O Crédito de Carbono enfatiza o que não deve ser feito; tem uma perspectiva negativa.

Como resultado, quais passos positivos devem ser tomados, muitas vezes não recebem a devida atenção. Falta incentivo para iniciativas positivas.

O Crédito Verde nos mostra o caminho a seguir. Para promover esse pensamento positivo, proponho que os países do G-20 comecem a trabalhar em uma 'Iniciativa de Crédito Verde'.

Amigos,

Todos vocês estão familiarizados com o sucesso da Missão Lunar da Índia, Chandrayaan. Os dados obtidos dela serão benéficos para toda a humanidade. Com o mesmo espírito, a Índia está propondo o lançamento da 'Missão de Satélite do G20 para Observação do Meio Ambiente e Clima'.

Os dados climáticos e meteorológicos obtidos serão compartilhados com todos os países, especialmente os países do Sul Global. A Índia convida todos os países do G-20 a se juntarem a esta iniciativa.

(INDIA GOV, 2023)

FÓRUM 17º DO G20, BALI, INDONÉSIA, 2022

A Índia está assumindo a presidência do G-20 em um momento em que o mundo está simultaneamente lidando com tensões geopolíticas, desaceleração econômica, aumento dos preços de alimentos e energia, e os efeitos de longo prazo da pandemia. Em um momento como este, o mundo olha para o G-20 com esperança. Hoje, quero assegurar que a presidência do G-20 da Índia será inclusiva, ambiciosa, decisiva e orientada para a ação. Excelências,

Ao longo do próximo ano, nos esforçaremos para garantir que o G-20 atue como um motor global para imaginar novas ideias e acelerar a ação coletiva. O senso de posse sobre os recursos naturais está gerando conflitos hoje e se tornou a principal causa da situação do meio ambiente. Para o futuro seguro do planeta, o senso de tutela é a solução. A campanha LiFE, ou 'Estilo de

Vida para o Meio Ambiente', pode fazer uma grande contribuição para isso. Seu propósito é transformar estilos de vida sustentáveis em um movimento de massa.

Excelências,

A necessidade hoje é que os benefícios do desenvolvimento sejam universais e abrangentes. Temos que estender os benefícios do desenvolvimento a todos os seres humanos com compaixão e solidariedade. O desenvolvimento global não é possível sem a participação das mulheres. Temos que manter a prioridade no desenvolvimento liderado por mulheres, mesmo em nossa agenda do G-20. Sem paz e segurança, nossas futuras gerações não poderão aproveitar o crescimento econômico ou a inovação tecnológica. O G-20 tem que transmitir uma mensagem forte a favor da paz e harmonia. Todas essas prioridades estão plenamente incorporadas no tema da presidência do G-20 da Índia – "Uma Terra, Uma Família, Um Futuro".

Excelências,

É uma ocasião de orgulho para cada indiano assumir a presidência do G-20. Organizaremos reuniões do G-20 em diferentes cidades e estados do nosso país. Nossos convidados terão a experiência completa da incrível diversidade, tradições inclusivas e riqueza cultural da Índia. Desejamos que todos vocês participem desta celebração única na Índia, a 'Mãe da Democracia'. Juntos, faremos do G-20 um catalisador para a mudança global.

Muito obrigado!

(INDIA GOV, 2022)

FÓRUM 16º DO G20, ROMA, ITÁLIA, 2021

Os líderes adotaram a declaração de Roma na Cúpula após cinco dias de extensas negociações que se estenderam até tarde da noite, tanto que na noite passada não houve um piscar de olhos e continuou até as 10h20 da manhã de hoje, quando a declaração final foi acordada por todas as partes interessadas. Este comunicado transmite uma mensagem muito forte na seção de saúde, onde concordamos que a imunização contra a COVID-19 é um bem público global e o reconhecimento das vacinas contra a COVID-19, que são consideradas seguras e eficazes pela OMS, será aceito mutuamente, sujeito, é claro, à legislação nacional e à lei de privacidade que os países possam ter. Mas, mais importante, foi acordado que todos ajudarão a otimizar os processos e procedimentos da OMC para aprovação de vacinas e autorização de uso emergencial e também será fortalecido, a OMS será fortalecida para que possam fazer o reconhecimento das vacinas mais rapidamente. Também concordamos em estender a Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida, para que países vulneráveis, países de baixa renda não sejam sobrecarregados com o pagamento da dívida neste momento crítico. Na agricultura, estamos muito satisfeitos em compartilhar com vocês que os meios de subsistência dos pequenos e marginalizados agricultores foram o foco de nossas discussões e todos concordaram que melhorar seu sustento é um esforço global importante que todos devemos empreender.

Energia e clima foram claramente o centro das nossas discussões. A Índia e muitos outros países em desenvolvimento pressionaram para salvaguardar os interesses do mundo em desenvolvimento. Também fomos acompanhados pelos países desenvolvidos para aumentar a ambição dos níveis atuais de compromisso e interesse ativo que o mundo desenvolvido demonstrou em termos de fornecer tecnologia e financiamento acessível a baixo custo ou

financiamento baseado em subsídios, financiamento de longo prazo. Então, realmente conseguimos incluir no texto, a linguagem que confirma que o mundo desenvolvido reconheceu que não fez o suficiente em termos de cumprir seus compromissos, e que terá que ser mais aberto em fornecer financiamento, em fornecer tecnologias e nos permitir fazer a transição para um mundo de energia limpa no futuro. Também conseguimos encapsular algumas das ações que os países desenvolvidos precisam tomar. E pela primeira vez, o G20 identificou consumo e produção sustentáveis e responsáveis, juntamente com a provisão de financiamento e tecnologia, como facilitadores críticos para alcançar as metas climáticas, decididas pela primeira vez em Paris, e como todos concordamos, devemos aspirar por ainda mais ambição.

O mantra do Primeiro-Ministro Narendra Modi de estilos de vida sustentáveis encontra ressonância na declaração de Roma, e padrões de consumo sustentável e produção responsável, provenientes do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 12, que visa encorajar os países desenvolvidos a reduzir seus estilos de vida luxuosos e intensivos em energia, foram discutidos e aceitos. Estamos muito felizes em compartilhar com vocês que conseguimos incluir mais uma vez e reiterar o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Também conseguimos pressionar o compromisso do mundo desenvolvido de fornecer 100 bilhões de dólares todos os anos de agora até 2025, e o compromisso de todos os países de mobilizar maiores níveis de capital para os países menos desenvolvidos e as economias emergentes. Estou encantado em compartilhar com vocês que pela primeira vez, também conseguimos incluir que as tecnologias hoje não existem para poder fazer uma transição em grande escala para energia limpa e a inovação desempenhará um papel importante nos próximos anos.

A importância da segurança energética e da estabilidade dos mercados de energia também foi reconhecida pela Cúpula de Líderes do G20. Em breve teremos outro engajamento sobre cadeias de suprimentos resilientes, que será atendido por vários países. E pela primeira vez, a menção do CDRI na aceleração da agenda de planejamento urbano sustentável foi trazida para a declaração. Estamos encantados que o que o Primeiro-Ministro Narendra Modi propôs em Brisbane em 2014 foi finalmente aceito por todos os países. Primeiro a OCDE discutiu isso, agora o quadro do G20 sobre Erosão de Base e Compartilhamento de Lucros foi trazido nesta declaração. É verdadeiramente uma conquista histórica para um sistema tributário internacional mais estável e justo.

O turismo precisa ser revigorado, precisamos trazer de volta o movimento das pessoas, trazer o turismo de volta, trazer a atividade econômica de volta. E todos concordamos em trabalhar em direção a um quadro comum para aceitar os certificados de vacina uns dos outros. Também discutimos a violência de gênero e o aumento da participação das mulheres na força de trabalho. Também denunciemos a distribuição desigual do trabalho de cuidado não remunerado e doméstico. Então, de certa forma, muito da agenda que a Índia estava pressionando, muito da agenda dos países em desenvolvimento na qual a Índia assumiu um papel de liderança, tem representado eles no G20 por vários anos, foi trazido para o texto juntamente com o fluxo livre de dados para confiança, Dados para desenvolvimento foram incluídos na declaração de Roma, e todos os líderes do G20 agora estão ansiosos pela presidência do G20 na Índia em 2023.

Muito obrigado, senhoras e senhores. O Primeiro-Ministro Shri Narendra Modi embarcará para Glasgow mais tarde hoje à noite e participará da cúpula COP-26 no Reino Unido. Novamente, representando a voz do mundo em desenvolvimento, a voz das seções mais vulneráveis da sociedade e protegendo os interesses, tanto da humanidade com uma atividade muito ambiciosa acontecendo na Índia para contribuir com a mudança climática, para contribuir de nossa própria

maneira grande para apoiar o esforço de deixar para trás um planeta melhor para a próxima geração. Obrigado.

Declaração oficial de Shri Piyush Goyal, G20 Sherpa da Índia sobre as conclusões e posicionamentos do G20 de Roma.

FÓRUM 15º DO G20, RIADE, ÁRABIA SAUDITA, 2020

Não foi encontrado nenhum documento oficial acerca do posicionamento/ discurso da Índia no G20 de Riade na Árabia Saudita em 2020.

